



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS/
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CATALÃO (UFCAT) em implantação
UNIDADE ACADÊMICA (UA) ESPECIAL DE GEOGRAFIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA

RAMON DE SOUZA OLIVEIRA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E REDES ESPACIAIS DA PRODUÇÃO
CAFEEIRA NO CERRADO MINEIRO: um estudo da Região de Patrocínio,
MG**

CATALÃO (GO)

2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
UNIDADE ACADÊMICA ESPECIAL DE GEOGRAFIA

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação Tese

2. Nome completo do autor

Ramon de Souza Oliveira

3. Título do trabalho

INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E REDES ESPACIAIS DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NO CERRADO MINEIRO: um estudo da região de Patrocínio, MG

4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

- a) consulta ao(a) autor(a) e ao(a) orientador(a);
 - b) novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.
- O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.



Documento assinado eletronicamente por **JOÃO CLEPS JUNIOR**, Usuário Externo, em 07/03/2022, às 12:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Documento assinado eletronicamente por **RAMON DE SOUZA OLIVEIRA**, Discente, em 07/03/2022, às 12:32, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº](#)



[10.543, de 13 de novembro de 2020.](#)



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2737552** e o código CRC **A9D271C6**.

RAMON DE SOUZA OLIVEIRA

**INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E REDES ESPACIAIS DA PRODUÇÃO
CAFEIRA NO CERRADO MINEIRO: um estudo da Região de Patrocínio,
MG**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Unidade Acadêmica de Geografia, da Universidade Federal de Goiás (UFG) / Universidade Federal de Catalão (UFCAT) em implantação, como requisito para obtenção do título de Mestre em Geografia.

Área de concentração: Geografia e Ordenamento Território.

Linha de pesquisa: Ordenamento Território e Estudos Rurais

Orientador: Professor Doutor João Cleps Junior

CATALÃO (GO)

2018

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFCAT.

Oliveira, Ramon de Souza
INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E REDES ESPACIAIS DA
PRODUÇÃO CAFEEIRA NO CERRADO MINEIRO : um estudo da
Região de Patrocínio, MG / Ramon de Souza Oliveira. - 2018.
143, CXLIII f.: il.

Orientador: Prof. Dr. João Cleps Junior.
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Catalão, Instituto
de Geografia, Catalão, Programa de Pós-Graduação em Geografia,
Catalão, 2018.

Bibliografia.

Inclui siglas, mapas, fotografias, abreviaturas, símbolos, gráfico,
tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Indicação Geográfica. 2. Redes Espaciais. 3. Café. 4. Cerrado
Mineiro. 5. Patrocínio (MG). I. Junior, Dr. João Cleps, orient. II. Título.

CDU 911



ATA DA SESSÃO DE JULGAMENTO DA DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE
Ramon de Souza Oliveira

Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dezoito (05/10/2018), às 14h (quatorze horas), na Sala de Aula do Mestrado em Geografia, Regional Catalão/UFG, teve lugar a 151ª Sessão Pública de Julgamento da Dissertação de Mestrado **Ramon de Souza Oliveira**, matrícula nº 20160975, CPF 017.331.111-31, "INDICAÇÃO GEOGRÁFICA E REDES ESPACIAIS DA PRODUÇÃO CAFEIEIRA NO CERRADO MINEIRO: um estudo da região de Patrocínio, MG". A Banca Examinadora foi composta, conforme Portaria nº. 030/2018 do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG, pelos Professores João Cleps Júnior (Orientador) CPF nº 032.209.698-79, Dra. Maria Imaculada Cavalcante (Membro Externo) CPF nº 302.749.076-15, Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes (Membro Interno) CPF nº 497.478.601-63. Os examinadores arguíram na ordem citada, tendo o mestrando respondido satisfatoriamente. Às 16 horas e 00 minutos a Banca Examinadora passou ao julgamento, em Sessão Secreta, tendo o mestrando obtido os seguintes resultados:

Prof. Dr. João Cleps Júnior – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Profa. Dra. Maria Imaculada Cavalcante – Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Profa. Dra. Estevane de Paula Pontes Mendes - Ass. _____

Aprovado (X) Reprovado ()

Obs.: _____

Presidente da Banca – Prof. Dr. João Cleps Júnior - Ass. _____

Resultado final: APROVADO (X) REPROVADO ()

Reaberta a Sessão Pública, o Presidente da Banca Examinadora proclamou o resultado e encerrou a Sessão, da qual foi lavrada a presente Ata que segue assinada pelos membros da Banca Examinadora, Mestrando examinado e pela Secretária do Programa de Pós-Graduação em Geografia-RC/UFG.

Assinatura do Mestrando: Ramon de Souza Oliveira

Secretária do PPGGC-RC/UFG _____

Obs: O(a) aluno(a) deverá encaminhar, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da data da Defesa Pública, os exemplares definitivos da Dissertação, para arquivamento e devidos encaminhamentos, conforme as normas definidas pelo PPGGC-RC/UFG

A Jesus, meu Senhor e Salvador.

A Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, minha mãe e protetora.

Em memória de meu pai, Orlando Lopô de Oliveira, de notável caráter e senso de justiça.

“Spe Salvi Facti Sumus – É na esperança que fomos salvos” (Rm 8, 24).

AGRADECIMENTOS

Cora Coralina, poetisa de Goiás, escreveu que “no caminho incerto da vida, o mais importante é o decidir”. Ao logo desse longo itinerário iniciado no ano de 2016 várias decisões permearam a minha vida, algumas fáceis e outras duras. Ao mesmo tempo, tive que tomar decisões, pois a pesquisa tem um jeito estranho e poder de agir. Nesse caminho de reflexão, muitas vezes, solitários existem companheiros de estradas, aos quais gostaria de lembrar e agradecer.

Primeiramente, agradeço a minha Mãe, Almira de Souza Oliveira que me incentivou muitas vezes nos momentos difíceis, me deu colo, carinho e alegrias.

Agradeço, a minha querida tia e amiga Ana Luiza Venâncio pelo apoio incomensurável e por ter sonhado comigo esses três anos.

Agradeço aos meus amigos para vida, Estevane, Idelvone e Ariell, minha família catalana.

Agradeço a Professora Doutora Magda Valéria da Silva e a Professora Doutora Patrícia Francisca de Matos pelas contribuições no Simpósio Interno de Mestrado.

Agradeço ao meu orientador Professor Doutor João Cleps Junior pela orientação nesse trabalho, mas, sobretudo, pela aprendizagem para vida.

Agradeço a Professora Doutora Estevane de Paula Pontes Mendes e ao Professor Doutor Evandro César Clemente pelo carinho, compreensão e pelas orientações durante a realização do Exame de Qualificação.

Agradeço a Professora Doutora Maria Imaculada Cavalcante por ter aceitado participar da minha banca de defesa final de mestrado.

O meu muito obrigado, a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Goiás – Regional Catalão.

Agradeço a Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão pela experiência de vida acadêmica durante a realização do meu mestrado entre os anos de 2016 a 2018.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – (CAPES) por ter financiado essa pesquisa.

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

A todos a minha eterna gratidão!!!

RESUMO

A presente pesquisa tem por objetivo principal apresentar e compreender o processo de formação do circuito espacial de produção do café na área delimitada pela Indicação Geográfica da Região do Cerrado Mineiro, no Estado de Minas Gerais (MG). O *lóci* de investigação da presente pesquisa é o município de Patrocínio MG atual cidade administrativa da Denominação de Origem (D.O) e da Indicação de Procedência (I.P) da Região do Cerrado Mineiro para o produto café. Atualmente, concentra-se nessa cidade toda a logística de produção, escoamento e distribuição, as estratégias mercadológicas e de *marketing* digital e planejamento estratégico de desenvolvimento e estruturação da cafeicultura científica globalizada IG da Região do Cerrado Mineiro. A área total plantada de café nesse município no ano de 2018 é de 183.502,0 ha com uma produção média em torno de 56.607,000 milhões de sacas de 60kg. O município de Patrocínio figura, há mais de uma década, na primeira posição do *ranking* nacional dos maiores municípios brasileiros produtores de café e com a maior área de produção destinada ao cultivo desta *commodity*. Para melhor alcançar o objetivo proposto, os procedimentos metodológicos adotados baseiam-se em uma pesquisa teórica e documental visando apresentar e referendar os conceitos relacionados a modernização da agricultura, agricultura científica globalizada, logística, circuito espacial de produção, indicações geográficas entre outros temas pertinentes. Atualmente, esse município cafeicultor possui uma denominação de origem para o produto café, e se consolida como modelo de gestão, uso de tecnologia e certificação de qualidade e diversidade para produtos agroalimentares brasileiros.

Palavras-chave: Indicação Geográfica. Redes Espaciais. Café. Cerrado Mineiro. Patrocínio (MG).

ABSTRACT

The main objective of this research is to present and understand the process of formation of the spatial circuit of coffee production in the area delimited by the Geographical Indication of the Cerrado Mineiro Region, in the State of Minas Gerais (MG). The loci of investigation of the present research is the municipality of Patrocínio MG, current administrative city of the Denomination of Origin (D.O) and the Indication of Origin (I.P) of the Cerrado Mineiro Region for the coffee product. Currently, all the production, flow and distribution logistics, marketing and digital marketing strategies and strategic planning for the development and structuring of the globalized scientific coffee growing IG in the Cerrado Mineiro Region are concentrated in this city. The total planted area of coffee in this municipality in 2018 is 183,502.0 ha with an average production of around 56,607,000 million bags of 60 kg. For more than a decade, the municipality of Patrocínio has been in the first position in the national ranking of the largest Brazilian coffee-producing municipalities and with the largest production area destined for the cultivation of this commodity. In order to better achieve the proposed objective, the methodological procedures adopted are based on theoretical and documentary research aimed at presenting and attesting to the concepts related to the modernization of agriculture, globalized scientific agriculture, logistics, spatial production circuit, geographical indications, among other relevant topics. Currently, this coffee growing municipality has a denomination of origin for the coffee product, and is consolidated as a management model, use of technology and quality and diversity certification for Brazilian agri-food products.

Key-words: Geographical Indication. Spatial Networks. Coffee. Cerrado Mineiro. Patrocínio (MG).

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Brasil - Principais produtos de exportação brasileira durante o Século XVIII.....	29
Figura 2 - Regiões cafeeiras no Vale do Paraíba no século XVII e XVIII.....	31
Figura 3 - Expansão do cultivo do café durante o século XIX e XX.....	33
Figura 4 - Ilustração do sistema de produção e transporte de café no século XIX.....	34
Figura 5 - Principais produtos da Economia brasileira durante o Século XIX.....	36
Figura 6 - Municípios onde foi implantado o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP)	66
Figura 7 - Vinhos de Corinto, Ícaro, Rodhes e Falernum.....	71
Figura 8 - Demarcação Pombalina dos Vinhedos do Vinho do Porto.....	72
Figura 9 - Área delimitada da Região demarcada do Douro – Vinho do Porto.....	73
Figura 10 - Identificação visual e de controle da I.P.V.V.....	80
Figura 11 - Identificações impressas nos rótulos e contrarrótulos das garrafas de vinho.....	81
Figura 12 - Exemplos notórios de sinais distintivos para produtos tradicionais e agricultura familiar.....	91
Figura 13 - Principais Indicações Geográficas europeias.....	94
Figura 14 - Principais indicações geográficas americanas.....	94
Figura 15 - Brasil - Regiões de Indicações Geográficas de Origem do Café (2017)	97
Figura 16 - Selo IP da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais.....	99
Figura 17 - Selo da IP Alto Mogiana.....	100
Figura 18 - Selo da IP Norte Pioneiro do Paraná.....	102
Figura 19 - Localização do Município de Patrocínio (MG).....	105
Figura 20 - Registro de Indicação Geográfica nº 990001.....	108
Figura 21 - Estrutura da Federação dos Cafeicultores do Cerrado.....	109
Figura 22 - Registro do CACCER como órgão certificador.....	112
Figura 23 - Certificação de Propriedade (2007)	115

Figura 24 - Modelo de Certificação de Produto adotado a partir de 2008.....	116
Figura 25 - Garantia do produto (rastreabilidade)	117
Figura 26 - Região Cafeeira do Cerrado Mineiro.....	122

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Café destruído pelo governo federal e produção nacional (1931-1945) – Toneladas.....	44
Tabela 2 - Expansão da Região Atingida pelo PCI (1972-1975).....	64

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Políticas Públicas de colonização e desenvolvimento do cerrado brasileiro (1970-1985)	55
Quadro 2 - Programas internos do Plano de renovação e Revigoração de cafezais.....	58
Quadro 3 - Aspectos diferenciadores da IG no Acordo TRIPS e na Lei 9.279/96.....	83
Quadro 4 - exemplos de fontes de levantamento histórico de uma IG.....	85
Quadro 5 - Fatores determinantes na definição de uma IG.....	86
Quadro 6 - Novos mercados para produtos tradicionais e da agricultura familiar.....	91
Quadro 7 - Evolução de políticas públicas de proteção a origem e qualidade de produtos agroalimentares Franceses.....	94
Quadro 8 - Diversidade das indicações geográficas brasileiras (2018)	96
Quadro 9 - Pedidos de IG protocolados pela CACCER entre os anos de 1998 e 1999.....	99
Quadro 10 - Estratégias implementadas pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado (1995-2005)	111
Quadro 11 - Áreas de produção cafeeira demarcadas pelo IMA em Minas Gerais.....	112
Quadro 12 - Empresas do segmento de bens de capital localizadas em Patrocínio (MG).....	121
Quadro 13 - Empresas do segmento de insumos agrícolas localizados em Patrocínio (MG)..	122
Quadro 14 - Empresas exportadoras localizadas em Patrocínio (MG).....	123
Quadro 15 - Empresas e cooperativas com galpões ou armazéns em Patrocínio (MG).....	127
Quadro 16 - Bancos e Cooperativas de Crédito localizadas em Patrocínio (MG).....	129
Quadro 17 - Empresas de Irrigação em Patrocínio (MG).....	129

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações brasileiras no ano de 1900.....	41
Gráfico 2 - Maiores municípios produtores de café do Brasil.....	107

LISTA DE ABREVIATURAS

AB - Agricultura Biológica

ABIC – Associação Brasileira da Indústria de Café

ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural

AOC - Apelação de Origem Controlada

APROCAM – Associação dos Produtores de café da Mantiqueira

APROVALE – Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos

ASMC – Associação dos Produtores de Café Especiais da Alta Mogiana

BACEN – Banco Central

BDMG – Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais

BM – Banco Mundial

CAC-CC – Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central

CACCER – Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado

CAMIG – Companhia Agrícola de Minas Gerais

CASEMG – Companhia de Armazéns e Silos de Minas Gerais

CCP - Certificação de Conformidade de Produto

CDC – Código de Defesa do Consumidor

CE – Ceará

CEMIG RURAL – Companhia Elétrica de Minas Gerais - Rural

CIG – Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários

COCARIVE – Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde

COENPP – Cooperativa de Cafés Especiais Certificados do Norte Pioneiro do Paraná

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

CONDEP/BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

COOPA – Cooperativa Agropecuária de Patrocínio

COOPERVASS – Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí

CRFB – Constituição da República Federativa do Brasil

CUP – Convenção da União de Paris

DO – Denominação de Origem

DOC – Denominação de Origem Controlada

DPDAG- UF– Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário – Unidade da Federação

EMATER – Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural
EMATER – PR – Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural
EPAMIG – Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais
ET – Estatuto da Terra
EUA – Estados Unidos da América
EUREP - *Euro Retailer Produce Working Group*
FGV – Fundação Getúlio Vargas
FUNCAFÉ – Fundo de Amparo da lavoura Cafeeira
GATT – General Agreement on Tariffs and Trade
GERCA – Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura
I PND – I Plano Nacional de Desenvolvimento
I.P.V.V – Indicação de Procedência dos Vale dos Vinhedos
IAC – Instituto Agrônomo de Campinas
IAPAR – Instituto Agrônomo do Paraná
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IG’S – Indicações Geográficas
IGP – Indicação Geográfica Protegida
IGP -Índice Geral de Preços
IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária
IN – Instrução Normativa
INPI – Instituto Nacional da Propriedade Industrial
INRA – *Institut National de la Recherche Agronomique*
IP – Indicação de Procedência
MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
MCTIC – Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Serviços
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC – Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços
MG – Minas Gerais
MINC – Ministério da Cultura
MMA – Ministério do Meio Ambiente
MRE – Ministério das Relações Exteriores
MTUR – Ministério do Turismo
OMC – Organização Mundial do Comércio
PAC – Política Agrícola Comum Europeia

PADAP – Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba

PCI – Programa de Crédito Rural Integrado

PE – Pernambuco

PIB – Produto Interno Bruto

PIB Agrícola – Produto Interno Bruto Agrícola

PIPAEMG – Programa Integrado de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais

POLOCENTRO – Programa de Desenvolvimento dos Cerrados

PROBOR – Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural

PROCAL – Programa Nacional de Calcário Agrícola

PRODECER - Programa de Cooperação Nipo-brasileira para Desenvolvimento do Cerrado

PROFIR – Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação

PRONAP – Programa Nacional de Pastagens

PRONAZEM – Programa Nacional de Armazenagem

PROVARZEAS – Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis

PRRC – Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais

RJ – Rio de Janeiro

RPA – *Res Publica Augustanorum*

RS – Rio Grande do Sul

RU – Rodada do Uruguai

SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

SFA-UF – Superintendências Federais da Agricultura – Unidade da Federação

SP – São Paulo

SRB – Sociedade Rural Brasileira

TPRM – Revisões sobre Políticas de Comércio

TRIMS – *Trade Related Investment Measures*

TRIPS – Acordo sobre os Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio

UE – União Europeia

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	21
2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SURGIMENTO E EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NO BRASIL	28
2.1 Origem e expansão do Café no território brasileiro	28
2.2 A explosão do consumo do café verde no século XIX.....	36
2.3 A demanda cafeeira mundial e a regulamentação do mercado cafeeiro brasileiro	43
3 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: o caso de Patrocínio(MG)	53
3.1. A política de incentivo à expansão da cafeicultura: O Plano de Renovação e Revigoremento de Cafezais (PRRC).....	60
3.2 O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI).....	67
3.3 O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP)	69
4 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ASPECTOS GERAIS DO INSTITUTO JURÍDICO E ECONÔMICO	74
4.1 O conceito e histórico das Indicações Geográficas	75
4.2 Os tratados internacionais de regulamentação do uso das indicações geográficas	78
4.3 O marco jurídico nacional das indicações geográfica (Lei nº 9.279/96).....	83
4.3.1 O processo de registro das Indicações Geográficas no Brasil	86
4.3.2 Objetivos e vantagens decorrentes de uma Indicação Geográfica	90
4.4 Novas formas de regulação de mercados agroalimentares	90
4.4.1 O Surgimento de novos nichos de mercados para produtos tradicionais e da agricultura familiar	93
4.5 A importância econômica das indicações geográficas ao redor do mundo.....	96
4.6 As Indicações Geográficas na cafeicultura brasileira.....	101

4.6.1	Indicação de Procedência da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais	102
4.6.2	Indicação de Procedência da Região da Alta Mogiana	104
5	DAS REDES GEOGRÁFICAS AO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO CAFÉ A PARTIR DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO (MG)	108
5.1	A expansão e situação recente da produção cafeeira no Cerrado Mineiro e em Patrocínio	110
5.2	As redes geográficas e a cafeicultura moderna no município de Patrocínio/MG	122
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	135
	REFERÊNCIAS	138

1 INTRODUÇÃO

A globalização financeira favoreceu o crescimento e a multiplicação de inúmeros produtos industrializados onde predomina as características homogêneas e o modelo massivo de produção e consumo. Nos últimos anos, produtos com certificação de origem e diferenciados ganharam os espaços por eles reivindicados há décadas no mercado mundial e a necessidade de fortalecimento e revalorização do meio rural e da agricultura familiar tornam-se fundamentais para desenvolvimento rural. Nesse panorama, percebe-se a emergência de novos debates e conceitos em torno do meio rural que incluem a pluriatividade, multifuncionalidade da agricultura, agroecologia, certificação de origem e a relação de qualidade dos produtos atribuída à territorialidade.

Em relação à certificação de origem, a qualidade dos produtos e a territorialidade, a discussão se direciona, nos últimos anos, para as Indicações Geográficas (IG's). Delas derivam seus dois tipos, a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO), que estão se multiplicando e difundindo em escala mundial. Esse fenômeno é decorrente do reconhecimento internacional proporcionado aos produtos que recebem o registro de indicação geográfica, sendo o instituto, reconhecido e protegido por diversos tratados de direito da propriedade intelectual no marco da Organização Mundial do Comércio (OMC).

O princípio dos selos de qualidade e da proteção das IG's têm a sua gênese em tempos imemoriais. Já o marco jurídico-legal da IG foi desenvolvido e aprimorado, primeiramente, na Europa, com a intervenção estatal sobre o instituto jurídico no ano 1756. Foi quando, o Primeiro-Ministro do Reino, Marquês de Pombal, por meio de um Decreto, registrou legalmente o nome "Porto" para vinhos, criando, assim, a primeira Denominação de Origem protegida do Mundo (BRUCH, 2009).

Nesse sentido, embora tenha sido Portugal o primeiro país europeu a ter uma IG protegida, na espécie de denominação de origem, os conceitos e a evolução do instituto foram desenvolvidos e aprimorados na França. Esse país conta, atualmente, com mais de 593 IG's, o que representa um volume de negócio de mais de 19 bilhões de euros/ano e com um valor aproximado de 138.000 mil propriedades inseridas nessa lógica de produção e consumo de produtos agroalimentares. Já a Comunidade Europeia detém mais de 5.200 IG's registradas. As espécies mais comuns são: Indicação Geográfica Protegida (IGP) ou Denominação de Origem Controlada (DOC) (BRUCH, 2009).

No Brasil, essa discussão é recente. A utilização desse instituto jurídico e econômico da IG surgiu, a partir da promulgação da Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, que regula todos os direitos e obrigações relativos à propriedade industrial no direito brasileiro. Efetivamente, a implementação da IG ocorreu, tão-somente, no ano de 2002, com deferimento do pedido de registro da indicação de procedência “Vale dos Vinhedos” para vinhos finos (INPI, 2018).

A autarquia federal, responsável por emitir o registro de IG no Brasil é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). A Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (I.P.V.V) recebeu a seguinte numeração geográfica: IG200002. Até o mês de agosto de 2018, o número de IG’s concedidas no país são de sessenta (60) produtos, sendo onze (11) denominações de origem e quarenta e nove (49) indicações de procedência (INPI, 2018).

Sem se afastar dos diversos acordos internacionais e da legislação comparada que tratam das IG’s, para uma compreensão em termos conceituais mais aprofundados desse instituto, considerar-se-á, como marco referencial comparativo, o que dispõe os artigos 176 *usque* 182 da Lei n° 9.279/1996 (Lei da Propriedade Industrial).

Nestes termos, como já se afirmou, considera-se como indicação geográfica (IG), a indicação de procedência (IP) ou a denominação de origem (DO). Indicação de procedência é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço. Denominação de origem é o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas qualidades ou características se devam exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluídos os fatores naturais e humanos (BRASIL, 1996).

As indicações geográficas, sob a forma abordada são, portanto, figuras peculiares para o estudo jurídico. Quem estuda a IG precisa abordar e entender sobre Antropologia, Sociologia, História, Geografia, Agronomia, Agricultura, Agronegócios, Gastronomia, Relações Internacionais, Direito e diversas outras áreas de estudo de interesse humano, sendo, portanto, um dos temas atuais mais interessantes do Direito. Sem o estudo multidisciplinar desse instituto, o intérprete tende a fazer uma análise formal e jurídica da aplicação da norma infraconstitucional deixando a desejar em sua análise, a real importância da IG para o desenvolvimento rural sustentável.

As IG’s são, certamente, responsáveis pelo desenvolvimento de grande parte dos territórios europeus que há vários anos investiram na proteção de produtos e serviços baseados em características histórico-culturais e naturais, contempladas pela organização e a identificação dos atores sociais ligados ao território. No caso brasileiro, alguns estudos sobre

as IG's vêm sendo realizados, mas ainda é necessário criar-se acúmulo de conhecimento sobre situações particulares. Considerando a sua potencialidade, o tema é bastante relevante, a merecer o acompanhamento do processo de construção desse instituto que se insere, perfeitamente, no modelo de produção agrícola baseado na agricultura científica globalizada (SANTOS, 1993).

A expansão de novas áreas de produção agrícola e o aumento da produtividade ocorreu somente a partir da inserção de novas práticas de cultivos, inspiradas nos diversos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde. Nesse período, o cerrado brasileiro consolidou-se como a nova fronteira da agricultura moderna, e o Estado assume o papel de grande articulador e financiador da ocupação de novas áreas até então pouco exploradas e com grande potencialidade para produção agrícola, favorecendo, assim, o desencadeamento de um novo projeto econômico e de integridade política do território.

Nesse sentido, a agricultura brasileira assumiu funções maiores, ou seja, com a crescente industrialização e urbanização do Brasil a partir de 1960, a produção agrícola passa a abastecer as indústrias e os domicílios urbanos. Além disso, esse setor da economia tornou-se indispensável para atividade econômica do país, cuja produção está direcionada à exportação e que acaba por auxiliar na geração de divisas, garantindo, assim, a liquidez do país.

O Brasil é o maior produtor e exportador de café no Mundo. É também o segundo maior consumidor dessa bebida, ficando atrás, apenas, dos Estados Unidos da América (EUA). Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC, 2017) entre o período de novembro de 2016 a outubro de 2017, o consumo de café no mercado interno brasileiro ultrapassou a marca de 21,99 milhões de sacas de 60kg. De acordo com os dados quantitativos, o volume de bebedores de café aumentou em torno de 3,6 % em relação ao período anterior, que é compreendido entre os meses de novembro de 2015 a outubro de 2016, onde o consumo registrado foi de 21,19 milhões de sacas beneficiadas.

No que se refere ao consumo *per capita* de café, entre o período novembro de 2016 a outubro de 2017, foram consumidos 5,1kg/hab./ano de café torrado ou moído (6,4kg de café verde em grão cru). Isso representa quase 83 litros para cada brasileiro por ano ou um acréscimo de 3,5% em relação ao período anterior (novembro de 2015 a outubro de 2016) (ABIC,2017). Portanto, os brasileiros estão consumindo mais café durante o dia e diversificando as formas da bebida (café filtrado, cafés expressos, cappuccinos e outras combinações com leite). Segundo dados recentes da ABIC (2017), esse consumo de 5,1kg/hab./ano supera a marca de 1965, que foi de 4,72kg/hab./ano tornando-se o maior já registrado pela instituição.

Atualmente, o Brasil é o maior produtor de café do mundo, sendo responsável por 30% de toda a produção global desse produto no mercado internacional. Esse volume é equivalente a soma da produção dos outros sete (7) maiores países produtores de café (Vietnam, Colômbia, Indonésia, Etiópia, Índia, Honduras e Guatemala). A produção cafeeira brasileira concentra-se na região centro-sul do país, que compreendem os estados de Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo e Paraná (ABIC, 2017).

De acordo com os dados prévios da ABIC (2017), a previsão para 2018 é que ocorra um aumento de aproximadamente 5% do consumo de café no Brasil, podendo chegar ao volume de 22,7 milhões de sacas de café comercializado. Para a Sociedade Rural Brasileira (SRB), em 2018, ainda que o país tenha a possibilidade de aumentar a produção de café para suprimir o aumento na procura do produto, essa medida não será suficiente para abastecer o mercado interno durante os dois ou três próximos anos, dada a pouca oferta dos estoques da safra atual (SRB, 2018).

A estimativa para safra de café em um ano de bienalidade positiva, como o de 2018, será de 59.900.000,00 milhões de toneladas de sacas de cafés de 60kg beneficiadas. Esse crescimento no volume de produção, após o ano de 2017, que foi marcado no setor cafeeiro por ser um período de bienalidade negativa representa um aumento em torno de 33,2 % em relação ao período anterior em que, a produção do grão colhida foi de apenas de 44,97 milhões de sacas de café beneficiadas (CONAB, 2018).

Os três maiores países exportadores de café são: Brasil, Vietnam e Colômbia e os importadores são os Estados Unidos, Alemanha e Itália (ABIC, 2018). O estado de Minas Gerais é o maior produtor de café no Brasil, com uma produção estimada em 2018 de 31,5 milhões de sacas beneficiadas de café arábica e 335,8 mil sacas de café conilon, ou seja, 54% de toda a produção de café nacional sai do Estado de Minas Gerais (CONAB, 2018).

Na atualidade, a economia brasileira ainda depende significativamente do desempenho econômico exercido pela cadeia produtiva da cafeicultura nacional. Em algumas regiões do país, o grau de subordinação da economia local à atividade cafeeira permanece com resultados econômicos expressivos. Nesse diapasão, um exemplo visível e passível de ser observado é da análise da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, onde se localiza a denominação origem “Região do Cerrado Mineiro” para o produto café.

Essa mesorregião é notoriamente reconhecida pelo pioneirismo na implantação de uma nova dinâmica de produção cafeeira. Além disso, foi desenvolvido durante as últimas décadas, um padrão tecnológico de produção e certificação internacional de café associado a um modelo exitoso de produção voltada, quase que exclusivamente para exportação.

O café continua sendo, portanto, o principal produto da agricultura mineira, que representa 37,26% do Produto Interno Bruto (PIB) agrícola do estado de Minas Gerais (IMA, 2017). No que se refere ao segmento industrial, apenas 11,39% do PIB agrícola mineiro está direcionado a atividade da cafeicultura (IMA, 2017).

Neste estudo opta-se por adotar como *locus* de investigação o município de Patrocínio, Minas Gerais, localizado na microrregião de Patrocínio que integra a mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, inseridos em áreas de Cerrado (conhecida como Cerrado Mineiro).

O objeto de estudo é a cafeicultura moderna praticada neste município. Já o recorte temporal para abordagem limita-se ao período de 1970 a 2018. A problemática que conduzirá essa investigação científica almeja buscar respostas para a seguinte questão: A cafeicultura moderna desenvolvida em Patrocínio/MG, inserida na lógica do mercado de exportação, pode ser compreendida como estruturante e organizadora de redes geográficas com funções diversas a ponto de formar e consolidar um circuito espacial produtivo?

A pesquisa se justifica, num primeiro momento, devido às condições naturais propícias para a produção de café em Patrocínio. Na região do Cerrado Mineiro, o café encontrou condições bastantes favoráveis para o seu cultivo, ou seja, clima ameno, solo, métodos modernos e o plantio em altitudes que variam de 800 m a 1.300 metros. Com produção das safras anuais médias em torno de 5 milhões de sacas de cafés beneficiadas; os cafeicultores produzem uma bebida com identidade única, com notas de aroma intenso, variando de caramelo a nozes, delicada acidez cítrica, com leve toque de laranja, e sabor adocicado com finalização achocolata de longa duração (*aftertaste*), atendendo, portanto, as exigências de um mercado de café seleta e *gourmet*.

No segundo momento, também se justifica, pois, o papel do Estado e de créditos subsidiados, o uso de tecnologia, de informação e da ciência permitiu a alta produtividade, fazendo deste município um grande produtor de café no país. Essas condições, inseriu o município, juntamente com os cafeicultores associados em cooperativas/associações, a uma lógica de produção para o mercado externo, cujo padrão de qualidade é diferenciado. Tal questão pode ser investigada cientificamente, do ponto de vista da Geografia, pois cria-se arranjos e estruturas que redundam em processos e funções diversas, estabelecendo redes geográficas variadas e organizando o setor e os segmentos envolvidos em um circuito espacial da produção, permitindo relações locais, regionais, nacionais e internacionais.

Desta maneira, almeja verificar as possibilidades de se caracterizar essa experiência a partir da análise de dois conceitos geográficos fundamentais: redes geográficas e circuito espacial de produção. Ao realizar o presente estudo de caso da cafeicultura, pretende-se,

objetivamente, apreender quais são os elos fundamentais que levaram a consolidação do circuito espacial de produção do café a partir do município de Patrocínio, no estado de Minas Gerais, bem como identificar as relações espaciais estabelecidas e com quais segmentos, tanto no âmbito local, regional, nacionais e internacional.

Diante o exposto a presente pesquisa estrutura-se em 6 (seis) partes: Introdução, quatro capítulos, considerações finais e referências.

O primeiro capítulo aborda os antecedentes históricos do surgimento e da expansão da cafeicultura no Brasil. A origem do grão a partir do século XVIII no território brasileiro, a expansão do seu cultivo em regiões paulistas e o início das constantes crises de superprodução desencadeadas no final do século XIX e aprofundadas durante o século XX. Nessa seção, destaca-se, também, o início da fase de regulamentação do mercado cafeeiro e as ações direcionadas à planificação do setor cafeeiro através da atuação efetiva do Instituto Brasileiro de Café (IBC).

Na segunda seção são discutidas a modernização da agricultura e a expansão da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro. Nesse capítulo são analisadas as principais políticas públicas governamentais direcionadas a inserção e a modernização da cafeicultura no estado de Minas Gerais. No conjunto, são analisados três programas: o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais, a Política de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrado e, por fim, o Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais.

O terceiro capítulo dedica-se ao estudo dos aspectos gerais do instituto jurídico e econômico das indicações geográficas. A IG é um signo distintivo que valoriza a imagem dos produtos e as regiões demarcadas, sendo uma importante ferramenta de promoção da competitividade baseado em identidades territoriais associadas a um povo e a um determinado produto. A Indicação Geográfica é um gênero que pertence a grande área do direito da propriedade industrial. Atualmente, a IG é reconhecida pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI) e pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

No quarto capítulo analisa-se o circuito espacial de produção do café a partir do município de Patrocínio (MG). O objetivo desse capítulo consiste em analisar às principais relações socioeconômicas existentes entre os principais atores sociais envolvidos na cadeia agroindustrial do café produzido em Patrocínio evidenciando, assim, os aspectos de produção, circulação e expansão dessa atividade agrícola para o mercado nacional e global de cafés finos e com registro de qualidade, conhecido como Denominação de Origem.

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SURGIMENTO E EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NO BRASIL

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização dos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais complexa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no social como no econômico, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. Se vamos à essência da nossa formação, veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros; mais tarde, ouro e diamante; depois algodão, e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileiras. Tudo se disporá naquele sentido: a estrutura social, bem como as atividades do país. Virá o branco europeu para especular, realizar um negócio; inverterá seus cabedais e recrutará a mão-de-obra de que precisa: indígenas ou negros importados. Com tais elementos, articulados numa organização puramente produtora, mercantil, constituir-se-á a colônia brasileira.

*História Econômica do Brasil
Caio Prado Júnior (1985, p. 14).*

2 ANTECEDENTES HISTÓRICOS DO SURGIMENTO E EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NO BRASIL

O presente capítulo narra de forma clara e objetiva os antecedentes históricos do surgimento e da expansão da cafeicultura no Brasil. A origem do grão a partir do século XVIII no território brasileiro, a expansão do seu cultivo em regiões paulistas e o início das constantes crises de superprodução desencadeadas no final do século XIX e aprofundadas durante o século XX. Esse grão de origem distante, se adaptou de forma exitosa no país e por mais de 100 anos consagrou o Brasil como o seu maior produtor. Nos últimos anos, três estados brasileiros, São Paulo, Paraná e Minas Gérias alternam-se e revezam na posição de maiores produtores de café do país.

2.1 Origem e expansão do Café no território brasileiro

O provável país de origem do café é a Etiópia, nação que se encontra localizada na região nordeste do continente africano. O café, assim como o açúcar branco, são dois produtos nos quais a gênese de sua comercialização remonta ao expansionismo europeu. A diferença cronológica é de um lapso temporal de mais de duzentos anos. No caso específico do açúcar branco, esse fato ocorreu durante o século XIII. Já em relação ao café, o primeiro registro é datado do século XV.

No início, o café chegava ao Continente Europeu através das rotas comerciais marítimas vindas do mediterrâneo. Já por volta do século XVI, “o grão era encontrado com maior frequência nas butiques das cidades de Veneza, em 1615, da Suécia, em 1674 em Paris e Londres, na primeira metade do século XVII entre os anos de 1749 e 1750”. (DEL PRIORE, 2016, p. 51).

Durante o século XVI e a primeira metade do XVIII, o café foi considerado um produto exótico. Nesta fase, o grão consolidou-se como uma bebida restrita aos tomadores de café residentes no meio urbano. Nesse período, a população europeia oscilava entre 80% a 90% dos moradores residentes em áreas rurais. Essa bebida, por um longo período, manteve-se com baixo volume de consumo, preço altamente elevado, e o acesso restrito a um pequeno grupo de admiradores.

A fase da popularização do consumo do café na Europa ocorreu, tão-somente, nas primeiras décadas do século XIX. Os consumidores europeus acolheram, rapidamente, essa nova bebida, de sabor excêntrico, intenso e marcante. Neste sentido, em curto espaço de tempo,

ocorreu um aumento substancial de milhares de admiradores de café disputando, inclusive, a preferência com outras bebidas mais tradicionais do continente tais como: chás, vinhos, cervejas e bebidas espirituosas¹. A aceitação do café, no entanto, foi um verdadeiro sucesso, desencadeando, no surgimento de uma nova “moda de consumo” (DEL PRIORE, 2016, p. 52).

O café é uma rubiácea, ou seja, uma planta especial que apresenta um ciclo fenológico de dois anos (CAMARGO; CAMARGO, 2001). Essa planta possuiu uma relativa facilidade de adaptação há diversas regiões do planeta, favorecendo, assim, a sua inserção em diferentes microrregiões, culturas e continentes. A espécie mais propagada foi a *Coffea arábica* ou *cafeeiro arábica*, que para o seu desenvolvimento requer a soma dos seguintes fatores: áreas relativamente elevadas e úmidas, com temperatura anual variando entre 20 e 25 graus. A única restrição imposta refere-se ao cultivo do grão devendo, no entanto, evitar ao máximo possível, o plantio de mudas ou das sementes de café em solos muito secos ou alagados.

Durante a fase do expansionismo europeu, várias amostras de café foram levadas pelos colonizadores do velho mundo para as inúmeras colônias da América do Sul, América Central e Ásia. O pioneirismo desta ação é atribuído à Holanda que, a partir de 1696, trouxe alguns exemplares da rubiácea para a região da Ásia. Desse país foram levadas algumas mudas de café para Java, e posteriormente, para Sumatra, Timor Leste e, por fim, para algumas ilhas orientais. As cargas iniciais contendo o grão colhido e destinado à comercialização, no entanto, só chegara em Amsterdã por volta de 1710 (DEL PRIORE, 2016, p. 52).

Nessa mesma linha de raciocínio, Prado Júnior (1985, p. 116) analisa o papel desempenhado pela Holanda e a Inglaterra durante o século XVIII junto ao mercado cafeeiro mundial:

[...] o comércio cafeeiro também sentirá o influxo deste novo equilíbrio de forças. Os grandes produtores tinham sido, até então, as Índias Ocidentais sob o domínio direto ou indireto da Inglaterra; e a Insulásia, em particular Java e Sumatra, colônias neerlandesas. Os centros controladores do comércio internacional do café eram por isso Londres e Amsterdam — este último com sua conhecida ligação e dependência do primeiro. (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 116).

Entre os anos de 1715 e 1721, os franceses cultivaram alguns exemplares da rubiácea nas colônias da América do Sul e América Central. Os primeiros cafezais foram plantados nas

¹ Deriva do vocábulo latino *spiritus*, que significa valor ou vontade, portanto, equivalente a espírito. Essas bebidas eram utilizadas em rituais religiosos durante a Idade Média. São exemplos: whisky, a vodka, o rum, diversos aguardentes, o anís, o gim, o pisco e a tequila.

áreas pertencentes, atualmente, aos países do Suriname e Guiana Francesa. Além disso, algumas mudas foram levadas para as Ilhas de São Domingos e Guadalupe.

A chegada do café no Brasil ocorreu durante o século XVIII, embora, exista uma segunda corrente considerada minoritária que afirma, porém, que teria ocorrido, provavelmente, durante o ano de 1673. Segundo Macedo (1673, p. 87) em sua obra “No discurso sobre os gêneros para o comércio que há em Maranhão e Pará”, o autor relata a existência de algumas plantas de café na região da floresta amazônica brasileira. No entanto, a abordagem mais aceita está vinculada, ao fato histórico ocorrido por volta de 1727 na província do Pará (DEL PRIORE, 2016, p. 54).

De acordo com os relatos históricos obtidos por Del Priore (2016), durante o ano de 1727 foram organizadas diversas incursões militares comandadas pelo paranaense Francisco de Melo Palheta, na fronteira do Brasil com a Guiana Francesa. Após o fim dessas expedições e com o retorno do mesmo a cidade de Belém do Pará, o sargento-mor trouxe consigo, em sua bagagem, de forma clandestina, algumas sementes de café. Segundo a autora, a origem das primeiras mudas de café em território brasileiro teria derivado, portanto, desse ato por ele realizado.

Após essa experiência registrada no Pará, algumas sementes do grão foram levadas para o Maranhão e de lá se espalharam para outras regiões do país. Desta forma, conclui-se que, uma das principais *commodities* brasileiras têm a sua origem nacional atribuída a uma polêmica ligada biopirataria.

De acordo com Lacerda et al., (2010, p. 44), o café percorreu um longo itinerário até chegar ao Brasil. De origem da Abissínia (Etiópia), localizada no continente africano, a rubiácea percorreu os territórios europeus, asiáticos, americanos e por fim, no século XVIII chegou ao solo brasileiro. O café adaptou-se perfeitamente ao nosso solo, que apresentava características territoriais e climáticas favoráveis ao desenvolvimento dessa lavoura em larga escala. Mas foi a partir da independência do país, que ocorreu o aumento da produção do grão e a expansão da economia cafeeira, conforme transcrição a seguir:

[...] o café, proveniente da Abissínia, passou pela Europa antes de atingir a América e chegou ao Brasil na primeira metade do século XVIII. Adaptando-se perfeitamente ao nosso solo e sendo plantado e consumido como bebida no país, causou grande expansão na economia brasileira depois da Independência. (LACERDA et al., 2010, p. 44).

O plantio do café nesta fase inicial era, exclusivamente, direcionado ao consumo doméstico. Após a experiência do cultivo do grão em solo maranhense, algumas mudas de café

foram levadas pelos frades capuchinhos para a capitania do Rio de Janeiro. No entanto, esses religiosos passaram a cultivar a rubiácea nos quintais dos mosteiros cariocas, restringindo o acesso do produto a apenas aos frequentadores dessa casa religiosa (DEL PRIORE, 2016).

Na capitania do Ceará foi registrado uma experiência *sui generis*, a pedido de Furna Uchoa, também conhecido como, o Capitão-mor do café; algumas mudas da rubiácea foram trazidas do *Jardin des Plantes* localizado em Paris, França para o Brasil. Ao chegar no nordeste brasileiro, as plantas foram inseridas na Serra da Meruoca, no sertão cearense (DEL PRIORE, 2016, p. 54).

No entanto, a finalidade inicial demonstrada pelos pequenos lavradores era promover, desta feita, a expansão gradativa desta cultura em todo território nacional. As outras capitanias que receberam sementes foram respectivamente, a de São Paulo, Minas Gerais, Espírito Santo, Santa Catarina e Goiás.

De acordo com Prado Júnior (1985), durante o século XVIII dois fatos fundamentaram o processo inicial de expansão socioespacial do cultivo do café no Brasil, refiro-me à natureza geográfica e o processo de esgotamento e declínio de algumas culturas mais tradicionais brasileiras como: a cana-de-açúcar, o algodão e o tabaco. Em relação ao primeiro item, ele se justifica tendo em vista, o itinerário percorrido pelo grão no território nacional. Inicialmente, a rubiácea foi inserida na região norte e, após algumas experiências pouco exitosas, o café migrou para Região Centro-sul do país onde se adaptou perfeitamente, expandiu as áreas de cultivo e, por fim, desencadeou uma revolução socioeconômica. O outro fato tratou-se do declínio das lavouras tradicionais, que perderam a sua importância para o mercado mundial e foram substituídas quase que exclusivamente pelo café, conforme o fragmento a seguir:

[...] dois fatos (aliás, intimamente relacionados) a constituem; um de *natureza geográfica*: é o deslocamento da primazia econômica das velhas regiões agrícolas do Norte para as mais recentes do Centro-Sul (o Rio de Janeiro e partes limítrofes de Minas Gerais e São Paulo). Outro é a *decadência das lavouras tradicionais do Brasil — da cana-de-açúcar, do algodão, do tabaco —*, e o desenvolvimento paralelo e considerável da produção de um gênero até então de pequena importância: o café, que acabará por figurar quase isolado na balança econômica brasileira. (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 114). (Grifos do autor).

No que se refere a primeira técnica agrícola que foi muito adotada e propagada entre os pequenos lavradores no cultivo do café em território brasileiro, destaca-se o método que ficou conhecido como sítio volante. De origem indígena, consistia em usar uma pequena porção de terra localizada no interior da mata, para a plantação de uma determinada cultura agrícola

por um período curto e transitório. Após concretizada a primeira colheita, o local era abandonado não voltando, portanto, a ser novamente utilizado. O resultado desta prática fomentou a origem dos primeiros cafezais localizados em São Paulo. Nesse sentido, Del Priore (2016) sinaliza que:

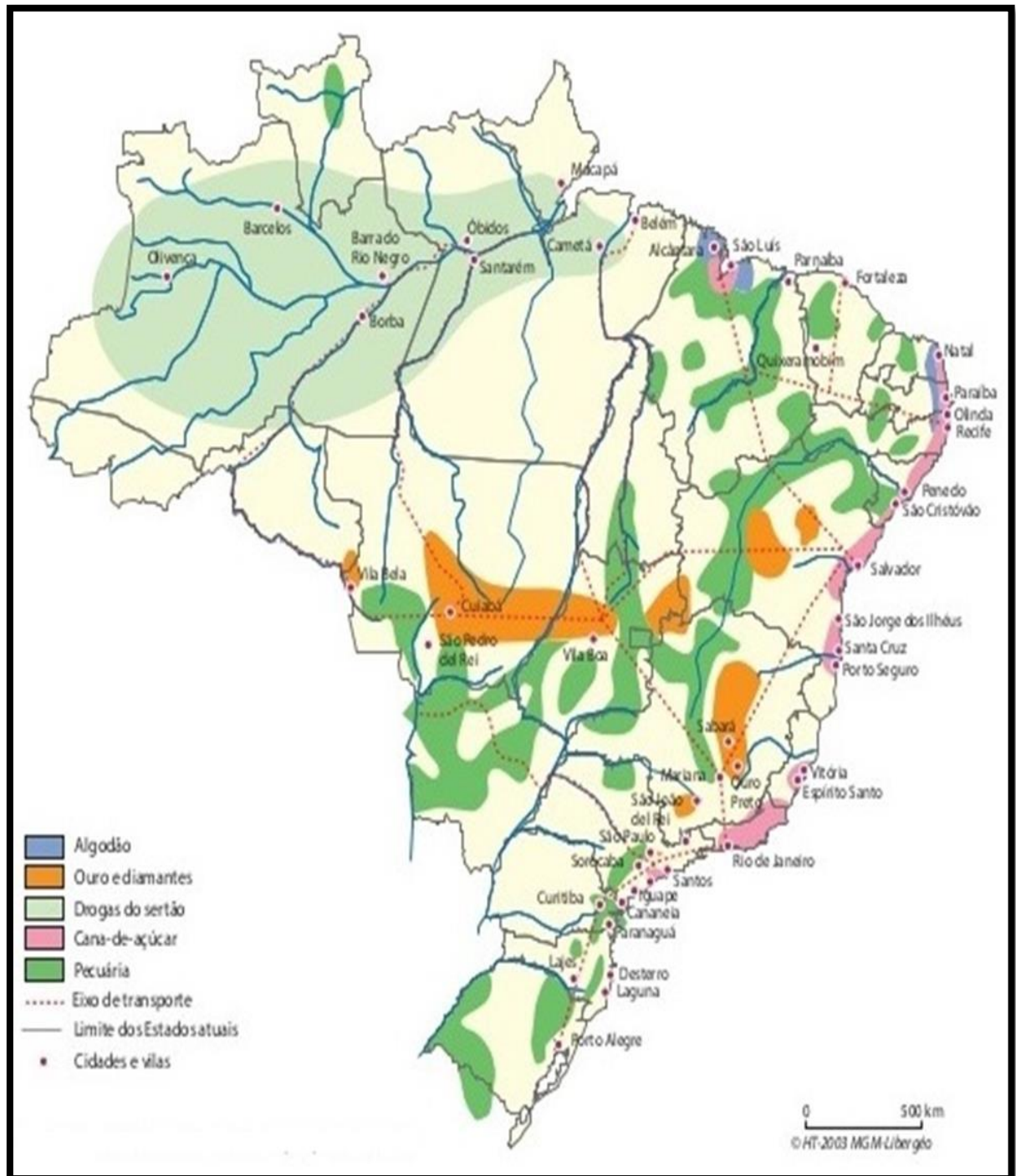
[...] os pequenos produtores trabalhavam com a família ou com alguns escravos, plantando conjuntamente café, milho, arroz e feijão. Por vezes, a terra era abandonada após a primeira colheita, e a nova área ocupada não voltava a desenvolver a rubiácea. Tal inconstância revelava uma lavoura caprichosa, exigente de trabalho e paciência. Bem ou mal – e à custa de muito ensaio e erro -, criou-se uma cultura cafeeira, na qual as técnicas utilizadas na secagem do arroz, moagem do milho e trituração da cana eram reutilizadas com novo sentido. (DEL PRIORE, 2016, p. 55).

As primeiras exportações brasileiras de café foram registradas apenas no final do século XVIII. Os dados referentes as saídas do grão verde para o mercado externo sinalizam que, durante esse período, a produção destinada ao exterior foi de apenas 1,5 toneladas de café ou cerca de 1,8% do total de todas as exportações anuais relativas ao período do Brasil Império. No que se refere, ao açúcar branco, principal produto desta época destinado ao mercado externo, os volumes de negócios correspondiam, nessa época, ao total de 18 mil toneladas (DEL PRIORE, 2016, p. 54). Na Figura 1, é apresentado, os principais produtos agrícolas brasileiros que foram cultivados durante o século XVIII (algodão, ouro e diamantes, drogas do sertão, cana de açúcar e pecuária) ambos os produtos eram destinados à corte europeia.

Os volumes iniciais das exportações do café brasileiro, durante as primeiras décadas do século XVIII, se mantiveram irrisórios, por um longo período, sendo que o café ainda não estava inserido entre os principais produtos destinados à exportação. Mas foi, a partir desse período, que se estabeleceu, a formação da primeira rede de compradores e consumidores do grão nacional. Entre os anos de 1796 a 1800, os países que mais adquiriram esse produto foram, respectivamente, a Inglaterra, França, Itália, Holanda, Espanha, Dinamarca, Suécia, Rússia e os Estados Unidos.

Todos esses países citados, somente tinham o acesso ao café brasileiro por meio do mecanismo de reexportação, que era administrado por Portugal. O baixo volume de produção, somado com a grande dificuldade em encontrar o produto, tanto no mercado local como no global, desencadeou como consequência, um aumento descontrolado dos preços do grão verde destinado à exportação. Os norte-americanos, nessa época, conseguiram, comprar, apenas, um volume inicial de 30 quilos de café, ou seja, uma quantidade irrisória, tendo em vista, a demanda interna do país (DEL PRIORE, 2016).

Figura 1 - Brasil - Principais produtos de exportação brasileira durante o Século XVIII



Fonte: THERY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2005, p. 39.

No entanto, em curto espaço de tempo, o EUA vai se tornar o principal importador e consumidor do café brasileiro, permanecendo nessa posição até os dias atuais. Alguns fatores colaboram para o surgimento e a consolidação dessa relação comercial entre esses dois países tais como: a) a posição geográfica privilegiada entre essas duas nações, afinal, a distância é de apenas 7.312km, b) foi durante esse período que existiu no mercado interno estadunidense uma

demanda retraída e favorável ao consumo de café, c) o EUA demonstrou ser um consumidor em potencial de mais de 50% do grão vindo do Brasil, conforme a transcrição que se segue:

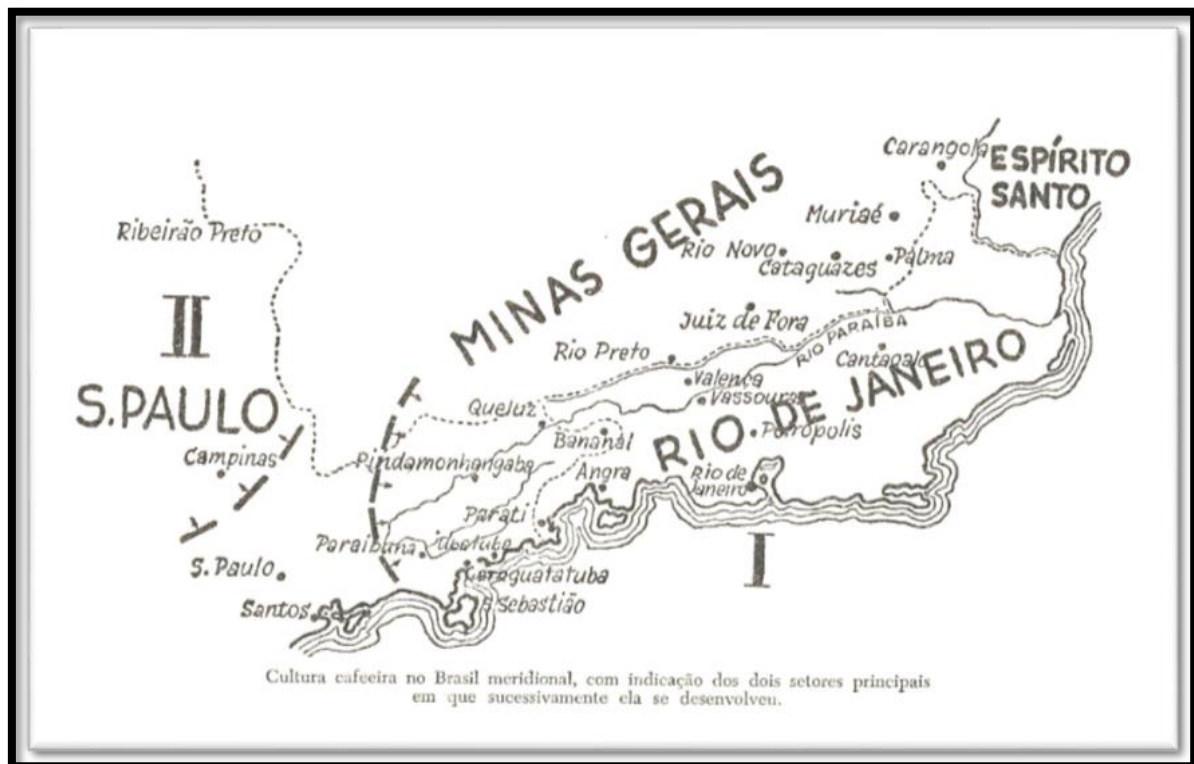
[...] os Estados Unidos, grandes consumidores de café, voltar-se-ão (...) para os novos produtores (...). Em particular o Brasil, favorecido além do mais, com relação a eles, pela sua posição geográfica. A produção cafeeira encontrará nos Estados Unidos um dos seus principais mercados; em meados do século, quando o café se torna o grande artigo de exportação brasileira, aquele país absorverá mais de 50% dela. E essa porcentagem ainda crescerá com o tempo. (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 160).

A lavoura de café adaptou-se perfeitamente às vastas regiões agrícolas do estado de São Paulo. Inicialmente, a expansão dessa cultura foi direcionada para o vale do Paraíba conforme descrição que se segue:

[...] outro setor para onde se dirige a expansão paulista é o vale do Paraíba. É uma velha zona ocupada desde o início da colonização e por onde transita o caminho que leva às Minas Gerais. Ao longo desse caminho se tinham formado núcleos importantes, como Taubaté, que teve casa de fundição onde o ouro de Minas Gerais foi a princípio quintado. Essa região, que acompanhou na decadência o resto da capitania, também se refaz em fins do século XVIII e se estende para leste, além do ponto que a colonização atingira no passado, e que parava em Guaratinguetá. Não havia ali senão um caminho pouco trafegado que conduziu para o Rio de Janeiro. A expansão paulista invadirá territórios que embora desocupados pertenciam a essa última capitania; e a jurisdição das autoridades administrativas de São Paulo, acompanhando este movimento, acabará levantando protestos do vice-rei que governava no Rio. Isso se deu quando é fundada, em 1788, a Vila Nova de Lorena, hoje cidade deste nome. ***Mas a expansão paulista não se interrompeu com esses protestos. Estender-se-á muito adiante, e se consolidará com a posse definitiva da região. No momento que nos ocupa, já se começava aí a cultivar o café, e ela se tornará sob o Império uma das principais zonas produtoras do gênero no país.*** (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 85-86). (Grifos do autor).

Nos relatos acima, o autor destaca a importância da região do Vale do Paraíba para o Brasil, desde o período histórico brasileiro compreendido entre a fase da colonização portuguesa até o Império. Essa região, acompanhou alguns acontecimentos do país, conheceu a prosperidade do ciclo do ouro nas Minas Gerais e, em seguida, a decadência da exploração do metal. No entanto, foi a partir do final do século XVIII que ocorreu o renascimento econômico do Vale do Paraíba, com o marco da expansão das lavouras de café nessa área, conforme a Figura 2. Em curto espaço de tempo, sobre o manto da influência imperial, essa região se tornou a principal zona produtora de café do país.

Figura 2 - Regiões cafeeiras no Vale do Paraíba no século XVII e XVIII



Fonte: PRADO JR., Caio. História Econômica do Brasil, 1985, p. 163.

Nesse sentido, conforme afirmou Prado Júnior (1985), o primeiro cenário da lavoura cafeeira no Brasil foi a região do vale do Rio Paraíba. Historicamente, no transcorrer das décadas, a cafeicultura brasileira irá mudar de paisagens e dinâmicas. O que de fato permaneceu desta fase inicial de expansão, foi a alternância entre esses três estados São Paulo, Paraná e Minas Gerais que revezaram entre si, pela busca da liderança na produção do grão no país. O autor destaca, a seguir, quais os elementos que se constituíram como favoráveis para o desenvolvimento do cultivo do café nessa região entre o final do século XVIII e início do XIX:

[...] o primeiro grande cenário da lavoura cafeeira no Brasil é o vale do rio Paraíba, no seu médio e depois alto-curso. As condições naturais são aí esplêndidas. Uma altitude que oscila entre 300 e 900m mantém a temperatura, embora em latitude tropical, dentro dos limites ideais para a planta, e regulariza as precipitações. Região muito acidentada, não lhe faltam encostas bem protegidas contra o vento (fator importante numa planta arbustiva de grande porte como o cafeeiro) e convenientemente expostas. A mata virgem que a revestia deu solos magníficos. O vale do Paraíba tornou-se assim um grande centro condensador de lavouras e de população; em meados do séc. XIX reúne-se aí a maior parcela da riqueza brasileira. Subindo pelo rio, os cafezais invadem e ocupam largamente a parte oriental da província de São Paulo. Tomam-lhe também a vertente setentrional, estendendo-se pela região fronteira de Minas Gerais. (PRADO JÚNIOR, 1985, p. 118).

Portanto, foi a partir da soma desses fatores, tais como altitude, temperatura, vasta área disponível para produção do grão e os solos férteis, é que o vale do Rio Paraíba se tornou uma região com potencialidade para desenvolvimento da cafeicultura brasileira. O seu apogeu ocorrerá, deste modo, durante o século XIX quando essa localização geográfica conseguirá aglutinar a maior parcela de geração de riquezas do país.

2.2 A explosão do consumo do café verde no século XIX

O século XIX é considerado o marco inicial para a consolidação do consumo do café a nível global. No continente europeu, os médicos discutiam o uso contínuo da bebida em tratamentos médicos preventivos e associados ao distúrbio de concentração. O consumo regular era indicado aos trabalhadores urbanos submetidos às rotinas exaustivas de trabalho nas novas fábricas que surgiram, a partir da Revolução Industrial.

Em relação ao Brasil, foi a partir deste século que ocorreu a proliferação das diversas fazendas de café. Nos séculos anteriores, o grão era cultivado em roças ou no fundo de quintais, dando origem as seguintes denominações terminológicas “cafés de quintais” ou “café da roça”, ambas expressões, muito utilizadas no interior do país.

Para Del Priore (2016), o que ocorreu, precisamente, foi um deslocamento onde, “o café pulou da roça para fazenda”, uma mudança, portanto, de *locus* que resultaria na formação de um grupo de lavradores prósperos, privilegiados pelo Império e geradores de riquezas (DEL PRIORE, 2016, p. 58). Esse fenômeno, no entanto, apresentou algumas particularidades regionais dificultando, assim, uma análise mais aprofundada e alinhada. A Figura 3 retrata os caminhos percorridos pelo café, durante a fase de expansão e multiplicação de novas áreas de produção do grão ocorrida durante o século XIX e XX:

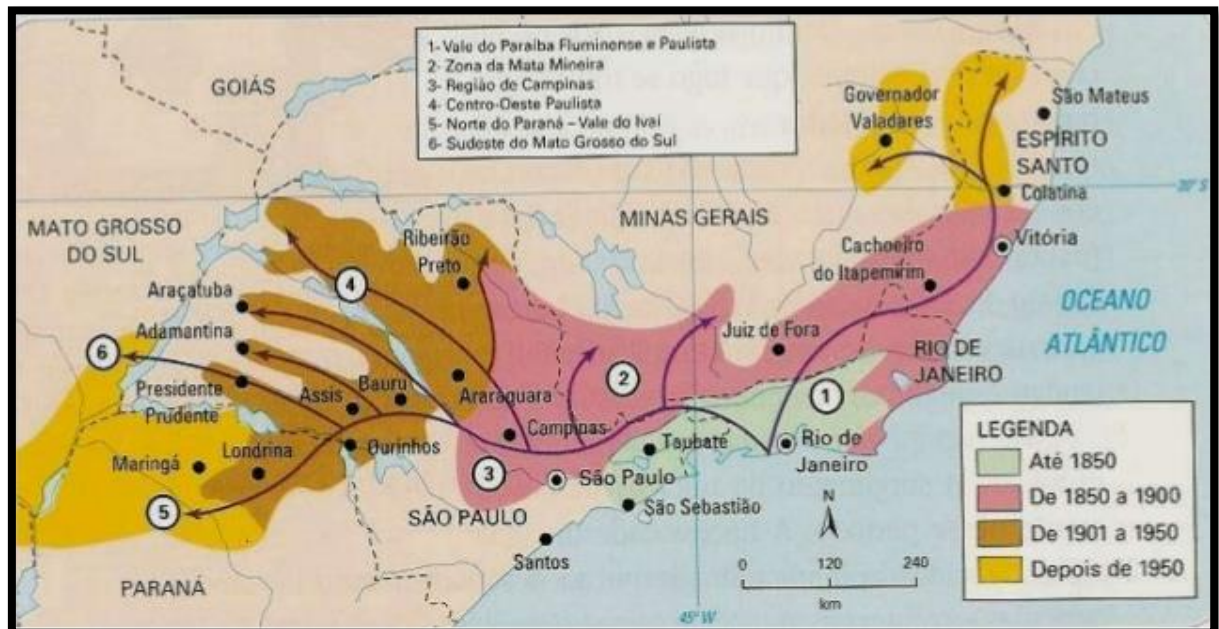
Esse modelo de produção, baseado na grande fazenda de café, adaptou-se, com êxito, principalmente, nas capitânicas do Rio de Janeiro e de São Paulo e, em menor proporção, nas de Minas Gerais e Espírito Santo. Nesse processo, Del Priore (2016, p. 58) indica que, a motivação que conduziu a proliferação de várias fazendas de café é atribuída a um “projeto conservador” que resultou no aumento e no aprofundamento das desigualdades regionais e sociais, conforme o entendimento a seguir:

[...] baseado em um projeto conservador, a lavoura do café multiplicou as desigualdades regionais, em favor das áreas que efetivamente comandaram o processo de independência e de formação do Estado nacional brasileiro. A multiplicação das fazendas cafeeiras ocorreu, primeiramente, no Vale do

Paraíba fluminense, avançando, depois, em direção ao território paulista. Outra frente caminhou em direção às terras mineiras e capixabas. Nesse último caso, tratou-se, contudo, de um processo lento, consolidado somente por volta de 1850. (DEL PRIORE, 2016, p. 58).

Por outro lado, foi a partir desse modelo conservador (escravocrata e latifundiário), baseado nas grandes fazendas de café que ocorreu o emprego de algumas práticas agrícolas disseminadoras de grandes florestas naturais. Segundo Prado Júnior (2011) o que ocorreu, no entanto, foi que os “[...] territórios virgens são devassados e ocupados; novas atividades se iniciam. O café, principalmente, começa sua grandiosa trajetória que transformaria o país no correr do século em curso”. (PRADO JÚNIOR, 2011, p. 87).

Figura 3 - Expansão do cultivo do café durante o século XIX e XX



Fonte: RODRIGUES, João Antônio. Atlas para Estudos Sociais. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977.

A técnica agrícola mais utilizada na destruição de florestas, nessa fase, era a da coivara. Com o emprego do fogo só resta cinzas e, logo em seguida, era plantada as primeiras mudas de café em covas abertas no terreno. Foi desta forma que surgiram as novas frentes de cultivo do grão. A ocupação destas áreas pela cafeicultura se espalhou por diversas regiões do país, em maior proporção e êxito nas províncias do Rio de Janeiro e de São Paulo. Segundo Del Priore, para a expansão inicial destas áreas destinadas a lavoura cafeeira eram adotadas as seguintes ações:

[...] o café era plantado na clareira enegrecida pelo fogo. Dentro das covas, eram colocadas as mudas arrancadas do solo, que haviam brotado perto dos cafeeiros que lhes deram origem, pois as mudas amadureceriam de maneira mais rápida do que os grãos de café plantados diretamente. Uma vez consolidadas as lavouras, eram feitas duas capinas anuais. Ao cabo de três anos, os cafezais começavam a frutificar. A produtividade plena demorava, porém, mais dois ou três anos. Durante esse tempo, plantava-se milho, feijão e mandioca entre as fileiras dos cafezais. Além de produzir alimentos para os escravos, essa prática protegia as plantas novas do sol quente. A colheita era feita à mão: os grãos eram colocados em peneiras e separados dos galhos e folhas. Depois disso, eram levados a um rancho e, em seguida, ao terreiro de secagem. Os grãos podiam ser beneficiados na própria fazenda – nos engenhos de pilões – ou enviados para a cidade, por meio de tropeiros. (DEL PRIORE, 2016, p. 58-59).

Durante a primeira fase da expansão cafeeira multiplicaram-se os investimentos financeiros direcionados a compra de terras e de mão de obra cativa para trabalhar nas lavouras de café. Na primeira metade do século XIX, o transporte de mercadorias no Brasil era executado por tropas de muares, que levavam o grão até o litoral. Cada agricultor possuía o seu fornecedor particular, responsável por transportar a mercadoria da fazenda até o porto. A Figura 4 sintetiza a estrutura de produção e escoamento do café durante o século XIX:

Figura 4 - Ilustração do sistema de produção e transporte de café no século XIX



Fonte: Caderno de Geografia (2014)

As mesmas dificuldades que foram enfrentadas na logística de escoamento do ouro das Minas Gerais, também se repetiram entre os lavradores de café. Da sede da fazenda até os portos de embarque do grão, existiam muitos obstáculos. No início, o transporte do grão era feito em estradas cheias de lama e poeira, com relevo cheio de serras e por estradas muitas vezes tortuosas. Deste modo, a construção das primeiras linhas férreas no século XIX tornou-se indispensável para o crescimento da produção e desenvolvimento da cafeicultura nacional.

Foi durante o período do Brasil Império, entre os anos de 1863 a 1871, que o transporte férreo assume o protagonismo de ser a mola propulsora de um novo projeto econômico baseado, agora, numa nova riqueza natural, que brotava da terra, denominado “Ouro Verde”, que inicialmente se espalhou nas capitânicas de São Paulo e Rio de Janeiro. Nesta mesma direção, Del Priore destaca que:

[...] as cidades que antes pontuavam os caminhos ganhavam visibilidade. A necessidade de transporte ferroviário que desse escoamento ao aumento crescente da produção de café se materializou na construção de linhas férreas. A difícil conquista da serra se foi consumando. Os trilhos foram chegando, sucessivamente: em 1863, a barra do Pirai; em 1871, a Barra Mansa e nos, últimos anos do Império, a Cachoeira, de onde partia a Estrada Norte de São Paulo. O chiado das Locomotivas passou a cortar as noites do vale. (DEL PRIORE, 2016, p. 64).

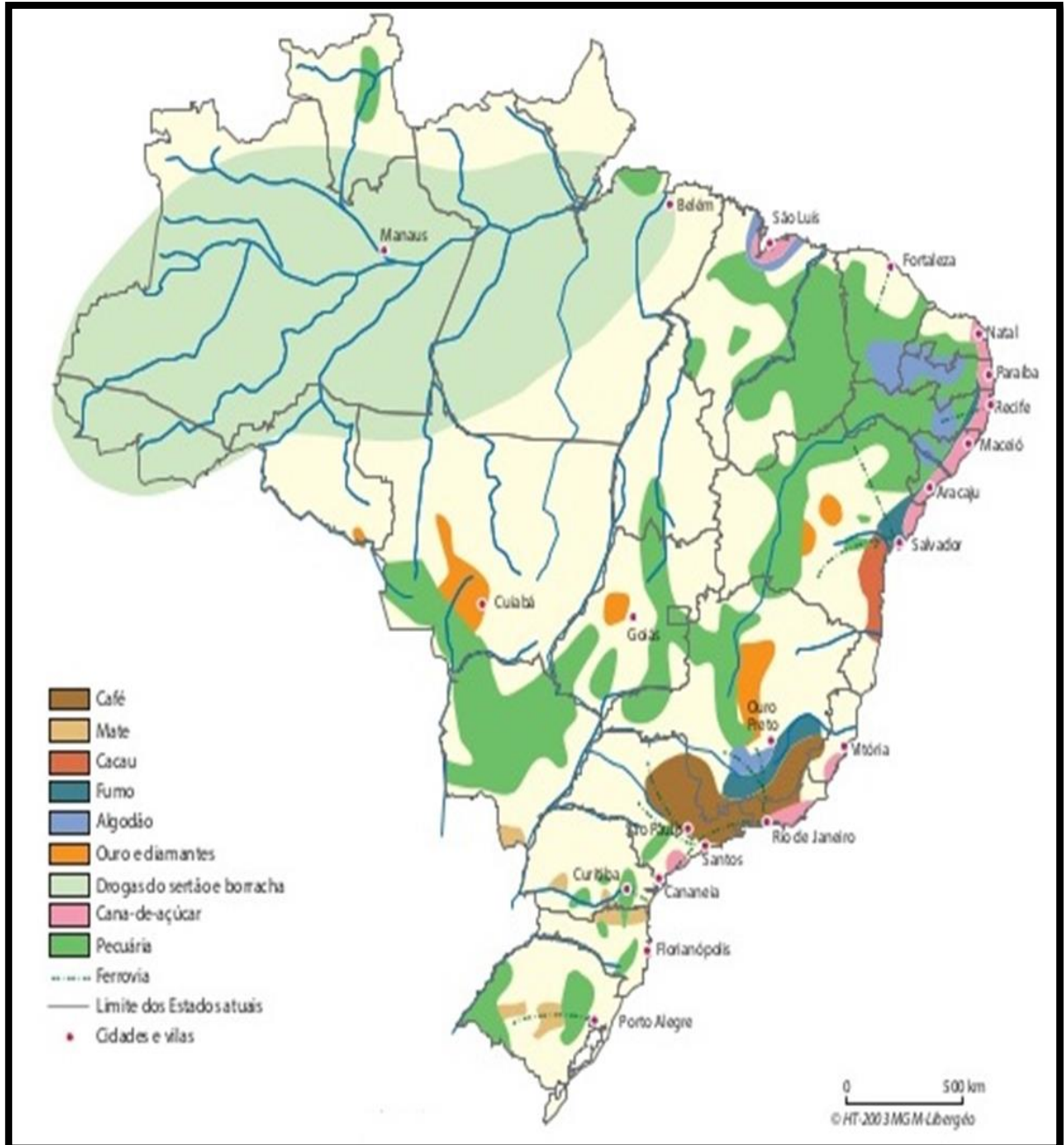
No entanto, foi a partir da institucionalização desse modelo conservador, baseado na grande fazenda de café, que as exportações do grão tenderam a aumentar. Em curto espaço de tempo, o café conseguiu dobrar a sua capacidade de gerar renda em relação ao açúcar, que até então, era o principal produto da pauta brasileira direcionado ao mercado internacional.

No ano de 1790 as divisas referentes ao café giravam em torno de 1% a 2% de toda comercialização internacional do Brasil. No final do ano de 1830, as exportações brasileiras do grão aumentaram, já somavam entre 40% a 45%, ou seja, o café promovia uma profunda revolução econômica na economia agroexportadora do país. Neste sentido, foi a partir dessa fase, que o café passa a substituir outros produtos brasileiros, tais como o açúcar, algodão e tabaco, que até então, já se encontravam em um processo contínuo de declínio ou estagnação das vendas para o mercado externo (DEL PRIORE, 2016, p. 58).

A Figura 5 representa a produção agrícola no século XIX. No período consolidou-se a economia cafeeira, especialmente em São Paulo e no Rio de Janeiro. No que se refere ao aumento de novas áreas para o cultivo do café e de outras culturas agrícolas, ocorreram um acréscimo substancial, mais precisamente na diversidade biológica e de saberes, em

comparação ao século anterior. O café, mate, cacau, fumo e borracha passaram a ser os novos produtos inseridos na pauta brasileira destinados ao mercado internacional.

Figura 5 - Principais produtos da Economia brasileira durante o Século XIX



Fonte: Fonte: THERY, Hervé; MELLO, Neli Aparecida de. Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território. São Paulo: Edusp, 2005, p. 41.

O século XIX é, portanto, um marco histórico na popularização do consumo do café. Além disso, foi durante esse período, que o café deixou de ser vendido verde e passou a ser torrado e colocado em pacotes. Na Europa, essa bebida era consumida, exclusivamente, nas

idades. No caso específico brasileiro, esse processo foi mais lento e por um longo tempo, o café foi considerado uma típica bebida caipira.

Del Priore (2016) destaca, ainda, que foi a partir da estruturação desse modelo de produção fundamentado na típica fazenda de café, que originou, no Brasil, as duas primeiras espécies de consumidores dessa bebida: os escravos e os trabalhadores livres. A autora descreve detalhadamente como o grão se incorporou na rotina dos primeiros trabalhadores e lavradores cafeeiros. O consumo do café passou a ser diário e incluído nas principais refeições, conforme descrição abaixo:

[...] as fazendas também deram origem a novos consumidores da rubiácea. Desde a década de 1830, há testemunhos de que o paladar dos escravos africanos era receptivo ao novo produto. Escravos e trabalhadores livres tomavam café, da manhã até à noite: por volta das cinco horas da manhã, a bebida era adoçada com açúcar mascavo e servida com pedaços de angu frito; às dez horas, acompanhava o feijão, a carne-seca e a mandioca; as 17 horas, jantava-se um prato de pirão de mandioca, com nacos de rapadura, e ingeriam-se os derradeiros goles de café. Nas cidades, a difusão foi mais lenta. Talvez por isso, tenham afirmado Gilberto Freyre, ao escrever sobre o Recife: O café só veio a popularizar-se nos meados do século XIX. Sem dúvida, contribuiu o fato de que só então o produto deixará de ser vendido verde, passando a ser comercializado torrado e em pacotes. (DEL PRIORE, 2016, p. 59-60).

Durante a última década do Século XIX ocorreu a expansão da cultura cafeeira no Brasil. Um fator externo foi determinante para a proliferação das diversas lavouras de café em território brasileiro. Nesse período, a produção asiática localizada no antigo Ceilão, atual Sri Lanka, atravessou um longo período de dificuldades e enfermidades nas várias plantações dessa rubiácea, chegando ao ponto de ocorrer uma grave crise de abastecimento desse produto. Além disso, era quase inevitável a extinção dessa planta nas principais regiões produtoras da ilha.

No contexto brasileiro, no final da década de 1890, foi elaborado um “pacote de benefícios” direcionados aos cafeicultores brasileiros. O resultado dessa medida materializou a grande expansão do setor cafeeiro nacional no século XIX. Em síntese, foram as seguintes ações adotadas, segundo Furtado (2016, p. 251):

- a) Crédito financeiro subsidiado para o financiamento da compra de novas áreas destinadas a produção do grão;
- b) elevação dos preços do produto em moeda nacional;
- c) e a utilização do mecanismo de depreciação cambial.

No que se refere às principais consequências dessas medidas, foram registradas, ainda, pelo autor, os seguintes resultados:

- a) Um aumento substancial na produção do café no país. Entre os anos de 1880-1881, os valores correspondiam a 3,7 milhões de sacas de 60 kg. Já entre 1890-1891, o resultado foi de 5,5 milhões e, por fim, no início do novo século, mais precisamente, entre os anos de 1901-1902, os volumes contabilizados da colheita totalizaram o valor expressivo de 16 milhões de sacas de café;
- b) ampliação de novas áreas com potencialidade para o cultivo do grão que foram direcionadas, exclusivamente, para cultura cafeeira;
- c) o uso de singularidades locais e do típico modo de produção pertencente à localidade. Esses processos foram incorporados gradativamente no cultivo e na lida do grão. O território de produção e o saber fazer, também, foram despertados entre os novos cafeicultores;
- d) a busca pela integração de novos e variados modais logísticos destinados ao escoamento da produção do café, como as estradas de ferro, portos e o transporte marítimo (FURTADO, 2006, p. 252).

Conclui-se que, durante esse período histórico, existia um número limitado de produtos demandados pelo mercado internacional. No caso específico do Brasil, o gênero que apresentava uma maior vantagem e competitividade no mercado externo era o café.

Deste modo, era inevitável que não ocorresse a proliferação e o aumento da oferta de café no Brasil. A partir desse período a tendência predominante foi de um crescimento maior que a absorção, tanto por parte da demanda interna como da externa. Nesse sentido, um fator determinante para o crescimento da produção da rubiácea é atribuído a “disponibilidade de mão-de-obra e terras subocupadas” (FURTADO, 2006, p. 252). Além disso, esse produto, ainda, apresentava uma vantagem relativa para mercado global.

Nas últimas décadas do século XIX, a cafeicultura brasileira já enfrentava constantes desequilíbrios entre a oferta e a demanda de café no mercado internacional. Isso decorreu devido ao aumento de inúmeras áreas destinada a produção do grão. Esse crescimento exponencial se materializou, exclusivamente, nas fronteiras territoriais brasileiras. Por consequência, em um curto espaço de tempo, ocorreu uma superprodução do grão. Como consequências negativas seguiram inúmeras distorções dos preços e das cotações do café no comércio exterior.

Os governos de São Paulo e, posteriormente, o Central, ao fomentarem os pacotes de benefícios direcionados essencialmente aos cafeicultores desencadearam um fenômeno conhecido como “Efeito Cobra”, ou seja, ao tentar solucionar um problema, na realidade, o que

ocorria era um agravamento do mesmo. No entanto, duas crises econômicas internacionais agravaram essa conjuntura de mercado, refiro-me à depressão de 1893 ocorrida no Estados Unidos da América (EUA) e a de 1897 (FURTADO, 2006, p 253). Nessa época, os EUA já eram os maiores importadores do café brasileiro, subjugando a nossa economia aos efeitos das crises norte-americana.

Entre os anos de 1893 a 1896 começaria a ocorrer uma queda contínua no valor das sacas de café produzidos no Brasil e destinados ao mercado externo. Em 1893, a saca era vendida a 4,09 libras e no ano de 1896, o valor despencou para 2,91. E com a nova depressão de 1897 repetiu-se o declínio dos preços dos grãos, sendo que, nos dois anos seguintes a essa última crise, o preço do grão veio alcançar, em 1899, o valor de apenas 1,48 libras saca. Nesse sentido, Furtado (2006) sinaliza que “[...] se os efeitos da crise de 1893 puderam ser absorvidos por meio da depreciação externa da moeda, a situação de extrema pressão sobre a massa de consumidores urbanos, que já existia em 1897 tornou-se impraticável insistir em novas depreciações”. (FURTADO, 2006, p. 253).

2.3 A demanda cafeeira mundial e a regulamentação do mercado cafeeiro brasileiro

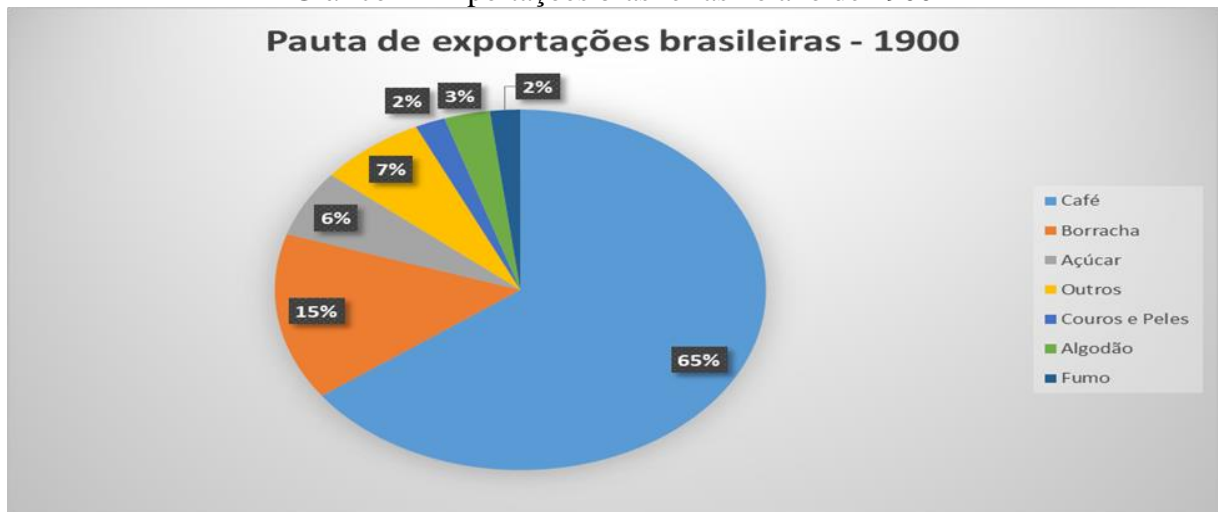
No início do século XX o Brasil era responsável por $\frac{3}{4}$ de toda a produção mundial de café. O Gráfico 1 destaca a pauta de exportações do Brasil durante o ano de 1900. Nesse período, existia uma forte concentração das exportações brasileiras direcionadas quase que exclusivamente para um único produto agrícola, ou seja, o café. Esse produto já representava cerca de 65% de todas as exportações nacionais, o que ocasionou numa alta vulnerabilidade da economia do país em relação às várias flutuações econômicas dos preços do grão no mercado internacional e das constantes crises econômicas mundiais ocorridas desde o final do século XIX.

No entanto, o setor cafeeiro nacional não detinha: a) o controle das decisões estratégicas referentes às políticas de preços do grão no comércio internacional; b) e o acesso às políticas de incentivo à produção e competitividade. Sendo assim, quem detinha o controle era, os países importadores do grão que acabavam por emitir a palavra final e por determinar os preços do produto (FURTADO, 2006, p. 176).

O Convênio de Taubaté, acordado no ano de 1906, estabeleceu uma série de medidas intervencionistas para o setor cafeeiro. O objetivo inicial visava, *a priori*, a constituição de um mecanismo eficiente de amortização, atrelado ao controle dos impactos econômico-financeiros

muito comuns nesse período. O acordo de 1906 foi também a primeira iniciativa de valorização do mercado cafeeiro nacional.

Gráfico 1- Exportações brasileiras no ano de 1900



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Gremaud; Vasconcellos; Toneto Junior (2014)

Esse convênio foi idealizado na cidade de Taubaté, no estado de São Paulo. No ano de 1906, os principais cafeicultores do país reunidos com os governadores dos estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro elaboraram estratégias visando minimizar ou mitigar as constantes quedas dos preços do café no mercado mundial. O acordo estabelecia a utilização de alguns mecanismos intervencionistas no mercado cafeeiro como: a) a compra de excedentes de produção; b) a retenção de oferta do produto; c) e o desestímulo as novas áreas de plantação do grão. Inicialmente, coube ao governo de São Paulo adotar as primeiras medidas contidas no acordo de 1906. O convênio de Taubaté constituiu-se em um empréstimo de 15 milhões de libras do governo brasileiro para os barões do café.

Os dirigentes do mercado cafeeiro dos três principais estados produtores do grão organizaram-se e, rapidamente, conceberam a ideia de reter parte da produção de café produzida no país, criando, assim, uma oferta artificial do produto. A estratégia consistia em direcionar a oferta de grãos retidos em estoques para a comercialização quando o mercado apresentasse uma melhora significativa de preços, ou seja, quando sobreviesse um aumento do nível de renda dos principais países importadores. Segundo Furtado (2006), o Convênio de Taubaté consistia, em uma política de valorização com as seguintes características:

Em essência, essa política consistia no seguinte: a) com o fim de restabelecer o equilíbrio entre oferta e procura de café, o governo interviria no mercado para comprar os excedentes; b) o financiamento dessas compras se faria com

empréstimos estrangeiros; c) o serviço desses empréstimos seria coberto com um novo imposto cobrado em ouro sobre cada saca de café exportada; d) a fim de solucionar o problema a mais longo prazo, os governos dos estados produtores deveriam desencorajar a expansão das plantações. (FURTADO, 2006, p. 176).

No entanto, posteriormente, coube ao governo central a compra dos excedentes de produção, a retenção da oferta do produto e o desestímulo à expansão da cultura do café em novas áreas do país. Todas essas ações visavam a obtenção do controle da perda cada vez mais crescente e persistente da renda dos cafeicultores. Além disso, era fundamental promover de imediato a diminuição dos estoques de café retidos em armazéns públicos, além de possibilitar a amortização dos prejuízos financeiros decorrentes dos inúmeros subsídios oferecidos aos cafeicultores que, por sinal, resultaram num agravamento da dívida pública líquida do país (FURTADO, 2009).

Os idealizadores e os principais gestores do Convênio de Taubaté apenas alcançaram resultados parciais das medidas de valorização da cafeicultura proposta em 1906. Portanto, o pacto manteve, destarte, uma relativa eficiência em relação ao mecanismo de preço criado a partir do acordo, conforme descrição abaixo:

[...] esse plano de defesa foi parcialmente bem-sucedido, no que concerne a preços, pois conteve, a curto prazo, a tendência de queda dos preços do café. Obviamente, o café continuava a ser uma cultura rentável e interessante, o que estimularia a expansão de produção, que iria realimentar continuamente o problema, a longo prazo. (SILVA; CORTEZ, 1998, p. 67-68).

Segundo os autores Gremaud, Vasconcellos e Tonetto Junior (2014), o Convênio de Taubaté enfrentou dois graves problemas durante a sua implementação, conforme a descrição a seguir:

1) Primeiro problema: a política também acentuava a tendência à superprodução dessa economia, pois também escondia os sinais do mercado. Os produtores, com a estocagem, acabavam por receber preços pelo café acima daqueles que seriam fixados normalmente pelo mercado. Assim, havia um incentivo a se continuar plantando café, mesmo porque o risco de os preços caírem desaparecia à medida que o governo fazia estas intervenções reguladoras; 2) segundo problema: o problema no mercado de café era ainda agravado pelo fato de outros países também serem indiretamente incentivados a plantar café, dada a elevada remuneração recebida, pois os preços eram sustentados pela política do governo brasileiro. Assim, a política contribuía para forjar um aumento da concorrência internacional no mercado cafeeiro. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETTO, 2014, p. 341).

Finalizado o primeiro plano de valorização do café, os cafeicultores e o governo brasileiro utilizaram, novamente, o mecanismo de estocagem de café. O segundo plano ocorreu durante a crise de superprodução do café no período da Primeira Guerra Mundial. Já o terceiro plano foi implementado em 1921. Após o ano de 1924, os cafeicultores e o governo brasileiro passaram a articular uma nova política de defesa permanente para a produção e comercialização do café. Os articuladores destas medidas sempre buscaram financiamento externo para execução desses três planos, mas não lograram êxito, sendo necessário o uso de recursos através de crédito interno ou através da emissão de moeda.

A política de preços mínimos e de estoques reguladores são medidas que foram utilizadas frequentemente pelos governos durante os períodos de crises e dificuldades na agricultura. A estocagem de café é, portanto, uma dessas iniciativas de controle, onde o governo intervém fortemente, comprando e estocando o grão. Já a outra ação governamental adotada é a desvalorização do câmbio com a finalidade de proteger a atividade econômica, assegurando, por conseguinte, o nível de emprego e de renda das famílias e das empresas.

Nesta esteira de acontecimentos, Grenaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2014) indicam que:

A ideia é a seguinte: quando os produtores colhem a produção – na safra – dada a abundância decorrente da colheita, os preços tendem a cair fortemente, prejudicando os produtores; já na entressafra, com a falta dos produtos, os preços sobem também de maneira significativa, afetando os consumidores negativamente. Estocando-se parte da safra na colheita, podem-se “desovar” os estoques na entressafra. Com isso, os preços cairão menos na safra, mas também subirão menos na entressafra. Desse modo, na safra o governo adquire e estoca produtos; em contrapartida, quando há problemas de abastecimento (na entressafra, por exemplo, ou no caso de “quebra” de safra), os estoques são liberados, regulando o mercado, aos preços de liberação de estoques. (GRENAUD; VASCONCELLOS; TONETO JÚNIOR, 2014, p. 340).

Entretanto, durante o período de crise de superprodução no mercado cafeeiro, foram identificados algumas dificuldades para efetivação de tais medidas, ou seja, não existia propriamente uma variação nos preços de café entre a safra e a entressafra. Para que a venda do grão retido em estoques ocorresse, era de fundamental importância a existência de uma reversão de oferta de café, ou seja, alguns fenômenos decorrentes da “quebra de safra” como as fortes geadas, pragas, seca prolongada ou a até mesmo a queda momentânea da produtividade do grão deveriam acontecer viabilizando, assim, a liberação dos estoques com uma elasticidade de preços mais favorável.

Segundo dados do Instituto Brasileiro de Café (2016), entre os anos de 1925-1929, a produção de café direcionado à exportação aumentou de 15.761.000 para 28.492.000 de sacas de 60kg. Nesse intervalo, a produção média entre 1927-1929 foi de 20,9 milhões de sacas e a demanda absorvida durante esses anos pela exportação correspondeu a 14,1 milhões. O ápice da crise de superprodução de café ocorreu no ano de 1929, com uma produção calculada em 28.941.000 sacas e uma exportação de somente 14.281.000. Diante disso, Furtado (2006) destaca que:

O complicado mecanismo de defesa da economia cafeeira funcionou com relativa eficiência até fins do terceiro decênio do século XX. A crise mundial em 1929 o encontrou, entretanto, em situação extremamente vulnerável. Vejamos a razão disso. A produção de café, em razão dos estímulos artificiais recebidos, cresceu fortemente na segunda metade desse decênio. Entre 1925 e 1929 tal crescimento foi quase cem por cento, o que revela a enorme quantidade de arbustos plantados no período imediatamente anterior. Enquanto aumenta dessa forma a produção, mantêm-se praticamente estabilizadas as exportações. Em 1927-1929 as exportações apenas conseguiam absorver as duas terças partes da quantidade produzida. A retenção da oferta possibilitava a manutenção de elevados preços no mercado internacional. Esses preços elevados se traduziam numa alta taxa de lucratividade para os produtores, e estes continuavam a intervir em novas plantações. A procura, por outro lado, continuava a evoluir dentro das linhas tradicionais de seu comportamento. Se se contraía pouco nas depressões, também pouco se expandia nas etapas de grande prosperidade. Com efeito, não obstante a grande elevação da renda real, ocorrida nos países industrializados no decênio dos vinte, essa prosperidade em nada modificaria a dinâmica própria da procura de café, a qual cresce lenta, mas firmemente com a população e a urbanização. Nos EUA, principal importador, onde a renda real *per capita* aumentou cerca, de 35 por cento no correr desse decênio, o consumo de café se manteve em torno de 12 libras-peso. (FURTADO; 2006, p. 256-257).

A Tabela 1 indica o volume de café em toneladas destruídas entre os anos de 1931 a 1945 no Brasil. A tabela reflete a sequência de destruição de toneladas de sacas de café pelo governo brasileiro, após a superprodução e a crise econômica cafeeira em 1930 até a Segunda Guerra Mundial.

O governo federal proibiu, entre junho de 1931 a julho de 1944, o plantio de novas mudas de café no Brasil. Nesse período, foram destruídos cerca de 78,0 milhões de sacas de 60 quilos de café (IBGE, 2016).

A partir do ano de 1943, após estudos de melhoramento genético e através do uso da técnica de hibridação natural, o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC) juntou duas variedades de grãos de café, a Bourbon Vermelho e o Sumatra e deu origem a uma nova cultivar

que ficou conhecida como Novo Mundo. Essa variedade tinha como características principais a alta produtividade e o material genético favorável e competitivo.

Tabela-1: Café destruído pelo governo federal e produção nacional (1931-1945) - Toneladas

	(A)	(B)	
Ano	Toneladas de café destruídas	Quantidade produzida de café	% de A sobre B
1931	169.547	1.301.670	13,03
1932	559.778	1.535.745	36,45
1933	821.221	1.776.600	46,22
1934	495.947	1.652.538	30,01
1935	101.587	1.135.872	8,94
1936	223.869	1.577.046	14,20
1937	1.031.786	1.460.959	70,62
1938	480.240	1.404.143	34,20
1939	211.192	1.157.031	18,25
1940	168.964	1.002.062	16,86
1941	205.370	961.552	21,36
1942	138.768	829.879	16,72
1943	76.459	921.934	8,29
1944	8.127	686.686	1,18
Total:	4.692.855	17.403.717	26,96

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de PELAEZ (1973) e IBGE (1990).

A gênese do processo de planificação da cafeicultura está associada ao papel do Instituto Brasileiro de Café (IBC), criado durante o segundo Governo do Presidente Getúlio Vargas (1951-1954). O IBC, instituído em 22/12/1952, pela Lei nº 1.779, visava regulamentar a produção e a exportação de café no Brasil. No ano de 1961, o IBC instituiu internamente o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), com a finalidade de promover a “erradicação de 2 bilhões de cafeeiros antieconômicos, renovação racional das lavouras na proporção de uma para quatro, e diversificação de culturas nas áreas liberadas” (IBC, 1978, p. 9).

Durante o ano de 1959 ocorreu, novamente, uma nova crise de superprodução de café. Entre os anos de 1959 e 1962, os armazéns públicos encontravam-se com excesso de estoque do grão exigindo por parte do governo brasileiro, a adoção de medidas drásticas para solução

desse impasse. Esses ajustes no mercado cafeeiro resultaram na destruição de mais de 10 (dez) milhões de sacas de 60 (sessenta) quilos de café (MARTINS, 2010).

A partir da década de 1960, o setor cafeeiro no Brasil passou por uma ampla reforma estrutural. Anteriormente, durante os períodos históricos do Brasil Império até a República Velha, o café prevaleceu como o principal produto brasileiro destinado ao mercado internacional. O país possuía uma economia predominantemente agroexportadora, sendo subordinado às diversas variações dos preços do café nas cotações das diversas bolsas de valores mundiais. Esse grão foi responsável por garantir a viabilidade e a sustentabilidade da balança de pagamentos por um longo período na economia interna. Neste sentido, os autores Gremaud, Vasconcellos e Toneto Júnior (2014) destacam que:

[...] as condições desse mercado, porém, não eram controladas pelo Brasil. Apesar de ser o principal produtor mundial de café, outros países também influíam na oferta, além de boa parte do mercado ser controlada por grandes companhias atacadistas que especulavam com estoques. A demanda, do mesmo modo, dependia das oscilações no crescimento mundial, aumentava em momentos de prosperidade e se retraía quando os países ocidentais (especialmente EUA e Inglaterra) entravam em crise ou em Guerra. Desse modo, as crises internacionais causavam problemas nas exportações brasileiras de café, criando sérias dificuldades para toda a economia brasileira, dado que praticamente todas as outras atividades dentro do país dependiam diretamente ou indiretamente do desempenho do setor exportador cafeeiro. (GREMAUD; VASCONCELLOS; TONETO JUNIOR, 2014, p. 330).

A fase de planificação da cafeicultura brasileira tem a sua gênese a partir da década de 1960. O IBC/GERCA ficou responsável institucionalmente pelo processo de modernização e normatização do setor cafeeiro. Essa instituição elaborou as principais políticas públicas que resultaram na nova reconfiguração da cadeia produtiva do café. O IBC/GERCA articulou e propôs, uma solução superlativa para o grave problema da constante inelasticidade dos preços do café. Tais medidas, somadas com a tendência constante de fortes geadas nos estados de São Paulo e Paraná favoreceram, o deslocamento socioespacial da cafeicultura brasileira para as outras regiões do território nacional.

As ações direcionadas à planificação do setor cafeeiro objetivavam a vinculação da cafeicultura brasileira, uma das mais antigas explorações agrícolas nacionais, aos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde. Portanto, O IBC/GERCA, ao elaborar as regras para a execução do projeto da “nova cafeicultura nacional”, estabeleceu como medida obrigatória a adesão dos cafeicultores ao pacote de crédito vinculado. Esse pacote ofertava, além do financiamento: a) o fomento ao uso de novas variedades de café desenvolvidas pelo

IAC; b) e a utilização sistemática de fertilizantes, agrotóxicos e de equipamentos modernos para secagem e beneficiamento do grão (SILVA; CORTEZ, 1998, p. 68).

A “nova fase” da cafeicultura brasileira foi fortemente influenciada por parâmetros de gestão e planejamento estratégico, mantendo metas bem delineadas. As medidas visavam ofertar, as melhores alternativas de investimentos para setor cafeeiro, bem como o incentivo ao uso da mecanização, fertilizantes, agrotóxicos e o aumento da produtividade dos grãos. Cortez e Silva (1998) afirmam que:

[...] a fase de planificação da cafeicultura se constitui em um momento especial e qualitativamente distinto de tudo que se havia praticado até aquele momento, por vários motivos: era um processo de planejamento esquematizado e claro em cada um dos diferentes itens; apresentava alternativas de investimentos para o capital cafeeiro, dentro da própria agricultura; fomentava a tecnificação do setor e preparava-o para receber insumos modernos, tanto mecânicos quanto químicos; discutia questões de produtividade como alternativa para baixar custos; e garantia, via crédito, da difusão de novas tecnologias, desde mudas selecionadas até o beneficiamento do café. (SILVA; CORTEZ, 1998, p. 68).

Com a criação do GERCA, que era subordinado ao extinto IBC, buscou-se consolidar novas estratégias de inovação e modernização da cafeicultura brasileira. Portanto, o objetivo fundamental do GERCA era eliminar, totalmente, todos os cafezais considerados improdutivos. Nesse sentido, foi elaborado pelos formuladores da política cafeeira brasileira, algumas ações direcionadas a reestruturação das lavouras de café:

[...] de uma forma em geral, a avaliação dos formuladores da política cafeeira era de que em muitas regiões produtivas de café predominavam processos retrógrados, práticas rotineiras de produtores tradicionais que não modernizavam o processo de produção, o que gerava uma enorme quantidade de terras ocupadas com lavouras de baixa produtividade e enorme volume de mão de obra utilizado, tornando a produção, em muitos casos, antieconômica. Nessa visão, era necessário “convencer” o proprietário a substituir lavouras decadentes por novas, ou trocar por outras culturas. (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 40).

Entre os anos de 1961 e 1967 foram destruídos dois bilhões de pés de cafés no Brasil, de um total de 4,5 bilhões. O resultado dessa intervenção foi o surgimento de uma área de 2,7 milhões de hectares, que antes eram ocupados com plantas de baixa produtividade (IBGE, 2016). O governo brasileiro, por meio do GERCA, indenizou 1,5 bilhões de pés de cafés, já os outros 0,5 bilhão foram eliminados pelos próprios proprietários. Nesse sentido, verificou-se que

[...] uma erradicação dessa monta ocasionou a despensa de milhares de trabalhadores de seus empregos, fato que gerou, um desenfreado fluxo migratório, principalmente, para as cidades, mas também para outras atividades agrícolas em fase de diversificação. (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 41).

Entre o período de 1968 a 1973, as principais regiões produtoras de café “consumiram o total de 60% de todos os fertilizantes demandados pelo país e calcula-se que 1/3 desse total foi consumido pela cafeicultura” (GONCALVES; 1975, p. 18-21).

Sobre os processos que envolve a modernização da agricultura e a expansão da cafeicultura na Região do Cerrado Mineiro e em Patrocínio, discute-se a seguir.

3 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: o caso de Patrocínio/MG

[...] todo o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba foram inseridos no circuito cafeeiro nacional, por entender as autoridades do IBC que estas regiões estavam ecologicamente no contexto da Modernização da cafeicultura Nacional.

(SILVA, 1998, p. 175).

3 MODERNIZAÇÃO DA AGRICULTURA E A EXPANSÃO DA CAFEICULTURA NA REGIÃO DO CERRADO MINEIRO: o caso de Patrocínio/MG

O surgimento da agricultura moderna no Brasil ocorreu a partir da década de 1960, sendo influenciada por dois fatores: o crédito rural subsidiado e a produção agrícola inspirada no modelo de produção norte-americana. O fundamento da agricultura brasileira é baseado no seguinte tripé: crédito rural subsidiado, extensão rural e a pesquisa agrícola, que inicialmente fora desenvolvida em instituições públicas do país (BUAINAIN et al., 2013).

A soma desses três principais fatores deu início às transformações sociais ocorridas no meio rural brasileiro, que atualmente se destaca pela utilização sistemática da alta tecnologia no processo integrado de produção e consumo de bens e serviços. A concepção teórica do termo modernização da agricultura será discutido no presente capítulo, a partir de uma perspectiva histórica.

A modernização da agricultura no Brasil é resultado de um “contrato social” entre o Estado e os grandes proprietários de terra. Concluiu-se que, a partir disso, ocorreu o predomínio de uma visão conservadora no setor agrícola brasileiro (WANDERLEY, 2009).

O Estatuto da Terra (ET), Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, é o principal marco jurídico-legal do conservadorismo vigente no meio agrário brasileiro a partir do Golpe Militar de 1964. Essa lei foi promulgada pelo então Presidente da República, o General do Exército Castelo Branco. O ET agrega duas posições políticas predominantes nesse período histórico: o projeto político de reforma agrária e o de política agrícola associado ao desenvolvimento da agricultura. Esse Estatuto possui, também, um mecanismo jurídico que tende a impedir o crescimento de minifúndios e de latifúndios, ao mesmo tempo que propõem alternativas para criação de empresas rurais (WANDERLEY, 2010).

O Estatuto da Terra foi o principal instrumento legal de intervenção do Estado na estrutura fundiária brasileira até a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (CRFB, 1988). A Carta Magna de 1988 passou a disciplinar, nos termos do Capítulo III e dos artigos 184 a 191, sobre a “efetivação da Política Agrícola, Fundiária e da Reforma Agrária” no país. Esse diploma legal estabeleceu, no seu corpo imutável, alguns parâmetros e medidas de interferência do Estado por meio de políticas públicas visando a modernização da agricultura (WANDERLEY, 2009).

Nesse sentido, observa-se que, no Brasil até o início do século XX, predominava as desigualdades regionais e sociais associadas, principalmente, à concentração de terra e a pobreza no campo.

A produção agrícola brasileira, até a primeira metade do século XX, era centrada em complexos rurais pouco articulados e com grande dificuldade de integração com mercado interno. Além disso, ainda predominava no meio rural brasileiro um baixo índice de uso de equipamentos e tecnologias agrícolas.

Conforme destacam Lucena et al., (2001) o cultivo de grãos nas primeiras décadas do século XX eram direcionadas quase que, exclusivamente, para o abastecimento do mercado interno brasileiro. A exceção a essa regra ocorria quando verificado, a existência de excedentes de produção sendo remetidos os bens consumo para o mercado externo. Segundo Romeiro (2007) a modernização da agricultura foi uma “[...] necessidade objetiva do capital a partir do momento em que o processo de diversificação e complexificação do parque industrial se completa, no final dos anos 50, através dos planos de metas” (ROMEIRO, 2007, p 212).

Para Silva e Botelho (2014), o processo de modernização da agricultura no Brasil visou atender as demandas crescentes de alimento para a população urbana em fase de expansão no início do século XX e aos interesses de diversos grupos políticos nacionais, conforme transcrição que se segue:

[...] a modernização da agricultura no Brasil fez parte da ambição de diversos grupos políticos para o desenvolvimento econômico do país. Diante do crescimento do setor industrial, a agricultura brasileira ainda mantinha uma produção aquém das demandas por alimento do setor urbano. No entanto, as carências produtivas levantadas, obviamente, não se resumiam à produção destinada ao consumo interno. Pelo contrário, a necessidade consistia, sobretudo, na maior oferta de produtos para exportação integrada com os setores de bens de produção agrícolas. Com o intuito de ganhar escala produtiva, o padrão vigente era insuficiente. Consequentemente, isso demandava pesquisa relacionadas à geração de tecnologia. (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 95-96).

De acordo com Silva (2007) ao contextualizar o conceito de modernização da agricultura com o período histórico referente às décadas de 1960-1970 afirma que, a melhor terminologia a ser empregada seria a “[...] modernização conservadora, uma vez que a dinamização da produção agrícola foi acompanhada por uma maior concentração, centralização, desigualdade e exclusão no campo, ou seja, uma modernização sem mudanças. (SILVA, 2007, p. 90).

Segundo Delgado (1985, p. 24) até a década de 1950 predominava no meio rural brasileiro, o uso de bens de produção exclusivamente importados. Com o advento da “industrialização dos processos de produção rural” ocorrerá, desta feita, a instalação de setores industriais estratégicos que ficaram encarregados em produzir bens de produção e os insumos

básicos para atender à necessidade crescente da agricultura brasileira. No que se refere, ao financiamento financeiro e ao crédito rural foi executado pelo estado brasileiro por meio de programas estaduais e federais. Portanto, esse período ficou marcado por ser o marco na substituição das importações, e por consolidar o surgimento de novos setores industriais estratégicos, conforme trecho que se segue:

[...] enquanto na década de 1950 os bens de produção para agricultura eram em sua grande parte importados, nos períodos posteriores, efetua-se a industrialização dos processos de produção rural propriamente, com a implantação dos setores industriais de bens de produção e de insumos básicos para agricultura e o favorecimento financeiro pelo Estado ao consumo desses novos meios de produção. (DELGADO, 1985, p. 34).

Nessa mesma linha Muller (1981) destaca que o:

[...] período industrial que compreende os anos de 60 e 70 pode ser caracterizado como aquele em que praticamente se concluiu a substituição de importações iniciadas há meio século atrás. (MULLER, 1981, p. 31).

Nesse período histórico existiram, portanto, dois fatores determinantes para a consolidação da modernização da agricultura refiro-me ao crescimento populacional em áreas urbanas e o aumento exponencial da geração de empregos em ramos de atividade não agrícolas. Portanto, foi a partir dessas duas variáveis que surgiu a necessidade de proporcionar uma maior oferta de alimentos para as cidades brasileiras em fase de expansão e crescimento (DELGADO, 1985).

Delgado (1985) destaca que a finalidade essencial da política de modernização da agricultura era, em síntese, a obtenção e o aumento da geração de divisas com base, essencialmente, na fundamentação de um crescimento econômico baseado nas exportações agrícolas. Nesse sentido, o autor verificou que a

[...] política de modernização da agricultura objetivava a obtenção de divisas com base nas exportações agrícolas para viabilizar o processo de substituição de importações, assim como para abastecer o mercado interno de alimentos e de algumas matérias-primas industriais. (DELGADO, 1985, p. 21).

Segundo Navarro (2010) coube ao Estado Brasileiro, a partir da década de 1970 elaborar e executar, um conjunto de políticas públicas e programas estatais direcionados à modernização tecnológica das atividades agropecuárias. O resultado dessas medidas foi um crescimento econômico em torno de 8,9% ao ano durante a década que ficou conhecida,

posteriormente, como “a década do milagre econômico brasileiro”. Nesse sentido, o autor afirma que era:

[...] notável expansão econômica, ilustrada por uma taxa média de crescimento anual da economia de 8,9% ao longo da década de 1970, e, pela primeira vez o Estado Brasileiro implantou uma ousada estratégia nacional de modernização tecnológica das atividades agropecuárias. Essa fase cobriu o período de 1968 a 1981, este último ano sinalizando o ocaso desse período, sem precedentes, de intensa expansão tecnológica de algumas regiões rurais brasileiras. (NAVARRO, 2010, p. 110).

Para Graziano da Silva (2010) o processo de modernização da agricultura brasileira é marcado pela substituição dos instrumentos técnicos utilizados na produção agrícola nacional. O que ocorreu efetivamente, foi a alteração dos bens de produção que antes eram elaborados pela indústria nacional por novas aquisições extrasetoriais (máquinas e insumos químicos) e intrasetoriais (sementes, mudas, reprodutores animais etc.), conforme a transcrição que se segue:

O processo de modernização de base técnica da produção agrícola, ao promover a substituição de elementos produzidos internamente pelo complexo rural por compras extrasetoriais (máquinas e insumos químicos) e intrasetoriais (sementes, mudas, reprodutores animais etc.) abre o espaço necessário para o desenvolvimento do mercado interno. (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 90).

O paradigma da Revolução Verde e o surgimento dos complexos agroindustriais (CAI's) foram implementados no Brasil, a partir das décadas de 1960 e 1970, visando reestruturar a agricultura brasileira. Para Frederico (2011), o modelo de produção agrícola inspirado na Revolução Verde destaca-se por segregar boa parte dos produtores rurais brasileiros, especialmente os agricultores familiares que foram excluídos dos diversos benefícios proporcionados pelos vários pacotes tecnológicos implementados durante o advento da modernização da agricultura. Os principais pacotes tecnológicos envolviam os seguintes segmentos agrícolas: máquinas, ferramentas, fertilizantes, agrotóxicos e irrigação.

Nessa mesma linha Muller (1989) destaca que, “[...] no início dos anos 70, os país já apresentava um conjunto de setores agrícolas e industriais interdependentes entre si que pode ser designado de complexo agroindustrial” (MULLER, 1989, p. 37).

No que se refere, as diversas transformações sociais ocorridas no mundo rural brasileiro a partir da década de 1960 ocorrerá, desta feita, uma quebra de paradigmas aonde a “[...] agricultura passa operar como se fosse ela mesma uma indústria de um ramo qualquer da

produção: ela não apenas compra a força de trabalho e os insumos que necessita de certas indústrias como também vende seus produtos” (GRAZIANO DA SILVA, 2003, p. 90).

Segundo Buainain et. al., (2013, p. 112) “[...] em sua gênese, a Revolução Verde permitiu a intensificação do uso e do rendimento da terra, recurso escasso em países populosos, como Índia, Paquistão, China e México”. Os autores concluem que tais medidas adotadas “[...] foram mudanças que viabilizaram o crescimento da produção agropecuária, tendo afastado o fantasma malthusiano que ameaçava aquelas sociedades, além de terem contido a ameaça da fome catastrófica e disseminada”. (BUAINAIN et. al., 2013, p. 113).

Para Buainain et. al., (2013), a intensificação da produção agrícola foi

[...] apoiada no uso de sementes melhoradas, insumos industriais, máquinas, água e gestão produtiva, submetidos à racionalidade econômica, não foi neutra, do ponto de vista social, e nem inócua, do ponto de vista ambiental. As críticas à agricultura moderna, uma justa reação aos abusos no uso de produtos químicos na agricultura, são feitas em diversos níveis sociais e não se limitam a um país ou região, e ganharam mais força com a emergência dos temas ambientais e o fenômeno global das mudanças climáticas. (BUAINAIN et al., 2013, p. 112).

No entendimento de Frederico (2011), o Estado brasileiro foi o principal ator social, financiador e articulador das principais mudanças ocorridas no mundo rural brasileiro, a partir da década de 1960, conforme transcrição abaixo:

[...] o Estado foi o principal financiador e articulador dos agentes responsáveis pela modernização do campo e pela formação dos complexos agroindustriais, através da adoção de uma série de medidas, como: o fornecimento de crédito subsidiado para custeio e investimento, atrelado à adoção da nova base técnica; a internalização da indústria a montante, produtora de bens de capital; as articulações entre empresas públicas de pesquisa – responsáveis pelo desenvolvimento de novas cultivares - e as multinacionais produtoras de insumos químicos e mecânicos; o incentivo fiscal e creditício às agroindústrias; a extensão rural, difundindo as novas técnicas de manejo, a criação de uma rede de armazéns públicos e os investimentos em transporte e energia. (FREDERICO, 2011, p. 3).

A expansão de novas áreas de produção agrícola e o aumento da produtividade ocorreu, a partir da inserção de novas práticas agrícolas inspiradas nos pacotes tecnológicos difundidos pela Revolução Verde. Nesse período, as regiões de cerrado consolidam-se como a nova fronteira da agricultura moderna brasileira, e o Estado assume o papel de grande articulador e fomentador da ocupação de novas áreas até então pouco exploradas, favorecendo, assim, o

desencadeamento de um novo “projeto econômico” e de “integridade política do território” (FREDERICO, 2011, p. 4).

Durante as décadas de 1970 e 1980, foram implementados pelo menos quinze (15) políticas públicas focadas na colonização e desenvolvimento do cerrado brasileiro, conforme o quadro seguinte:

Quadro 1: Políticas Públicas de colonização e desenvolvimento do cerrado brasileiro (1970-1985)

Períodos	Políticas públicas
Período 1970-1975:	1) Reflorestamento; 2) CONDEP/BIRD; 3) Programa de Crédito Rural Integrado (PCI); 4) Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP); 5) Programa Corredores de Transporte de Exportação; 6) Incentivo ao Plantio de Café.
Período 1975-1980:	1) Programa de Desenvolvimento dos Cerrados (POLOCENTRO); 2) Programa Nacional de Calcário Agrícola (PROCAL); 3) Programa Nacional de Pastagens (PRONAP); 4) Programa Nacional de Armazenagem (PRONAZEM); 5) Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (PRODECER); 6) Programa Nacional de Aproveitamento Racional de Várzeas Irrigáveis (PROVARZEAS); 7) Programa de Financiamento de Equipamento de Irrigação (PROFIR).
Período 1980-1985:	1) CEMIG Rural; 2) Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR).

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Silva e Cortez (1998).

Nesse diapasão, como é possível de ser observado durante essas duas décadas, o cerrado brasileiro recebeu diversas políticas públicas de incentivo à produção agrícola. Em relação, aos estímulos direcionados a produção de café existem três (3) programas específicos: O Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC); Programa de Crédito Rural Integrado (PCI) e o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP).

Nesse sentido, Pessôa e Silva (1999) sinalizam que esse processo ocorreu a partir da década de 1950, em que a agricultura brasileira passou por uma fase de mudança da sua base técnica que favoreceu, no entanto, o surgimento de uma nova opção para “a retomada de acumulação do capital” (PESSÔA; SILVA, 1999, p. 47).

Para Pessôa e Silva (1999) o que ocorreu, a partir desse período foi uma “reorganização da agricultura” uma mudança, socioespacial em que, o cerrado mineiro dá o ponta pé inicial para construção de uma agricultura moderna em novas fronteiras de produção

agrícolas até então, consideradas desconhecidas para o desenvolvimento de lavouras agrícolas. A próxima fase seria determinar a escolha de dois potenciais produtos para o cultivo nessa mesorregião. No entanto, os grãos escolhidos foram o café e a soja, conforme transcrição que se segue:

[...] nessa reorganização da agricultura, o café e a soja foram os cultivos básicos que desencadearam a modernização da agricultura no cerrado mineiro. A agropecuária regional, sob a ação do capital monopolista, irá se desenvolver de forma intensa, gerando grandes contradições no espaço rural. (PESSÔA; SILVA, 1999, p. 47).

Nesta ocasião, Pessôa e Silva (1999) destacam o papel desempenhado pelo Estado através da política de crédito rural direcionados às áreas de cerrado, em Minas Gerais. Os recursos financeiros adquiridos pelos agricultores foram aplicados em investimento, custeio e adoção de métodos de produção mais modernos. As autoras destacam ainda, que foi a partir da década de 1980 que essa região começou a despontar no cultivo de lavouras destinadas ao mercado externo (café, soja, cana-de-açúcar). Deste modo, para elas o que existiu foi um

[...] fio condutor do processo de modernização agrícola no cerrado mineiro foi a política de crédito rural, através do crédito de investimento e do crédito de custeio que incentivou o uso de métodos mais racionais de produção. O resultado foi o avanço, nos primeiros anos da década de 80, das culturas de mercado externo (café, soja, cana-de-açúcar) em detrimento das culturas de mercado interno (arroz, feijão, milho, mandioca) (PESSÔA; SILVA, 1999, p. 47).

O Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais teve como meta erradicar os cafeeiros de baixa produtividade e modernizar a cafeicultura brasileira. Essa medida foi conduzida pelo Instituto Brasileiro de café (IBC) visando, assegurar, a continuidade de umas das principais lavouras agrícolas brasileiras. A partir do PRRC, outros programas de revitalização destinados a cafeicultura constituíram-se nos principais estados produtores do país (Paraná, São Paulo, Minas Gerais e Espírito Santo). A estimativa de recursos direcionados aos agentes envolvidos no mercado cafeeiro, nessa fase, foi uma soma estimada de U\$\$ 400 milhões que foram depositados na conta do Fundo de Amparo da lavoura Cafeeira (FUNCAFÉ).

3.1. A política de incentivo à expansão da cafeicultura: O Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC)

O Plano de Renovação e Revigoramento de Cafezais (PRRC) foi instituído no ano de 1969, por meio da atuação efetiva do Instituto Brasileiro de Café (IBC) e do Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA). Até a década de 1960, as mesorregiões do norte paranaense e oeste paulista destacavam-se entre as localizações geográficas com maiores índices de produção e produtividade de café do país.

No entanto, essas duas mesorregiões sofriam constantemente com diversos fenômenos climáticos, alternando entre períodos de secas prolongadas e/ou fortes geadas que ocasionavam a perda da produtividade, qualidade dos grãos e competitividade em relação a outros países produtores. Durante esta fase, outro fator foi determinante para a constituição do PRRC refiro-me, a queda contínua do preço das sacas de café no mercado internacional, que se encontrava em uma curva declínio ininterrupta (SILVA; CORTEZ, 1998, p. 68).

Após constantes e seguidas crises de superprodução na economia cafeeira, coube ao Governo Federal, a partir da década de 1960, assumir o papel de ser um grande “[...] estado planejador e coordenador das principais atividades (agricultura, indústria de transformação, distribuição e consumo) dos seguimentos do café” (SAES, 1995, p. 58) tal iniciativa possibilitou a formação das primeiras redes geográficas no mercado de café das mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba.

O PRRC surgiu, a partir dessa reflexão, era preciso organizar a cafeicultura brasileira de forma racional, sistemática e baseado em um projeto contínuo de modernização. O programa visava a renovação e a reestruturação da cafeicultura brasileira através do surgimento de “[...] um parque cafeeiro que produzisse uma média bianual de 28 a 30 milhões de sacas, atendendo adequadamente a demanda interna e externa”. (SAES, 1995, p. 88).

A meta estabelecida pelo PRRC objetivava, no entanto, a reestruturação das lavouras de cafés em processo de decadência ou baixa produtividade. A outra finalidade era fomentar, a expansão da cultura cafeeira para novas áreas com potencialidade para a produção do grão. Os recursos financeiros para execução do PRRC vieram do Tesouro Nacional e do Banco do Brasil. No entanto, coube ao extinto IBC e ao GERCA implementar, todas as medidas corretivas definidas no plano (ORTEGA; JESUS; COUTO, 2010, p. 02).

O PRRC foi dividido em duas fases de execução estratégica. A primeira etapa ocorreu a partir do ano de 1970 através do lançamento da chamada pública definida como a “Nova Cafeicultura Brasileira” e o lema escolhido foi “Renovar para Salvar”. Já a segunda etapa do

PRRC foi concretizada em 1973 onde o Cerrado Mineiro ingressa e consolida-se, como uma das principais regiões brasileiras beneficiadas com os recursos financeiros e financiamentos públicos destinados a implementação da cafeicultura local.

O IBC/GERCA instituiu, portanto, uma política de padronização e planificação do setor cafeeiro. A ideia inicial era atrelar a cafeicultura brasileira, a um pensamento político vigente, aonde, predominava uma visão institucional de construção de um projeto político-econômico baseado em um modelo de “país moderno”. O resultado, no entanto, redundaria, no desdobramento de uma “produção agrícola igualmente moderna” e adequada as novas demandas internas e externas do país (SILVA; BOTELHO, 2014, p. 96). Coube, assim, ao IBC/GERCA o papel institucional de normatizar o setor cafeeiro brasileiro adequando-o as novas regras e inovações tecnológicas direcionadas, exclusivamente, para o mercado cafeeiro. Nesse sentido, verificou-se que:

[...] os esforços de planificação, implementados pelo IBC/GERCA a partir da década de 1960, cumpriram a função normatizadora do sistema de inovações dirigido à cafeicultura. Esses planos e projetos induziram à modernização agrícola, estando contidos neles o modelo da nova cafeicultura, bem como os objetivos a serem atingidos com esse novo modelo. (SILVA; CORTEZ, 1998, p. 68).

A abrangência dos produtos financiados e que foram contratados pelos cafeicultores mineiros, a partir da década de 1970 corresponderam aos seguintes itens: “[...] plantio, formação de mudas, poda, compra de fertilizantes, defensivos químicos e equipamentos, e, por fim, custear as despesas com infraestrutura. Tais recursos beneficiaram, prioritariamente, a mesorregião do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba”. (ORTEGA; JESUS; COUTO, 2010, p. 02).

Segundo Fonseca e Matsunaga (1981), entre os anos de 1969 e 1977 o Plano de Renovação e Revigoração de Cafezais passou a oferecer diversos programas internos almejando reestruturar a cafeicultura nacional, conforme Quadro 2:

Quadro 2: Programas internos do Plano de renovação e Revigoração de cafezais

Anos	Programas Internos
1970/1971	Programa de Financiamento em Formação de Mudanças
1969/1970 e 1977/1978	Programa de Financiamento ao Plantio de Cafezais
1971/1972 e 1976/1977	Programa de Financiamento para Recepta e Decote de Cafezais
1970/1971 e 1974/1975	Programa de Incentivo ao Uso de Fertilizantes e Corretivos

1970/1971	Programa de Financiamento de Defensivos na lavoura Cafeeira
1972/1973 e 1976/1977	Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Defesa Fitossanitária de Cafezais
1975/1976 e 1976/1977	Programa de Renovação Gradual de Cafezais e programa de Melhoria da Infraestrutura nas Propriedades Cafeeiras
1975/1976	Programas de auxílio a cafezais geados

Adaptado pelo autor a partir de Fonseca e Matsunaga (1981).

Até a década de 1970 não existia, uma produção em larga escala de café nas mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e o cultivo restringia-se ao consumo domiciliar. Após a vigência do PRRC, o estado de Minas Gerais consolida-se como o principal beneficiário dessa política agrícola que visava atrair produtores de café de outros estados do país, especialmente, os advindos da Região Sudeste e Sul do Brasil. Além disso, buscou-se fomentar a prática de novas tecnologias agrícolas priorizando, a ocupação de áreas no estado de Minas Gerais com forte potencialidade para o desenvolvimento da cafeicultura e com pouca incidência de geadas.

Durante esse período, paralelamente foram desenvolvidos outros programas de colonização e desenvolvimento agrícola para as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba que subsidiaram na implantação e sucesso do PRRC. O primeiro programa é o PCI (Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados), que iniciou sua atividade no ano de 1972, com recursos provenientes do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG). O Segundo é o PADAP (Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba) de 1973, coordenado pela Cooperativa Agrícola de Cotia, em conjunto com o Governo de Minas Gerais e o Governo Federal.

Nesse sentido, Ortega e Mouro (2007) sinalizam que:

[...] ocorrem, desde 1970, transformações na cafeicultura do Cerrado Mineiro que contribuíram imensamente para o desenvolvimento dessa atividade, com contribuição positiva para a balança comercial, com base em: a) planos de incentivo à ocupação de novas fronteiras agrícolas, ocasionando a migração de produtores do Sul e Sudeste do país para o Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba; b) financiamento de compra de terras para novos colonos; c) políticas de crédito agrícolas do Sistema nacional de Crédito Rural.(ORTEGA; MOURO, 2007, p. 4).

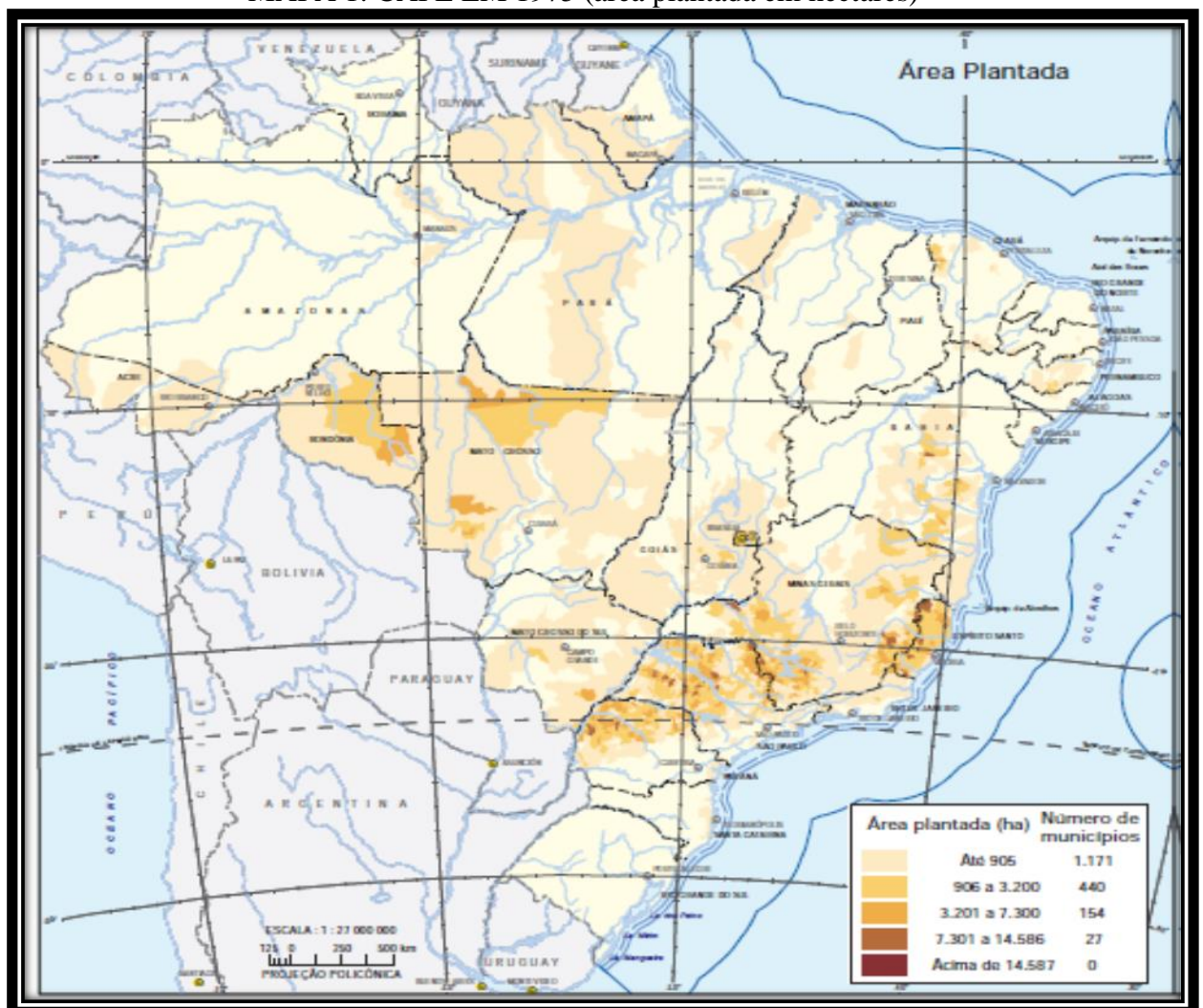
Em pouco tempo, o estado de Minas Gerais vai se tornar o principal produtor de café do país, esse fato ocorrerá após as fortes geadas registradas em 1975 no Paraná. Esse estado, já foi responsável por 40% de toda a produção de café do país. Nesse sentido, o foco da política de renovação e revigoração dos cafezais decorre da:

[...] atenção especial aos cafezais situados em regiões sujeitas a geadas. Assim, o café foi sendo eliminado em várias áreas tradicionais e de baixa produtividade, como nas de riscos climáticos, como são os casos do norte do Paraná e do oeste de São Paulo. Por sua vez, nas novas áreas, ou nas áreas reformadas, o pacote tecnológico da revolução verde passou a ser disseminado, com a adoção de inovações agrônômicas, biológicas, físico-químicas e mecânicas. (ORTEGA; JESUS, 2012, p. 41).

A vigência do PRRC foi até 1981. Conforme já se afirmou, com a ocorrência de fortes geadas nas principais áreas de produção nos Estados do Paraná e São Paulo e a adesão técnica de Minas Gerais ao PRRC, marcou, desse modo, o início de uma profunda transformação na cafeicultura nacional (IBGE, 2016, p. 18).

Até a metade da década de 1975 a distribuição espacial da área plantada de café se concentrava especialmente nos municípios paulistas, paranaenses e capixabas que até esse período lideravam a produção de café no país (Mapa 1).

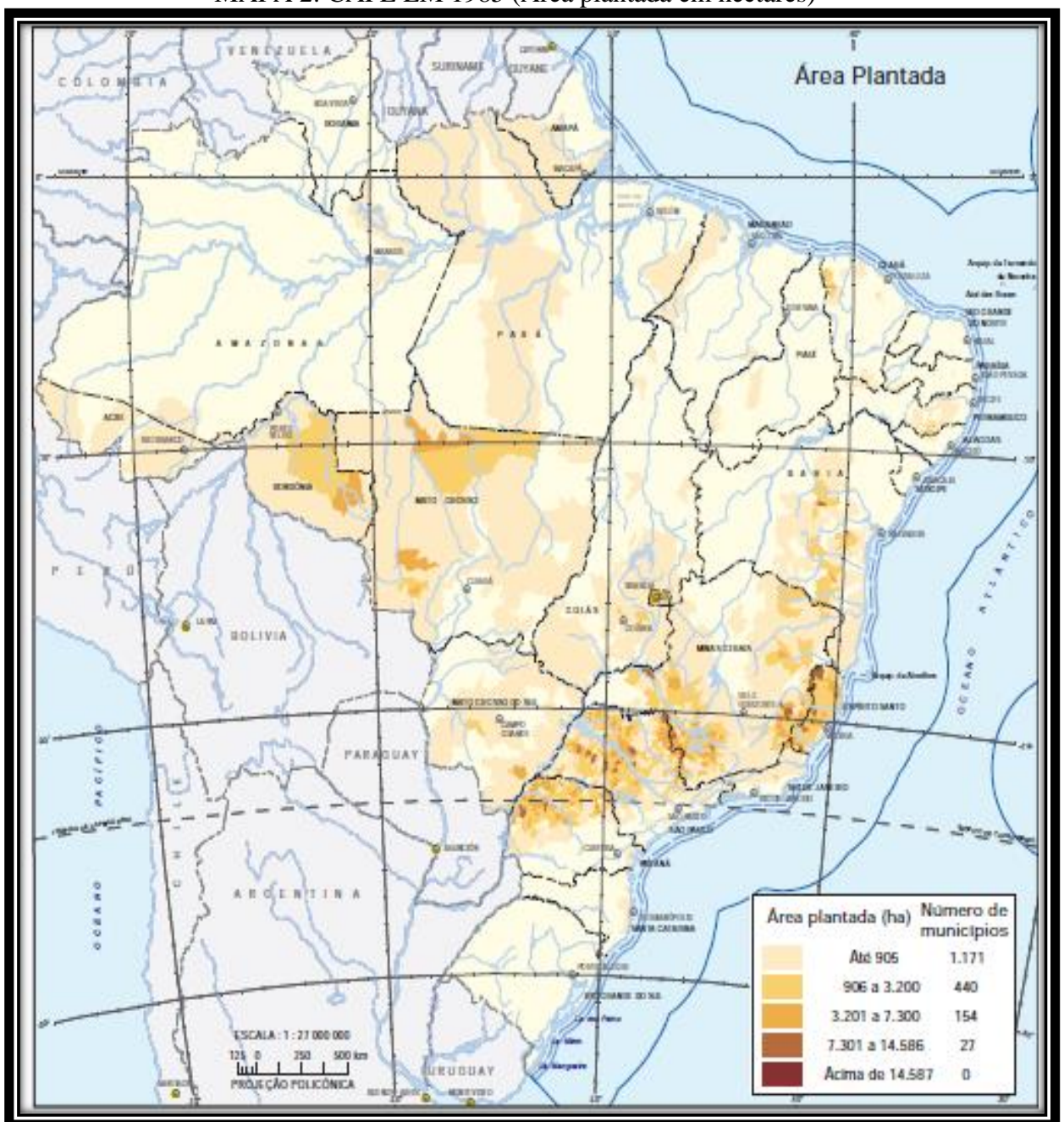
MAPA 1: CAFÉ EM 1975 (área plantada em hectares)



FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1975.

Com efeito, a partir da metade da década de 1985 a cafeicultura em Minas Gerais começa a apresentar resultados mais expressivos em comparação com os outros Estados produtores. O Mapa 2 destaca a fase inicial da concentração da cafeicultura nas áreas de cerrado da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba. Neste sentido, verifica-se que, a década de 1980 marca a passagem socioespacial de uma mudança de *lôcus* que antes era sediada nos Estados do Paraná e São Paulo, para uma ocupação de famílias de cafeicultores oriundos da Região Sul do país para as áreas de Cerrado (IBGE, 2016).

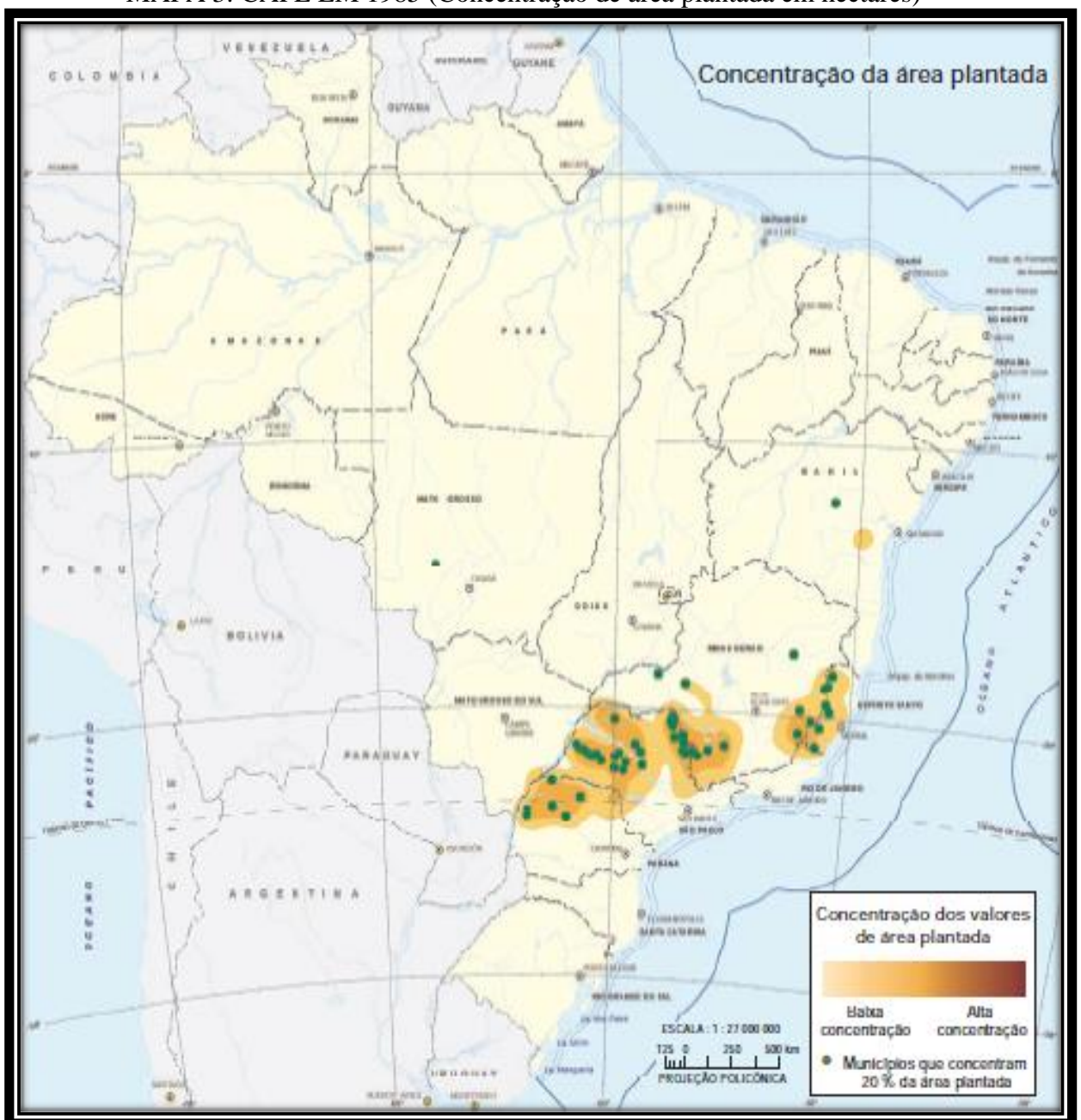
MAPA 2: CAFÉ EM 1985 (Área plantada em hectares)



FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1985.

O Mapa 3 destaca diminuição do Estado do Paraná na concentração de municípios com uma produção média de 20,0% de área plantada. Nesse sentido, observa-se uma “[...] evolução da cafeicultura no tempo e no espaço não se pode deixar de verificar que a década de 1980 marca a passagem de uma geografia do café, ainda sediada nos Estados do Paraná e de São Paulo, para uma outra que incorpora crescentemente as áreas de cerrado”. (IBGE, 2016, p. 18).

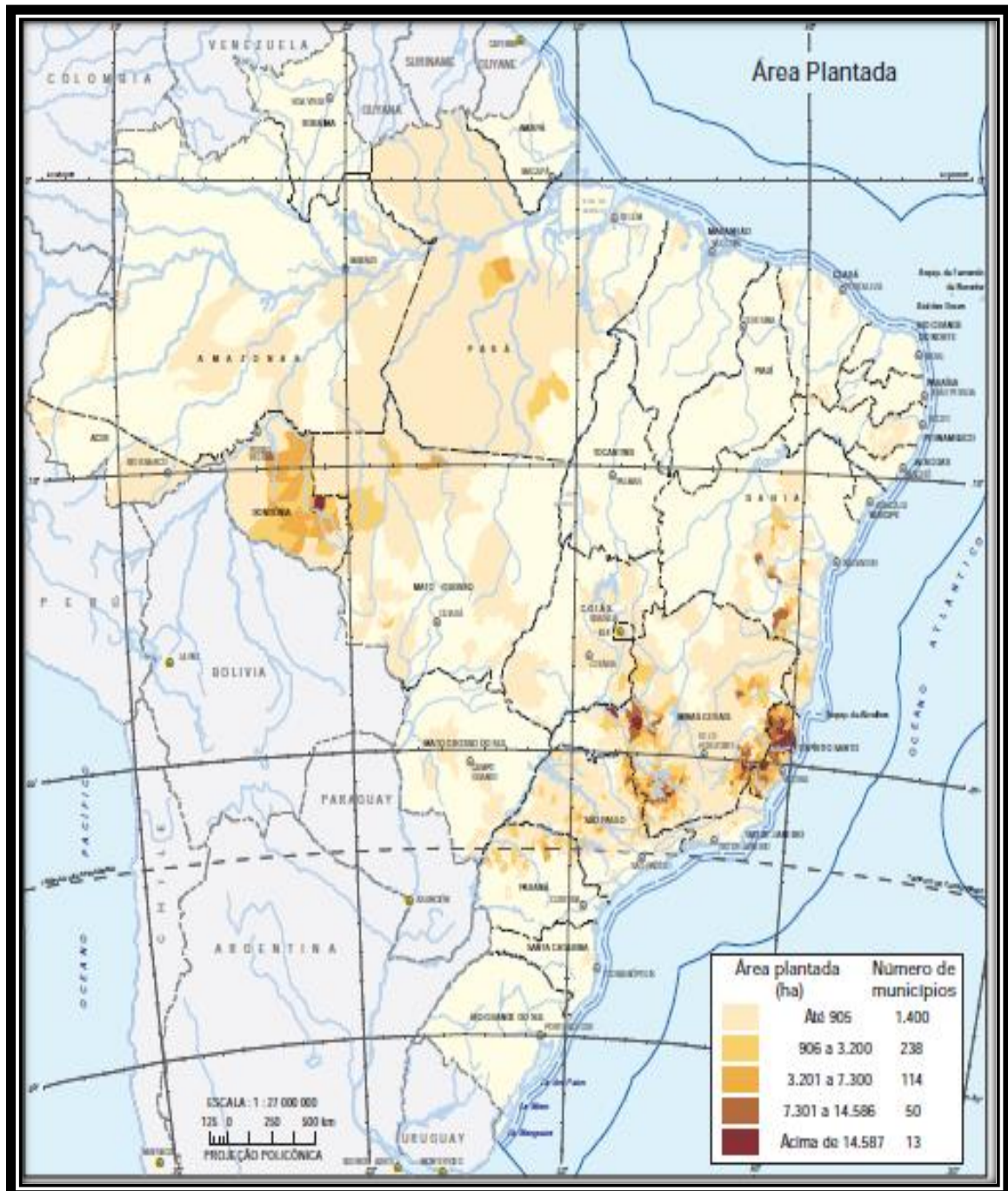
MAPA 3: CAFÉ EM 1985 (Concentração de área plantada em hectares)



FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1985.

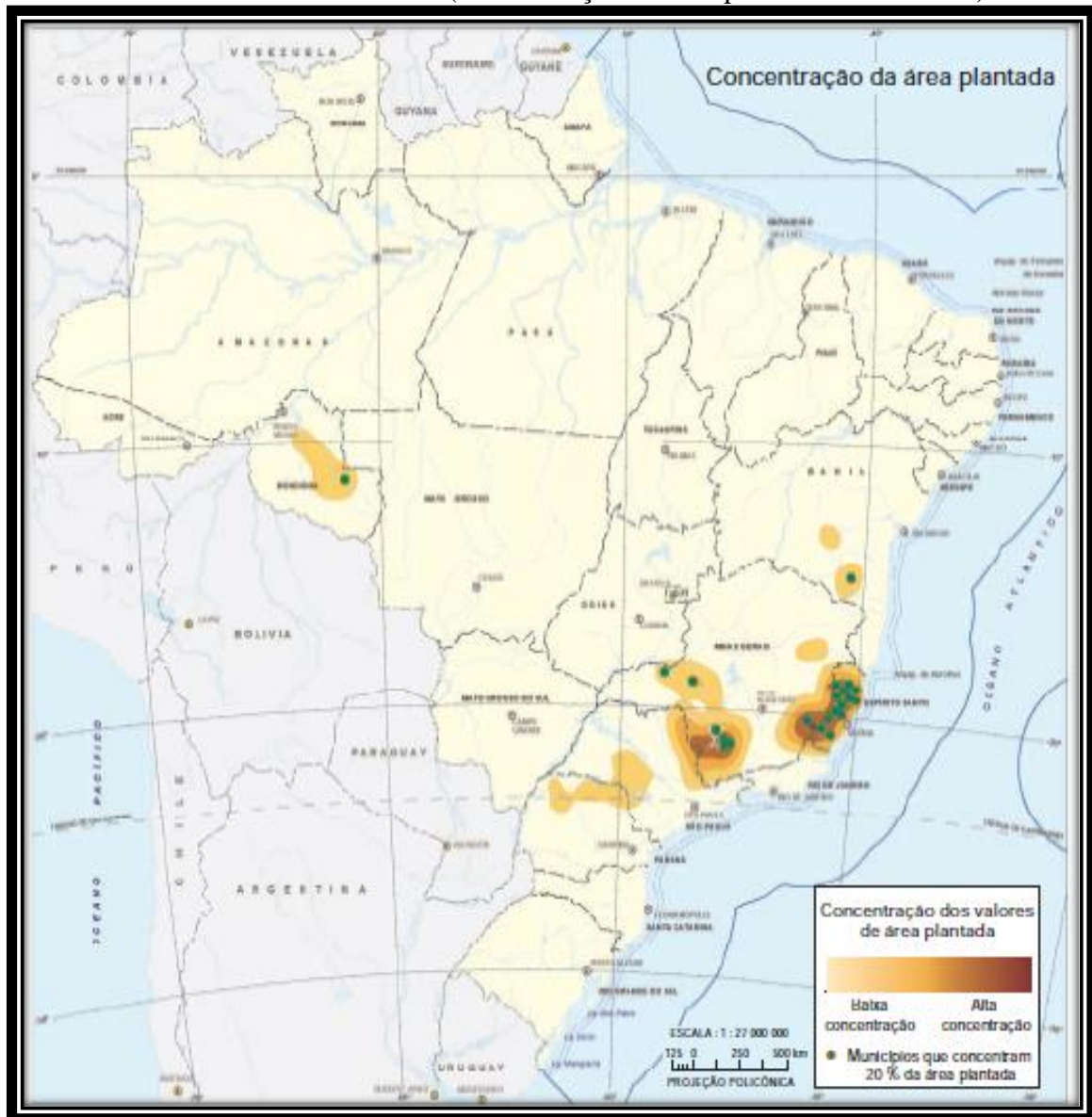
A partir da década de 1990 ocorrerá, a consolidação de novas áreas plantadas no Estado de Minas Gerais e o esgotamento de outras áreas tradicionais localizadas no Estado de São Paulo e Paraná (Mapa 4). No ano de 1994 ocorreu duas grandes geadas entre os meses de junho e julho que aumentaram os danos causados as lavouras, além disso, outro fator desfavorável agravou a conjuntura do mercado cafeeiro brasileiro durante esse período tratou-se de um longo período em que as cotações do café ficaram em baixa nos mercados internacionais.

MAPA 4: CAFÉ EM ÁREA PLANTADA EM 1995



FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1995

MAPA 5: CAFÉ EM 1995 (Concentração de área plantada em hectares)



FONTE: IBGE, Produção Agrícola Municipal 1995.

3.2 O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI)

O Programa de Crédito Integrado e Incorporação dos Cerrados (PCI) foi o primeiro plano de desenvolvimento direcionado as áreas de cerrados. A constituição do PCI ocorreu no ano de 1972, com a vigência de suas atividades até meados de 1975. No que se refere, a operação integral do programa, a competência para gerenciá-lo ficou incumbido ao Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG).

Segundo Pessôa (1988, p. 101), o intuito principal que fomentou a constituição do PCI foi atribuído a uma necessidade de “[...] provocar uma transformação tecnológica na agricultura em uma área de 292.798 hectares nos cerrados de Minas Gerais”. Um outro objetivo do programa tratava-se da inserção do cultivo em áreas de cerrados mineiras de duas novas culturas agrícola, ou seja, a soja e o café (CLEPS JUNIOR, 1998, p. 86). Portanto, O PCI foi considerado, umas das principais estratégias de políticas públicas agrícolas estabelecidas durante a vigência do IPND (ROCHA, 2010, p. 51).

De acordo com a Tabela 2, que apresenta uma visão integral do programa entre os anos de 1972 a 1975 durante a vigência do PCI, foi verificado que o BDMG estabeleceu uma meta inicial de abrangência dos financiamentos para uma área de 292.798km². Ao analisar os dados que foram sistematizados observa-se que, durante a fase de execução do programa os agricultores se mostraram receosos em pleitear junto a instituição financeiro algum recurso financeiro direcionado a compras de terras nas mesorregiões do triangulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu e Alto Médio São Francisco. Somente, no ano de 1975 que os números de financiamentos concedidos atingiram uma área de 193.368km² restando ainda, uma extensão territorial de 99.430km². O PCI atingiu, portanto, resultados parciais da meta inicialmente estabelecida. Apenas foram efetivados a contratação de 230 projetos com uma abrangência territorial que correspondeu a 66,04% da área inicialmente idealizada.

Tabela 2: Expansão da Região Atingida pelo PCI (1972-1975)

Regiões	Área Total (Km ²)	Área Programada			
		1972	1973	1974	1975
Triângulo Mineiro	52.760	21.804	52.760	52.760	52.760
Alto Paranaíba	34.899	-	34.899	34.899	34.899
Paracatu	51.271	-	14.104	51.271	51.271
Alto Médio S. Francisco	63.504	-	10.287	10.287	10.287
Alto S. Francisco	53.946	-	-	-	41.245
Metalúrgica	36.418	-	-	-	2.906
Total	292.798	21.804	112.050	149.217	193.368

Fonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (apud Salim, 1986:310)

Essa política de crédito foi idealizada pelo então secretário da agricultura do estado de Minas Gerais, Sr. Alysso Paulinelli, que ao utilizar-se da prerrogativa de gestor de uma pasta estadual buscou congregar, o maior número possível de apoiadores institucionais em torno da

efetivação do PCI. Os órgãos estaduais que integraram a equipe do projeto fornecendo subsídios para implementação do PCI foram: CAMIG, CASEMG, ACAR (atual EMATER), PIPAEMG (hoje EPAMIG) além da participação de duas instituições financeiras, o Banco Central (com recurso disponibilizado via Plano Estadual para aplicação de Crédito Rural-PESAC) e o Banco Mundial que destinou para a região um mútuo no valor aproximado de US\$ 32,9 milhões (PESSÔA, 1988, p. 103).

A área de abrangência territorial do PCI visava, *a priori* atender, as demandas internas das seguintes mesorregiões do estado de Minas Gerais: Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Paracatu, Alto Médio do São Francisco, Alto do São Francisco e Metalúrgica. Durante a execução do PCI foram financiados, o total de 230 projetos distribuídos em uma área de 111.025 ha, número 50% inferior a expectativa inicial (ver Tabela 3). Esse baixo número de financiamentos justifica-se, devido ao excesso de exigências que foram estabelecidas nos contratos de financiamento dificultando, portanto, a efetivação de novas operações contratuais.

Tabela 3: PCI – Projetos Financiados, área total e valor dos financiamentos (Cr\$ 1.000,00/1980*)

Ano	Nº de projetos financiados	Valor Total (B)	Área Total Contratada (ha) (C)	Valor Médio (B/A)	Área Média (C/A)
1972	26	276.205	11.401	10.623	439
1973	74	966.952	31.368	13.067	424
1974	130	2.407.811	68.256	18.522	525

* Inflacionado segundo o Índice Geral de Preços (IGP), col., 2 (FGV), base (1970).
Fonte: Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (apud Salim, 1986:310).

O PCI visava, inicialmente, atender as necessidades dos grandes e médios proprietários de terras capitalizados. As regras contratuais do programa foram elaboradas pelo BDMG e eram bastante leoninas, ou seja, com cláusulas contratuais bastante rígidas e totalmente desfavorável ao pequeno agricultor inviabilizando assim, o acesso destes às principais linhas de créditos e financiamentos. (PESSÔA, 1988).

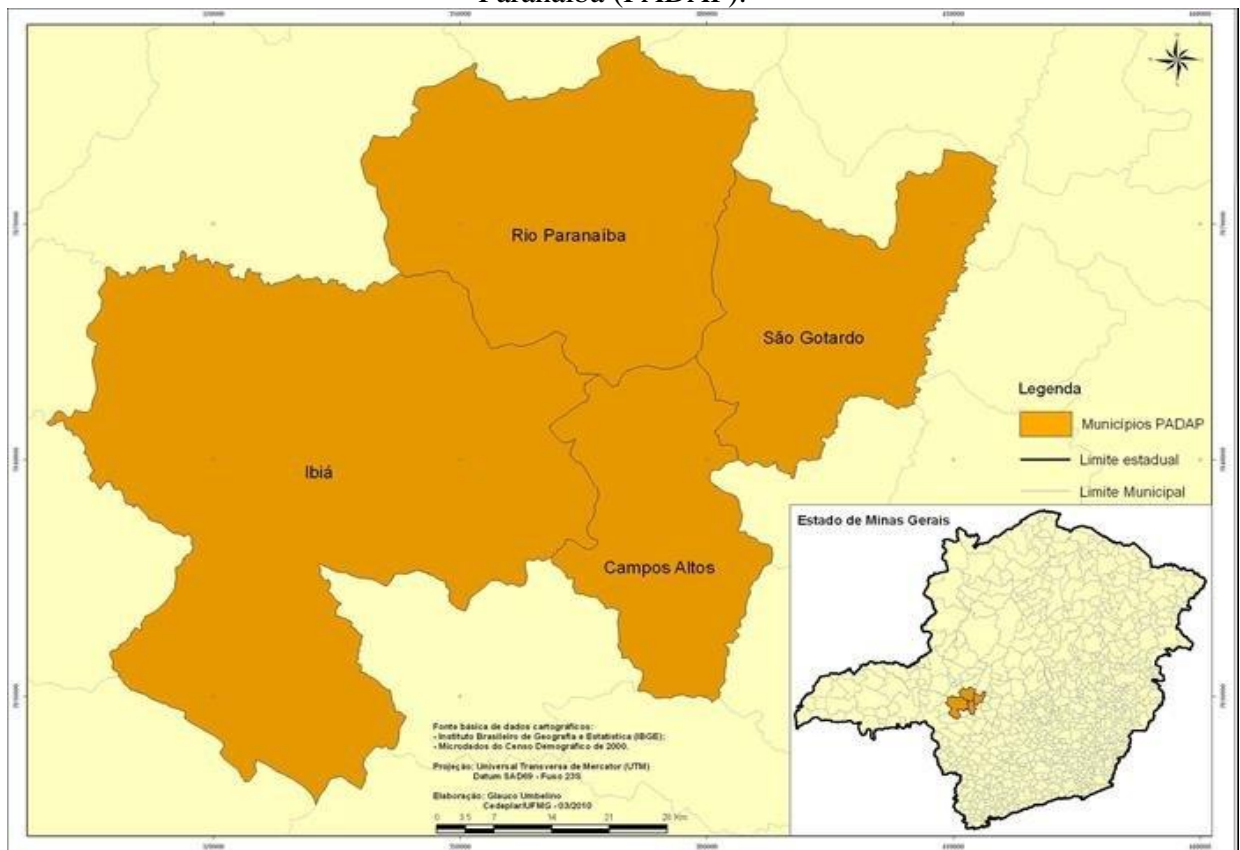
3.3 O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP)

O Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP), foi idealizado pelo Governo Federal e o Governo de Minas Gerais através da articulação de um acordo conduzido, pelo então secretário da agricultura Alysson Paulinelli e a Cooperativa Agrícola de Cotia – Cooperativa Central (CAC-CC). A coordenação do processo de implantação do PADAP

coube a CAC-CC que deu início, as atividades do projeto a partir do ano de 1973 (PESSÔA, 1988, p. 103).

Nesse ano, o Governo Federal e Governo de Minas Gerais destinaram uma área aproximada de 600km² para a implantação do PADAP. Essa extensão territorial correspondia, aos limites territoriais de quatro municípios mineiros escolhidos para o desenvolvimento desse projeto piloto (ver Figura 6): Rio Paranaíba com 60,8% da área do programa; Campos Altos totalizando cerca de 23%; São Gotardo com 10% e Ibiá com apenas 6,2% de sua extensão. Em relação, as áreas ocupadas nos municípios pelos núcleos de colonização são de: 27,1% para Campos Altos; Rio Paranaíba, 19,2%; São Gotardo, 7,1% e Ibiá, 1,4% (SANTOS et al., 2012, p. 21).

Figura 6: Municípios onde foi implantado o Programa de Assentamento Dirigido do Alto Paranaíba (PADAP).



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Santos et. al., (2012).

A área inicial que foi destinada para execução do projeto foi de 255km². Nessa época, havia um grande latifúndio improdutivo com uma área de 200km² na mesorregião do Alto Paranaíba que acabou motivando, o Governo Federal a utilizar-se dos instrumentos de Reforma Agrária para desapropriação dessa terra. Portanto, basicamente, os noventa e cinco (95) lotes

que foram destinados aos colonos vindos do Paraná e de São Paulo derivaram dessa cessão de direito de domínio público compulsória e surgiram nessa área, portanto, (4) núcleos de colonização. O PADAP foi, destarte, um programa que se desenvolveu em conjunto com o PCI na região de cerrado (PESSÔA, 1988, p. 103).

Nesse sentido, foram identificados quatro características específicas que foram fundamentais para escolha dessa região para implementação do PADAP: a) a existência de um grande latifúndio com uma área de 200km² que foi, posteriormente, desapropriado visando atender, assim, ao interesse social; b) a localização geográfica estratégica, tendo em vista, a proximidade de quatro grandes centros consumidores brasileiros: São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte; c) a topografia do Cerrado é plana e com potencialidade para o uso da mecanização; d) na região escolhida para o PADAP já existia previamente uma infraestrutura de transporte e de energia elétrica favorecendo, assim, a logística de escoamento de produtos direcionados à exportação (PESSÔA, 1988, p. 103-105).

Em relação, aos dados referentes aos recursos financeiros disponibilizados para o PADAP calcula-se que foram investidos durante o período de vigência do programa, a ordem de CR\$ 1 bilhão e 200 milhões ou equivalente a US\$ 200 milhões (PESSÔA, 1988, p. 103).

Segundo FRANÇA (1984) da área total que foi destinada à desapropriação, a CAC-CC destinou para os colonos o total de 255km². Essa área foi dividida em 95 lotes, e desse total a própria cooperativa reservou para si quatro unidades. Em relação, ao restante dos lotes do projeto, o governo de Minas Gerais e a CAC-CC resolveram devolver as áreas remanescentes para os antigos proprietários e moradores da região exigindo, portanto, em contrapartida, que ambos utilizassem nos lotes doados o mesmo padrão tecnológico de exploração e produção que fora utilizado e multiplicado nas demais unidades do PADAP.

Nesse sentido, em potencial deveriam ser replicados nos lotes doados pela CAC-CC para os antigos moradores, o mesmo padrão de produção e tecnologia que fora utilizado pelos colonos imigrantes advindos de São Paulo e do Paraná. No entanto, a realidade foi outra, tendo em vista que, os nativos dessas mesorregiões do estado Minas Gerais eram pequenos agricultores e não possuíam capital para investimento nos lotes.

Porém, visando a atração dos mesmos, foi prometido pela CAC-CC a disponibilização de apoio técnico agrícola indispensável para o desenvolvimento dos potenciais culturas agrícolas. A cooperativa também ficou a encarregada de ofertar aos nativos o acesso a sua ampla rede de infraestrutura e maquinários. No entanto, com o passar do tempo, a realidade foi outra e apenas os colonos advindos de São Paulo e do Paraná que puderam usufruir da assistência técnica, do empréstimo de maquinários e da disponibilização de aporte financeiro.

Sobre o processo de registro que envolve a cafeicultura competitiva e globalizada praticada em Patrocínio, MG e os conceitos pertinentes ao registro de indicações geográficas no âmbito nacional e internacional, discute-se a seguir.

4 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ASPECTOS GERAIS DO INSTITUTO JURÍDICO E ECONÔMICO

[...] as indicações geográficas são ferramentas coletivas de valorização de produtos tradicionais vinculados a determinados territórios. Elas possuem duas funções em principal: agregar valor ao produto e proteger a região produtora. O sistema de Indicações geográficas deve promover os produtos e sua herança histórico-cultural, que é intrasferível. Essa herança abrange vários aspectos relevantes: área de produção definida, tipicidade, autenticidade com que os produtos são desenvolvidos e a disciplina quanto ao método de produção, garantindo um padrão de qualidade. Tudo isso confere uma notoriedade exclusiva aos produtores da área delimitada. As indicações geográficas contribuem para a preservação da biodiversidade, do conhecimento e dos recursos naturais. Trazem contribuições extremamente positivas para as economias locais e para o dinamismo regional, pois proporcionam o real significado de criação de valor local.

*Indicações Geográficas Brasileiras
Instituto Nacional da Propriedade Industrial – INPI
Serviço Brasileiro de apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE
Giesbrecht et al., (2014, p. 18).*

4 AS INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS: ASPECTOS GERAIS DO INSTITUTO JURÍDICO E ECONÔMICO

O presente capítulo tem por finalidade esclarecer ao leitor sobre um dos principais institutos jurídicos do direito de propriedade industrial brasileiro refiro-me, portanto, sobre as Indicações Geográficas. As IG's são figuras peculiares, um fenômeno recente com diferentes níveis de proteção e normas jurídicas adequadas as necessidades de cada país. Esse signo distintivo é interessantíssimo, pois é uma ferramenta coletiva de preservação agrobiodiversidade de um determinado país, região, cidade ou localidade.

O mercado de *commodities* destaca-se por produtos padronizados e de pouco valor de mercado. A concorrência, nesse ramo do setor agrícola, é baseada em sistemas produtivos eficientes, com redução de custos e economia no sistema integrado de produção. Essas características induzem a busca da produtividade unitária e o aumento na escala de fabricação, que acaba por elevar e exceder a variável ambiental, atual preocupação dos diferentes níveis da sociedade civil (NAVARRO, 2001).

A partir da década de 1960, a produção agrícola baseada na monocultura em grandes áreas (latifúndios) tornou-se, cada vez menos produtiva e mais impactante ao meio ambiente. A partir da década de 1970 assumiu uma crescente relevância a questão ambiental e a sua relação com a produção de alimentos. Desse momento em diante aumentaram as pressões de todos os setores da sociedade civil para utilização de sistemas produtivos com menos impacto ao meio ambiente. A partir disso, surgiram novas normas e certificações internacionais, que tratam das questões pertinentes a proteção e preservação da biodiversidade.

A partir da década de 1990, o tema do desenvolvimento e desenvolvimento rural reapareceu, nos debates sociais com uma abordagem global. Segundo Navarro (2001, p. 85), as discussões sobre as mudanças climáticas, nascido do chamado Protocolo de Kyoto são “[...] decorrentes dos impactos ambientais experimentados nas últimas décadas, os quais têm nas formas predatórias de uso da terra, um de seus componentes relevantes (embora não o principal) ”.

Por sua característica inerente, o mercado dos produtos agropecuários está sujeito às imposições de medidas e normas técnicas e sanitárias, que podem ser um fator limitante para exportação do setor. Além disso, as incertezas relacionadas à procedência dos alimentos, diante das frequentes crises alimentares (doença da vaca louca) e a produção de alimentos geneticamente modificados (transgênicos) levaram o consumidor a buscar por produtos cuja

qualidade e a procedência possam ser garantidas, tendo a referência de origem como critério de valorização.

Uma alternativa na agregação de valor e diferenciação da cadeia produtiva, para os produtos agrícolas brasileiros, na perspectiva empresarial, é representado pelo uso da indicação geográfica. A IG é um signo distintivo que valoriza a imagem dos produtos e as regiões demarcadas, sendo uma importante ferramenta de promoção da competitividade baseado, em identidades territoriais associadas a um povo e a um determinado produto.

4.1 O conceito e histórico das Indicações Geográficas

Os diversos signos distintivos surgiram de uma necessidade em comum: diferenciar a origem dos produtos, seja ela geográfica ou pessoal. Na antiguidade, as marcas e a indicações geográficas misturavam-se. Na atualidade, ambas pertencem a uma mesma espécie do direito da propriedade intelectual. Na Bíblia, encontram-se alguns relatos de sinais distintivos associados a origem, como os vinhos de En-Gedi e o Cedro do Líbano que é o produto mais tradicional do Líbano sendo incluído a insígnia da árvore na Bandeira do país (BRUCH, 2014).

Na Grécia e em Roma, havia produtos diferenciados, justamente pela sua origem geográfica, como o bronze de Corinto, os tecidos da cidade de Mileto, as ostras de Brindisi, os vinhos Corinto, Ícaro e Rodhes e até os dias atuais o renomado mármore de Carrara.

Figura 7: Vinhos de Corinto, Ícaro, Rodhes e Falernum



Fonte: www.vinobeer.com.br. Acesso em: 01/09/2018.

Na época dos romanos, já se utilizava a sigla RPA – *Res Publica Agustanorum*, inscrição que se encontrava presente nos vasos de barro fabricados nos fornos do fisco romano. As ânforas de vinho de *Falernum*, bastante conhecidas nessa época, indicavam primeiramente, a procedência do produto, para depois indicar o produtor.

Durante a Idade Média, apareceram as marcas corporativas, utilizadas para distinguir os produtos fabricados por grêmios de cidades diferentes. Os grêmios, também conhecidos como corporações de ofício, possuíam Estatuto e Ordenações independentes, que descreviam todos os aspectos e os modos de produção, fixando normas que os associados deveriam submeter-se no processo de fabricação de seus produtos.

Entretanto, havia alguns associados que não seguiam a regras fixadas pelas corporações, gerando um aumento de produtos de baixa qualidade no mercado. Ante essa situação, os associados resolveram utilizar uma marca, tornando possível, a fiscalização e a aplicação de sanções, aos produtores contrários as boas práticas de produção. A partir desse momento, os produtos passaram a ter duas marcas: a do fabricante e a do grêmio ou corporação a que pertencia o associado.

No ano de 1756, ocorreu a primeira intervenção estatal na proteção de uma IG. Foi quando os produtores do Vinho do Porto, em Portugal, procuraram o então Primeiro-Ministro do Reino - Marquês de Pombal - em virtude da queda nas exportações do produto para a Inglaterra. Esse vinho havia adquirido uma grande notoriedade e, com isso, o número de falsificações utilizando a denominação “do Porto” teria aumentado, resultando, assim, na baixa procura e perda de lucratividade do produto português.

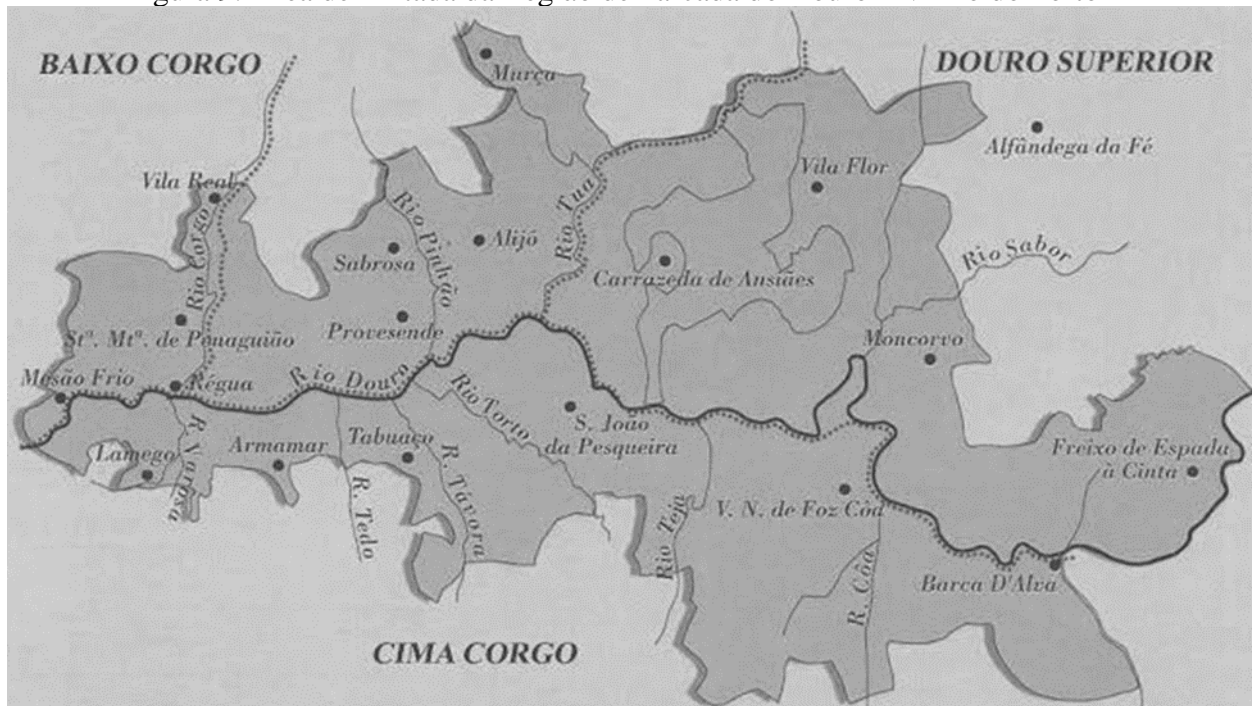
Figura 8: Demarcação Pombalina dos Vinhedos do Vinho do Porto



Fonte: AMARAL, José Duarte. O Grande Livro do Vinho, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

O marquês de Pombal, visando à proteção do vinho português, determinou diversas medidas de proteção do produto e dos produtores. Primeiramente, agrupou os produtores na Companhia dos Vinhos do Porto. Em seguida, mandou delimitar a área de produção do vinho (Figura 9). “Como também não era possível proteger um produto sem descrevê-lo com exatidão, mandou estudar, definir e fixar as características do Vinho do Porto e suas regras de produção” (BRUCH, 2014, p. 36). Por fim, o último ato foi registrar legalmente, por decreto, o nome Porto para vinhos, criando, assim, a primeira Denominação de Origem Protegida do Mundo.

Figura 9: Área delimitada da Região demarcada do Douro – Vinho do Porto



Fonte: AMARAL, José Duarte. O Grande Livro do Vinho, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994.

No início, os sinais distintivos não eram exatamente protegidos; consequentemente, o número de falsificações era muito grande. Em virtude disso, surgem os registros nacionais e de forma simultânea os tratados internacionais, como a Convenção União de Paris (CUP), o Acordo de Madrid, o Tratado de Lisboa e, nos anos mais recentes, o Acordo sobre aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual relacionados ao Comércio (TRIPS ou ADPIC).

O objetivo dessas regulamentações foi promover a proteção dos sinais distintivos e a repressão às falsas indicações geográficas em suas duas espécies, a indicação de procedência e a denominação de origem. Ao longo de todos esses anos, surgiram novas e numerosas IG's, identificando os produtos com os nomes geográficos, que indicam a origem renomada de um determinado produto. Dentre eles podemos citar os casos do queijo de *Roquefort*, do vinho

espumante da região de *Champagne*, do vinho *Cgianti*, do queijo *Feta*, da *Carnalentejana*, e dos queijos *Grana Padano*, *Gongozola*, *Parmigiano Reggiano*, do *Prosciutto di Parma*, a Tequila, o *Cognac* etc.

4.2 Os tratados internacionais de regulamentação do uso das indicações geográficas

Os produtos agrícolas brasileiros, reconhecidos com essa “certificação”, ou seja, com o registro de indicação geográfica, possuem maior potencialidade de inserção no mercado internacional, sendo favorecidos com melhores preços e condições de competitividade. Os consumidores, sobretudo os dos países desenvolvidos, buscam cada vez mais produtos com origem geográfica. Nesse novo nicho de mercado, que valoriza produtos com diferencial de qualidade e “as atividades preservadas pela tradição cultural” (VALENTE, 2005, p.65), a indicação geográfica pode ter uma maior demanda e valorização econômica. Para isso, contudo, faz-se necessário a proteção efetiva da IG, além do âmbito nacional.

No âmbito jurídico legal internacional, temos em vigor, atualmente, vários tratados que regulamentam as IG's. São três acordos existentes, no âmbito da Organização Mundial da Propriedade Intelectual, quais sejam: 1) Convenção da União de Paris; 2) Acordo de Madri; 3) Acordo de Lisboa; e o anexo, ao constitutivo da Organização Mundial do Comércio (OMC): o Acordo TRIPS.

A Convenção da União de Paris (CUP), assinado em 1883, foi ratificado pelo Brasil em 1884. Este ato internacional passou por inúmeras revisões, algumas das quais também foram ratificadas pelo Brasil. A Indicação Geográfica não figura como uma espécie claramente definida e protegida. No texto da Convenção menciona-se somente “a proibição de toda a falsa indicação de procedência, ainda que, indiretamente, que for utilizada como intenção de fraudar” (BRUCH, 2014, p. 57).

O texto da Convenção prioriza, assim, vedar somente as falsas indicações que induzem ao consumidor a uma falsa origem do produto permitindo, a utilização indevida de indicações quando ressaltada, a verdadeira origem do produto (BRUCH, 2014). Nestes termos, como observa Almeida (2009), o '*Champagne*' da Califórnia ou '*Port*' da *África do Sul*, não são falsas indicações nos termos da referida Convenção.

O texto da CUP, não se preocupa com a utilização indevida e falsa da notoriedade de uma IG, desde que, a verdadeira procedência do produto estivesse identificada. No texto da Convenção é priorizada a proteção do Consumidor e não propriamente a relação de concorrência ou do produtor. Contudo, a falsa Indicação de Procedência é combatida. Por isso,

o essencial para a Indicação Geográfica nesse Tratado “está consignado no art. 6º *quinqüies*, b (2); art. 10, 2, art. 10 bis, 3, III” (GURGEL, 2005, p. 60)².

Em 1891 ocorreu o Acordo de Madri, que teve seu texto inicial quase totalmente modificado por sucessivas reformas. Em 1896, o Brasil aderiu a esse tratado, internalizado a sua norma pelo Decreto nº 2390³, porém, o país não ratificou todas as reformas.

O Acordo de Madri caracteriza-se pelo combate a falsas e as enganosas IG's, ou seja, aquelas que apesar de não informarem uma falsa origem, induzem o consumidor ao erro. Conforme o artigo 1º, § 1º do Acordo de Madri:

Todos os produtos que ostentem uma indicação falsa ou enganosa, em virtude da qual resultem indicados, direta ou indiretamente, como país ou como lugar de origem algum dos países aos quais se aplica o presente acordo, ou um lugar situado em um deles, serão apreendidos ao serem importados em cada um dos referidos países.

O Acordo sugere algumas medidas repressivas de combate aos produtos com falsa procedência, como a apreensão no ato de importação de produtos com falsa denominação e a proibição de venda, exposição ou oferta de qualquer produto passível de induzir o consumidor a uma indicação falsa ou enganosa. As medidas repressivas serão aplicadas no país de origem dos produtos com informações falsas ou enganosas ou onde, os infratores estiverem estabelecidos.

Os países signatários do Acordo de Madrid, principalmente os europeus, insatisfeitos com a definição de indicações de procedência falsas ou enganosas, consideraram a proteção para indicações geográficas inadequada e resolveram negociar um novo tratado. Em 31 de

² Art. 6, *quinqüies*, b. - Só poderá ser recusado ou invalidado o registro das marcas de fábrica ou de comércio mencionadas no presente artigo, nos casos seguintes:

(1) quando forem suscetíveis de prejudicar direitos adquiridos por terceiros no país em que a proteção é requerida;
 (2) quando forem desprovidas de qualquer caráter distintivo ou então exclusivamente composta por sinais ou indicações que possam servir no comércio para designar a espécie, a qualidade, a quantidade, o destino, o valor, o lugar de origem dos produtos ou a época da produção, ou que se tenham tornado usuais na linguagem corrente ou nos hábitos leais e constantes do comércio do país em que a proteção é requerida;

(3) quando forem contrárias à moral à ordem pública e, particularmente, de natureza e enganar o público. Fica entendido que uma marca não poderá ser considerada contrária à ordem pública pela simples razão de que não está de acordo com qualquer dispositivo da legislação sobre as marcas salvo no caso em que o próprio dispositivo se relacione com a ordem pública. Fica, todavia, ressalvada a aplicação do artigo 10 bis.

Art.10, 2 - Será, em qualquer caso reconhecido como parte interessada, quer seja pessoa física ou jurídica, o produtor, fabricante ou comerciante empenhado na produção, fabricação ou comércio desse produto e estabelecido quer na localidade falsamente indicada como lugar de procedência, quer na região em que essa localidade estiver situada, quer no país falsamente indicado ou no país em que se fizer uso da falsa indicação de procedência.

Art.10 bis, 3, III - Deverão proibir-se particularmente:

3ºAs indicações ou alegações cuja utilização no exercício do comércio seja suscetível de induzir o público em erro sobre a natureza, modo de fabricação, características, possibilidades de utilização ou quantidade das mercadorias.

³ www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/.../AND4614-03.doc < último acesso 15/01/2018 >.

outubro de 1958 foi firmado, o Acordo de Lisboa, primeiro acordo internacional responsável pela definição de Denominação de Origem (DO).

No artigo 2º, parágrafo 1º, do Acordo de Lisboa, a Denominação de Origem é assim conceituada:

Entende-se por denominação de origem, no sentido do presente acordo, a denominação geográfica de um país, região, ou localidade que serve para designar um produto dele originário cuja a qualidade ou características são devidas exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, incluindo fatores naturais e humanos⁴.

Segundo essa definição, podemos verificar que a denominação de origem visa designar, junto ao nome de um produto, a sua origem ou denominação geográfica (país, região ou localidade), atribuindo ao produto as características exclusivamente ou essencialmente relacionadas ao meio geográfico incluindo no conceito, também, os fatores naturais e humanos.

O Acordo estabelece que a reputação do produto e o nome da denominação de origem registrada para o mesmo são relacionados à notoriedade do país de origem. A Tequila Mexicana é uma denominação de origem notoriamente conhecida no mundo e com volume de exportação, em torno dos seis (6) bilhões de dólares ao ano.

Recentemente, o Acordo Agrícola da OMC foi resultado de um conjunto de negociações multilaterais, conhecidas como Rodada do Uruguai (RU) do *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT).

A oitava rodada do GATT/RU que ocorreu em setembro de 1986, na cidade de Punta del Este, no Uruguai, foi a maior negociação sobre comércio até aquele momento. As discussões pretendiam estender o sistema comercial para novas áreas, principalmente, no setor de serviços, propriedade intelectual, agricultura e têxteis (CONTINI, 2004).

As negociações da Rodada do Uruguai estavam, até então, programadas para terminar em dezembro de 1990. Mas os Estados Unidos (EUA) e a União Europeia (UE) discordaram da reforma referente à política agrícola e decidiram ampliar os debates e as negociações multilaterais. Finalmente, em novembro de 1992, os EUA e a UE encerraram as suas divergências, num acordo que ficou, informalmente, conhecido como “Acordo da Casa de Blair” (*The Blair House Accord*). Em 15 de abril de 1994, em Marrakesh, no Marrocos, os representantes de 123 países assinaram o acordo que estabelecia o surgimento da Organização

⁴ LISBOA. Acordo de Lisboa, de 31 de outubro de 1958. Relativo à Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional, artigo 2º, parágrafo 2.

Mundial do Comércio (OMC), como entidade representante do comércio internacional. Esse acordo começou a vigorar, a partir do dia 1º de janeiro de 1995 e substituiu o GATT.

O GATT ainda existe como um acordo base da OMC, que foi modificado pela Rodada do Uruguai e, por isso, existe uma diferença em relação ao GATT 1994 (com as partes modificadas) e o GATT 1947 (acordo original que ainda compõem o cerne do GATT 1994). O GATT não é o único tratado, incluído no texto final. Existem ao todo 60 acordos, com anexos, decisões e entendimentos adotados pelos signatários.

A estrutura do GATT pode ser dividida em seis partes:

1. O acordo que estabelece a OMC;
2. Bens e investimentos – acordos multilaterais de comércio de bens, que incluem o GATT 1994 e o *Trade Related Investment Measures* – TRIMS;
3. Serviços;
4. Propriedade Intelectual – TRIPS;
5. Acordo sobre disputas, e as
6. Revisões sobre políticas governamentais do comércio – TPRM

Atualmente, o Acordo *TRIPS (Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights)* possui uma importante representatividade mundial. Essa organização detém o número de 153 Estados Membros. O TRIPS passou a ser um marco legislativo internacional em se tratando da propriedade intelectual.

No contexto da OMC, o TRIPS acabou influenciando e alterando a legislação de muitos países, inclusive a brasileira, dando origem a atual Lei da Propriedade Industrial (Lei nº 9.279/96). O TRIPS aborda diversas questões que vão desde o direito do autor, de marca, de registro de indicação geográfica, de desenho industrial, de depósito de patentes, dentre outros direitos. A finalidade do acordo é assegurar e estabelecer uma proteção mínima, que deve ser respeitada por todos os países signatários da OMC, dentre estes o Brasil.

Segundo o art. 22, I, do Acordo TRIPS, o conceito de Indicação Geográfica significa:

[...] indicações que identifiquem um produto como originário do território de um Membro, ou região ou localidade deste território, quando determinada qualidade, reputação ou outra característica do produto seja essencialmente atribuída à sua origem geográfica.

O acordo não distingue, assim, as diversas possibilidades de classificação das IG's, como, por exemplo, a classificação adotada pela legislação brasileira que diferencia a IG como

gênero, a Indicação de Procedência (IP) e a Denominação de Origem (DO) como espécies. Contudo, a conceituação adotada pelo tratado não “contempla especificamente as possíveis espécies de indicações, traz somente uma conceituação bastante ampla que inclui todas essas variações, embora não inclua serviços” (BRUCH, 2014, p. 58).

A partir da definição legal internacional de IG's, o Acordo busca criar mecanismos de regulamentação e utilização destas, prescrevendo condutas que devem ser coibidas pelos membros. Veda-se, *a priori*, a utilização de qualquer meio que sugira que o produto é originário de região diferente da verdadeira origem, induzindo o consumidor ao erro. O TRIPS coíbe não somente as indicações que diretamente remetam a uma origem falsa, mas também as que sugerem (TRIPS, art., 22, 2, a). Assim, a simples citação “Queijo do Serro de Minas Gerais”, ou “Queijo com qualidade do Serro” pode, nos termos do TRIPS, ser considerado proibido se a procedência referida não for verdadeira.

No contexto da legislação brasileira, o atual Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/90), descreve no art. 6º. Inciso, III, o que é direito básico do consumidor:

A informação adequada e clara sobre diferentes produtos e serviços, com a especificação correta da quantidade, características, composição, quantidade e preço, bem como sobre os riscos que apresentem. (grifos do autor).

Com efeito, a sistemática implantada pelo CDC, o fornecedor está obrigado a prestar todas as informações necessárias acerca do produto e do serviço, suas características, composição, quantidade e preço etc., de maneira clara e objetiva, não se admitindo falhas ou omissões que possam induzir o consumidor ao erro.

O conceito de fornecedor está definido no art. 3º do CDC, que dispõe, *in verbis*:

Fornecedor é toda a pessoa física e jurídica, pública ou privada, nacional ou estrangeira, bem como os entes despersonalizados, que desenvolvem atividades de produção, montagem, criação, construção, transformação, importação, exportação, distribuição ou comercialização de produtos ou prestação de serviços.

A leitura simples do texto da lei já é capaz de nos orientar sobre o panorama da extensão do conceito de fornecedor adotado pelo CDC. Portanto, todas as pessoas capazes, físicas ou jurídicas, são responsáveis por assegurarem a informação correta de um produto ou serviço ao consumidor.

Os membros da OMC devem também recusar o registro de uma marca, ou invalidá-lo, quando consista em uma falsa IG susceptível de induzir o consumidor ao erro (TRIPS, art. 22,

3). Exemplo claro que o Acordo quer retratar é uma marca que se denomine “Café do Cerrado Mineiro”. Se este produto não for originário desta região, ou seja, Região do Cerrado Mineiro, pelo Acordo, seu registro como marca deve ser invalidado.

Segundo Pimentel (2009, p. 59), a “restrição é feita também às IG's que, não obstante sejam verdadeiras, também induzam o consumidor ao erro, como por exemplo, quando existir dois nomes geográficos idênticos”.

4.3 O marco jurídico nacional das indicações geográfica (Lei nº 9.279/96)

A primeira norma jurídica que regulamentou os direitos referentes à propriedade intelectual no Brasil foi o Decreto nº 16.254, de 19 de dezembro de 1923. Atualmente, a legislação infraconstitucional, que trata da matéria no Brasil é a Lei 9.279, de 14 de maio de 1996, também conhecida como a Lei da Propriedade Industrial. Esta Lei classificou as IG's em dois tipos: a indicação de procedência e a denominação de origem.

No artigo 176 da Lei 9.279/96, o legislador brasileiro (Câmara dos Deputados e Senado Federal) não definiu o que é uma indicação geográfica e sim enumera as suas duas espécies conforme a descrição abaixo:

Art. 176. Constitui indicação geográfica a indicação de procedência ou a denominação de origem.

O artigo 177 considera IP:

[...] o nome geográfico de um país, cidade, região ou localidade de seu território, que se tenha tornado conhecido como centro de extração, produção ou fabricação de determinado produto ou de prestação de determinado serviço⁵.

Já o artigo 178 da Lei 9.279/96, assim define a DO:

[...] o nome geográfico de país, cidade, região ou localidade de seu território, que designe produto ou serviço cujas as qualidades ou características se devam exclusivamente ao meio geográfico, incluídos fatores naturais e humanos⁶.

A diferença entre os dois tipos de IG's, nos termos da lei brasileira, centra-se nos seguintes pressupostos fáticos dos produtos ou prestação de serviços:

⁵ Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, DOU, 15 de maio de 1996.

⁶ Lei n. 9.279, de 14 de maio de 1996, DOU, 15 de maio de 1996.

- **Indicação de Procedência (IP):** estabelece a notoriedade do local, onde, realiza-se a extração, produção ou fabricação de um determinado produto ou prestação de um determinado serviço. Exemplo: Sapatos de Franca – SP, Porto digital do Recife – PE (IG para serviços) entre outros.

- **Denominação de Origem:** estabelece as qualidades ou características do produto ou serviço relacionando-se com o local, ou seja, a origem do produto ou serviço. Os fatores naturais (clima, solo, ventos, hidrografia etc.) e humanos (os conhecimentos técnicos ou modo de fazer) influenciam no produto final. Exemplo: O Arroz do Litoral Norte Gaúcho – RS, Camarão da Região da Costa Negra – CE, Vinho do Porto etc.

A titularidade da IG é coletiva, ou seja, todos os produtores ou prestadores de serviços que estejam na área demarcada que explorem o produto ou serviço objeto da certificação detém o direito de solicitar registro de indicação geográfica no órgão competente. Para isso, far-se-á necessário a organização dos produtores ou prestadores de serviços, por meio de uma pessoa jurídica que os representará, ou seja, uma associação ou cooperativa, tal como o exemplo da APROVALE - Associação dos Produtores de Vinhos Finos do Vale dos Vinhedos, detentora do Registro da IP Vale dos Vinhedos, sob nº IG 200002. Segundo Bruch, “a única possibilidade de exceção à titularidade coletiva está na possibilidade de existir, na área demarcada, um único produtor no momento do registro” (Bruch, 2009, p. 62).

A primeira indicação geográfica brasileira foi a Indicação de Procedência Vale dos Vinhedos (I.P.V.V) para vinhos finos, concedida no ano de 2002 pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial. Na figura seguinte, ilustramos a representação visual utilizada pela APROVALE no processo de controle de rastreabilidade do produto:

Figura 10: Identificação visual e de controle da I.P.V.V



Fonte: APROVALE (2018). Acesso em: 01/09/2018.

A APROVALE, associação requerente e detentora da titularidade da I.P.V.V, a partir do ano de 2005, resolveu iniciar o processo de pedido de registro da primeira Denominação de Origem para vinhos do Brasil. Para alcançar essa meta, foi necessário um estudo minucioso das características agronômicas e enológicas da região do Vale dos Vinhedos na Serra Gaúcha tais como, a interação harmoniosa do solo, clima e do saber fazer típico dos produtores. Portanto, a soma desses fatores constitui, o *terroir* único e exclusivo da Região do Vale dos Vinhedos para vinhos finos.

No ano de 2012, após dez (10) anos da concessão da I.P.V.V, o INPI reconheceu a Denominação de Origem Vale Vinhedos, sob o número geográfico: IG201008 (Figura 11). A área geográfica delimitada é de 72,45km² com abrangência territorial entre os municípios de Bento Gonçalves, Garibaldi e Monte Belo do Sul. Segue abaixo, a identificação impressa no rótulo e a identificação de controle de rastreabilidade:

Figura 11: Identificações impressas nos rótulos e contrarrótulos das garrafas de vinho



Fonte: APROVALE (2018). Acesso em: 01/09/2018.

A lei da propriedade industrial brasileira não protege as indicações geográficas que se tornaram genéricas, ou seja, aquelas em que o consumidor não relaciona o nome geográfico com a origem do produto, mas com uma espécie de produto. É o caso do Queijo de Minas, que acaba sendo associado por muitos consumidores, a uma espécie de queijo branco e não a um produto originário de Minas Gerais.

A Lei 9.279/96 inovou ao propor a discussão sobre a proteção jurídica dos “serviços geográficos”. No Acordo TRIPS (*Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio*) não há, portanto, essa espécie de IG, não possuindo, portanto, um amparo legal nesse tratado. O que ocorreu, exatamente, foi uma interpretação extensiva das normas descritas nesse acordo internacional pelo Congresso Nacional ao internalizar esse ato internacional.

Na União Europeia só existem proteção de IG para produtos agroalimentares. Após a constatação desse precedente brasileiro, alguns países liderados pela França já negociam junto ao INRA (*Institut National de la Recherche Agronomique*) ou seja, o Instituto Nacional da

Pesquisa Agronômica da França, a possibilidade de estender o conceito IG para serviços geográficos.

Portanto, o legislador infraconstitucional brasileiro (Congresso Nacional e Senado Federal) não internalizou de forma literal a redação integral e original do Acordo TRIPS, conforme, a comparação que se segue abaixo:

Quadro 3: Aspectos diferenciadores da IG no Acordo TRIPS e na Lei 9.279/96

	Acordo TRIPS	Lei 9.279/1996	
Gênero	Indicação Geográfica	Indicação Geográfica	
Espécie	–	Indicação de Procedência	Denominação de Origem
Nome a ser protegido	Qualquer indicação	Nome geográfico	Nome geográfico
Abrangência	Produto	Produto ou serviço	Produto ou Serviço
Origem	Território de um Membro, ou região ou localidade do território	País, cidade, região ou localidade de seu território	País, cidade, região ou localidade de seu território
Fundamento	Qualidade ou reputação ou outra característica	Tenha se tornado conhecido (reputação)	Qualidade ou característica
Produção ou origem da matéria-prima	Atribuída essencialmente à sua origem geográfica	Centro de extração, produção ou fabricação do produto ou de prestação do serviço	Atribuída exclusiva ou essencialmente ao meio geográfico, Incluídos fatores naturais e humanos.

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Bruch (2008).

4.3.1 O processo de registro das Indicações Geográficas no Brasil

A Lei nº 9.279, de 14 de maio de 1996 disciplina o órgão nacional competente para estabelecer as condições necessárias para o registro de Indicações Geográficas no Brasil é o Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI). O INPI é uma autarquia federal vinculado ao Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC). Esse instituto por intermédio da Resolução PR nº 055, de 18 de março de 2013, dispõe sobre o depósito dos pedidos de registro de Indicações Geográficas.

Atualmente, encontram-se em vigor três (3) instruções normativas disciplinando a matéria pertinente as IG's no arcabouço legal brasileiro:

1) Instrução Normativa nº 25/2013 – que estabelece as condições para o registro das Indicações Geográficas;

2) Instrução Normativa PR nº 68, de 02/03/2017 - que alterada pela Instrução Normativa PR nº 91, de 26 de julho de 2018 que estabelece as condições para o Registro da Indicação Geográfica para Cachaça.

3) Instrução Normativa PR nº 91, de 06/07/2018 - que altera o artigo 16 da Instrução Normativa PR nº 68, de 02 de março de 2017 que estabelece as condições para o registro da Indicação Geográfica da Cachaça (INPI, 2018).

Na determinação do que é uma indicação geográfica há que serem observados dois princípios básicos:

Princípio I: uma Indicação Geográfica precisa estar consagrada pelo uso e por um comprovado renome. Exemplo: Sapato de Franca, Queijo da Serra da Canastra, Pinga de Salinas e entre outros.

Princípio II: esse renome deve ser consequência das características qualitativas do produto, determinados por dois tipos de influências ou fatores: 1) fatores naturais, cujo papel precisa ser preponderante (clima, solo, variedade, etc.) que permitam delimitar uma área de produção; 2) fatores em decorrência da interferência do homem, cuja influência pode ser de maior ou de menor importância. Os exemplos mais comuns de IG's com essas características naturais e humanas são o Champanhe da França, o Vinho do Porto de Portugal, a Tequila do México etc.

No âmbito federal ficou a cargo do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) a competência e as atribuições institucionais para fomentar a políticas públicas direcionadas ao aumento das indicações geográficas em todo o território brasileiro. Internamente, o MAPA atua por meio da Coordenação de Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários (CIG) com sede em Brasília, DF. Além disso, o ministério possui a Divisão de Política, Produção e Desenvolvimento Agropecuário (DPDAG-UF) localizadas nas várias Superintendências Federais da Agricultura (SFA-UF) de todas as vinte setes (27) unidades da federação do país.

Em relação ao registro de IG, uma das principais funções regimentais do MAPA consiste em promover uma articulação ministerial com outras pastas ministeriais do governo federal como Ministério do Meio Ambiente (MMA); Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC); Ministério das Relações Exteriores (MRE); Ministério da Cultura (MinC); Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Serviços (MCTIC); Ministério do Turismo (MTur) e o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

De acordo com art. 7 da Instrução Normativa nº 25/2013, é obrigatório num processo de registro de IG que estejam presentes as descrições da área geográfica delimitada e do levantamento histórico-cultural do produto ou serviço, conforme descrição abaixo:

[...] o levantamento histórico, os saberes locais (tradição e cultura), a importância econômica atual e histórica, a organização social e produtiva, os fatores naturais e a origem da matéria-prima são aspectos mínimos a serem considerados. A combinação desses aspectos na delimitação da área depende do produto e do seu nível de elaboração (*in natura* ou processado), de sua natureza (origem animal ou vegetal), das condições de produção, da espécie da IG (IP ou DO) e dos objetivos da comunidade local. Vale salientar que os critérios utilizados são estabelecidos por consenso entre os agentes envolvidos, isto é, pelos produtores e suas entidades representativas, técnicos e pesquisadores. (MAPA, 2016, p. 6).

Segue no Quadro 4 uma síntese de exemplos sobre o levantamento histórico do produto. Essas fontes de dados serão fundamentais para a constituição do dossiê a ser encaminhado ao INPI.

Quadro 4: exemplos de fontes de levantamento histórico de uma IG

Dados estatísticos	Documentos	Trabalhos acadêmicos
Estatísticas agrícolas antigas; A enciclopédia dos municípios mostra inúmeros dados, tipos de atividades da região, data de colheita, número e tipo de empresas.	Relatórios administrativos, de obras, técnicos; Atos de associações agrícolas, associação de raças; Obras técnicas, livros locais consagradas à agricultura; Jornais especializados agrícolas; Relatos de aventureiros, romances, biografias; Relato de eventos folclóricos, danças; Obras de arte (músicas, pinturas...), registros fotográficos.	Estudos de historiadores, geógrafos, antropólogos, economistas, agrônomos; Teses e dissertações;

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Gerdan, Silva, (2009).

Nesse sentido, o MAPA orienta que as cooperativas ou associações que desejam dar andamento ao pedido de registro de um IG devam escolher, na fase de confecção do *dossiê* por alguns dos quatros (4) tipos de limites territoriais disponíveis abaixo para a delimitação geográfica tais como:

- político-administrativo;
- naturais (serras, rios, vales etc);
- por ligação de pontos georreferenciados abrangendo parte de determinadas unidades territoriais (município, regiões, estados etc);
- uma combinação de dois ou mais destes tipos (MAPA, 2016, p. 9).

Deste modo, é indispensável à utilização de mapas delimitando as áreas geográficas que compreendem toda cadeia produtiva da nova IG a ser requerida. A finalidade dessa exigência se justifica devido o controle de rastreabilidade do processo e do produto.

No caso específico de produtos que serão reconhecidos como Indicação de procedência, deverá conter no dossiê a descrição da origem da matéria-prima, o processo de beneficiamento utilizado, a elaboração ou o processamento do produto. Não há impedimento legal que todas essas fases do processo sejam executadas em localidades distintas da sede da origem geográfica devendo, no entanto, o titular do pedido apresentar vários mapas com as descrições de toda área abrangida.

[...] as IG's não são necessariamente restritas às fronteiras municipais, estaduais ou nacionais. Os produtores podem estar submetidos a sistemas fiscais, políticos e regulatórios diferenciados, quando separados por fronteiras político-administrativas. Todavia, isso não deve ser critério para estabelecimento de limites de área para um IG quando estudos demonstrarem que a base histórica, social e produtiva é a mesma. Especialmente, se as características próprias do meio geográfico se repetem além das fronteiras, sendo o produto reconhecido no mercado com o mesmo nome geográfico. (MAPA, 2016, p. 8).

Conclui-se que, na DO é necessário que a produção do produto seja integralmente obtida na região geográfica delimitada. Desde a matéria prima, produção, processamento, beneficiamento e agregação de valor (Quadro 5)

Quadro 5: Fatores determinantes na definição de uma IG

Fatores	Descrição
Fatores humanos	Relacionam-se a características das comunidades que influenciam na qualidade específica do produto.
Saberes locais ou saber fazer	Englobam os sistemas de produção, são específicos do local, possuem um componente hereditário e são compartilhados pela coletividade.
Realidade econômica-histórica	Considera a localização dos primeiros produtores que deram origem à reputação da região, em alguns casos o critério histórico permite ou justifica a inserção de um território que aparentemente não estaria sendo considerado.
Uso do nome geográfico ao longo do tempo	Conforme atendimento à alínea “a” do Art. 8 da IN INPI 25/2013.

Realidade econômica atual	Identifica e mensura a presença dos produtores, o volume e a escala de produção, a organização da cadeia produtiva, ou seja, caracteriza as atividades econômicas presentes no território atualmente, em atendimento às alíneas “b” e “c” do artigo da IN INPI 25/2013
----------------------------------	--

Fonte: adaptado pelo autor a partir da IN INPI 25/2013

Para a declaração do registro da Denominação de Origem da Região do Cerrado Mineiro pelo INPI foi necessário a comprovação da existência desses 5 fatores. Portanto, é requisito obrigatório para registro de uma D.O a comprovação dos fatores acima.

4.3.2 Objetivos e vantagens decorrentes de uma Indicação Geográfica

A Indicação Geográfica confere ao produto ou ao serviço uma identidade própria, visto que o nome geográfico utilizado estabelece uma ligação entre o produto certificado e a região. Conseqüentemente, cria um fator diferenciador entre os disponíveis no mercado, tornando-o mais atraente e confiável.

Uma vez reconhecida, a Indicação Geográfica só poderá ser utilizada pelos membros daquela localidade que produzem ou prestam serviço de maneira homogênea. Quanto ao prazo de proteção, ele é ilimitado (perdura enquanto a indicação geográfica mantiver as suas características preservadas). A concessão do registro de uma IG, por determinação legal é requerida junto ao Instituto Nacional Propriedade Intelectual (INPI). Estão legitimados a solicitar o pedido de depósito de uma IG, associações; institutos; pessoas jurídicas que representam a coletividade; e, um único produtor ou prestador de serviço.

Os objetivos que se destacam, no instituto da IG's são desde a possibilidade de ser uma ferramenta coletiva de promoção comercial de produtos; agregar valor à localidade; ser modelo de desenvolvimento e promoção regional; ferramenta de proteção da biodiversidade, do conhecimento tradicional e dos recursos naturais.

Por fim, pode ser dito que a proteção da riqueza, variedade e da imagem; proteção dos produtores e consumidores surgida entre ambos em uma relação de fidelidade; identificação visual do produto pelo consumidor; investimento por parte dos produtores na melhoria qualitativa do produto com o aumento da procura pelo produto certificado; aumento do valor agregado ao produto são vantagens decorrentes de uma IG.

4.4 Novas formas de regulação de mercados agroalimentares

Após o término da 2ª Grande Guerra Mundial, o continente europeu encontrava-se totalmente destruído. Milhões de vidas foram exterminadas, famílias arrasadas e os três setores da economia devastados. A solução encontrada pelos países europeus ocidentais, para enfrentarem a profunda crise foi a criação da União Europeia (UE). Neste mesmo período, surgia um novo gigante econômico e político militar, os Estados Unidos da América (CONTINI, 2004).

O problema de abastecimento de alimentos, sempre foi uma grande preocupação dos europeus por isso, a comunidade europeia concebeu a Política Agrícola Comum (PAC), com objetivo de aumentar a produção e reduzir a dependência de importações. Segundo Ploeg (2006), na Europa,

[...] o plano Mansholt inicial – e a Política Agrícola Comum (PAC) que dele resultou – tornou-se o principal veículo de modernização, o que, por sua vez, recebeu frequente suporte de uma intervenção estatal de longo alcance na agricultura por parte de cada Estado-membro (PLOEG, 2006, p. 17).

Para atingir os objetivos desejados, algumas medidas foram adotadas pelos membros do bloco econômico, tais como: “[...] o mecanismo de preços administrados elevados no interior da Comunidade, proteção tarifária sobre importações, preferências a produtos da comunidade e o apoio ao desenvolvimento tecnológico” (CONTINI, 2004, p.30). Os resultados obtidos com a implantação da PAC elevaram a produção e a produtividade dos principais grãos e o crescimento de uma agricultura poderosa.

Com a mudança no cenário mundial e o processo de globalização econômica acelerado e o aumento na demanda de intercâmbios e das trocas de bens e serviços em crescente expansão, o consumidor passou a exigir uma mudança de postura em relação aos países da comunidade europeia. Além disso, os países exportadores agrícolas e em desenvolvimento, como o Brasil, passam a exigir uma maior liberalização dos mercados, incluindo menos proteção a agricultura, vale ressaltar que a União Europeia, junto com os EUA e o Japão subsidiam fortemente a agricultura de seus países (CONTINI, 2004).

Diante da acirrada competitividade dos mercados globais e tendo como referência a Rodada do Uruguai de 1994 do GATT, que depois foi transformado na Organização Mundial de Comércio (OMC) o qual estabeleceu novos parâmetros de competitividade no mercado mundial, que impõem regras básicas de comercialização de produtos agrícolas e novas negociações para diminuir o protecionismo agrícola, a União Europeia rompeu o imobilismo e promoveu a reforma da PAC em 1992 e 2000 (CONTINI, 2004).

Em 2003, finalmente a UE desvinculou os subsídios do volume de produção alterando, os dispositivos que dizem respeito à proteção da produção interna. Para Contini, “[...] a desvinculação dos subsídios do volume de produção poderá diminuir a produção e os estoques e a necessidade de conceder subsídios para as exportações” (2004, p.35). Eventualmente, abrirá o mercado europeu a produtos de outros países, crescendo assim, a exportação e o acesso aos mercados.

A Rodada de Doha, das negociações da OMC, iniciada em novembro de 2001, visou diminuir as barreiras comerciais em todo o Mundo, com o foco no livre comércio para os países em desenvolvimento. Os subsídios agrícolas são o principal tema de controvérsia nas negociações. Os três pilares que se assentam a Rodada do Uruguai e o ciclo de negociações da Rodada Doha, coordenadas pela OMC são: 1) Proteção à produção interna; 2) Acesso a mercados e, 3) Subsídios as exportações.

Atualmente, nenhum dos três pilares estabelecidos nas negociações da OMC alcançaram os resultados desejados. O princípio de acesso a mercados compreende, segundo Contini, “[...] o nível e a dispersão das tarifas, existência de quotas, instrumentos para barra as exportações como, empresas estatais de comércio, monopólios locais, salvaguardas especiais, regras *antidumping* e barreiras sanitárias, fitossanitárias e técnicas” (2004, p. 38). Embora, com tantas regras estabelecidas pela OMC, as tarifas referentes a importação de produtos agrícolas permanecem altas em relação a outros setores da economia.

Já o terceiro pilar, referente aos subsídios as exportações, é um dos instrumentos mais distorcidos do comércio agrícola. A origem é decorrente de uma distorção de mercado, qual seja, a garantia de preços acima do que são praticados pelo mercado internacional. O que ocorre é que alguns países ou grupo de países tentam se livrar dos estoques crescentes de produtos agrícolas, exportando para países terceiros, o que obriga a conceder subsídios agrícolas para poder competir.

A liberalização dos mercados e a troca acelerada das mercadorias implicaram novas formas de regulação entre os diferentes países e a definição de regras ao nível internacional de natureza pública (*codex alimentarius*) e privada (*eurepGap*)

O *Codex alimentarius*, expressão latina que designa “código alimentar”, é um código de conduta, com orientações e recomendações referentes a produção de alimentos e segurança alimentar. Seu nome deriva do *Codex alimentarius Austriacus*. Os textos são elaborados pela *Codex alimentarius Comission*, comissão instituída em 1963 pela Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO), da Organização das Nações Unidas e Organização Mundial da Saúde (OMS). O *Codex Alimentarius* é reconhecido pela Organização

Mundial do Comércio (OMC) como critério referencial na solução de litígios sobre a segurança alimentar e proteção do Consumidor (PIMENTEL, 2009).

Já *EurepGap* é uma associação privada e sem fins lucrativos. Surgiu da união e organização de grandes varejistas europeus (*Euro Retailer Produce Working Group – Eurep*), preocupados em assegurar a qualidade de produtos destinados ao consumo humano. O protocolo da *EurepGap* descreve requisitos fundamentais, de acordo com as normas da BPA/GAP – Boas práticas da agricultura, padrões globais de segurança do alimento, preservação do meio ambiente e bem-estar dos trabalhadores.

Além disso, novas práticas comerciais aparecem. Como a apropriação indevida de termos ou nomes indígenas, para fins comerciais. Os nomes são utilizados pelos países estrangeiros com a finalidade de tornar seus produtos um pouco mais “exóticos”. Os exemplos mais notórios de subtração dos recursos da biodiversidade (Biopirataria) são: o caso do *Rooibos* (*Aspalathus linearis*), planta típica da África do Sul, que foi registrada como marca nos EUA, por uma empresa privada. O caso do cupuaçu (*Theobroma grandiflorum*) fruto típico da Amazônia brasileira, que foi registrado como marca por uma empresa japonesa, impedindo o uso do nome pelos produtores de origem (BRUCH, 2009).

Existem, ainda, outros países que usam o nome de uma região para se beneficiar de sua boa reputação, ou para obter preços melhores na venda de seu produto. Diversos países no mundo usam da biopirataria como uma poderosa fonte de renda para seus produtos. Exemplifica Bruch (2009, p.38):

Atualmente, 6 Milhões de libras de café “Antígua” são produzidos na região de mesmo nome, na Guatemala, entretanto, 50 milhões de libras de café são vendidos no mundo inteiro com esse nome. Do mesmo modo, 10 milhões de Kg de chá “Darjeeling” são produzidos na Índia e 30 milhões de Kg de chá são vendidos com mesmo nome no mundo.

Dessa maneira, confirma-se a necessidade de países em desenvolvimento, como o Brasil, fomentarem e implantarem sistemas de proteção do seu patrimônio imaterial e da sua biodiversidade (artigo 225, parágrafo 1º, inciso II da CRFB).

4.4.1 O Surgimento de novos nichos de mercados para produtos tradicionais e da agricultura familiar

A evolução dos sistemas agroalimentares e o surgimento de novos nichos de mercados (orgânico, comercio justo, IG) explicam o crescimento e fortalecimento das indicações

geográficas a nível internacional. No Quadro 6 são apresentados os principais mercados e estratégias de valorização dos produtos. As IG's estão inseridas nesse movimento global de segmentação dos mercados.

Quadro 6: Novos mercados para produtos tradicionais e da agricultura familiar

Mercado	Perfil	Exemplos
Especialidades	<ul style="list-style-type: none"> • O mercado das especialidades baseia-se na valorização de qualidade particular; • Associação do produto/localidade/tradição. 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicações Geográficas; • Produtos da terra (mercados da terra do movimento <i>slow food</i>); • Produto com Garantia de origem (iniciativa privada de empresa de distribuição CARREFOUR).
Orgânicos	<ul style="list-style-type: none"> • Um produto orgânico é um produto agrícola ou um alimento produzido de forma que respeita mais ao meio ambiente e a saúde. 	<ul style="list-style-type: none"> • Produto da ECOVIDA; • Produto com certificado ECOCERT, IBD.
Artesanais	<ul style="list-style-type: none"> • Produtos produzidos de forma artesanal. 	<ul style="list-style-type: none"> • Indicações Geográficas; • Produtos coloniais; • Produtos da agricultura familiar.
Solidários	<ul style="list-style-type: none"> • O movimento do comércio justo surgiu da iniciativa de organizações e consumidores do Hemisfério Norte. Visando a melhoria das condições de vida de produtores e trabalhadores em desvantagens e pouco valorizados nos países do Sul. • As redes solidárias são representadas por grupos de produtores, consumidores, entidades de assessoria, envolvidos na produção, processamento e comercialização e consumo de alimentos agroecológicos. Trata-se de uma nova forma de comercializar os produtos agrícolas e de pensar as relações entre o mundo rural e o urbano. 	<ul style="list-style-type: none"> • Max Havelaar; • Oxfam; • Redes de feiras da ECOVIDA; • Mercados da Terra do Movimento <i>Slow Food</i>.

Fonte: Gerdan (2009) adaptado de Wilkinson (2008).

A Figura 12 apresenta os diversos sinais distintivos de produtos e serviços ligados ao mundo rural. Essas marcas surgiram nos últimos 20 anos, e foram atreladas a um modelo de marketing estratégico direcionado, a sobrevivência de inúmeros produtos agroalimentares, que são inseridos, portanto, em um ambiente externo extremamente competitivo.

Figura 12: Exemplos notórios de sinais distintivos para produtos tradicionais e agricultura familiar.



Fonte: adaptado pelo autor a partir de INRA (2018)

Podem ser observados acima, os sinais distintivos públicos (AOC, *Appellation d'origine Protégée* - francesa e europeia), privados (Carrefour, Apaco) para produtos agrícolas ou para serviços de hospedagem em meio rural (*qualité tourisme*, acolhida na Colônia, *accueil Paysan*).

Constata-se, a partir dos numerosos sinais distintivos, a procura cada vez mais nítida, por parte dos consumidores urbanos, por produtos de origem controlada. Para Valente,

Nessa perspectiva, nas atividades não agrícolas e nas 'novas' atividades agropecuárias, localizadas em nichos específicos de mercado, tendo por referência a importância que as atividades preservadas pela tradição cultural vêm assumindo como atividades econômicas, é preciso que seja promovido o desvelamento de valor desses produtos: tirar o véu e dar a conhecer a história e a cultura daqueles que os produziram, em sua dimensão singular e universal (2005, p. 67).

Um das explicações, para a crescente busca dos consumidores por produtos de origem é a perda de confiança nos produtos alimentares industrializados. As crises profundas que atingiram os sistemas agroalimentares no mundo como: doença da vaca louca, sementes transgênicas, uso de hormônios provocaram mudanças ao nível de percepção dos consumidores.

Em reação ao modelo predominante, os consumidores iniciaram um movimento geral, exigindo mais garantias sobre a origem, procedência, inocuidade e modos de obtenção dos produtos. Nesse sentido, surge uma nova oportunidade de inserção dos produtos de origem familiar, em que a produção é atribuída “a um reduzido grau de mercantilização” (PLOEG, 2006, p. 22).

A escolha de comprar um produto de origem não é apenas uma prática comercial ou uma questão de gosto, é também uma reivindicação identitária.

4.5 A importância econômica das indicações geográficas ao redor do mundo

É interessante apresentar, inicialmente, o caso da França por sua importância histórica em relação às Indicações Geográficas (IG's). Dentre todos os países europeus, esse Estado se destaca por sua diversidade de selos oficiais de qualidade, a saber: *Apelação de Origem Controlada (AOC)*; o Selo vermelho ou *Label Rouge*, a *Agricultura Biológica (AB)* e a *Certificação de Conformidade de Produto (CCP)*.

Em meio à profunda crise do setor vinícola, o primeiro grande passo daquele país, dentro do mundo da Indicação Geográfica, foi adotar a rotulação de seus produtos a partir de 1905 com a Lei Sobre Fraudes e Falsificações de produtos e serviços (KAKUTA, 2006). Atualmente, a França, conta com mais de 593 IG (466 para vinhos e destilados e 127 para outros produtos), o que representa um volume de negócio de 19 bilhões de euros/ano (16 bilhões para

vinhos e destilados e 3 bilhões para outros produtos), totalizando mais de 138.000 propriedades envolvidas nessa cadeia de produção (BRUCH, 2014).

No último século, a França desenvolveu um conjunto de políticas públicas destinadas valorização e competitividade de produtos agroalimentares. No Quadro 7 destaca-se as principais iniciativas direcionadas a proteção de produtos associados a origem e a qualidade.

Quadro 7: Evolução de políticas públicas de proteção a origem e qualidade de produtos agroalimentares Franceses

Período	Justificação das políticas de proteção da origem e da qualidade
1905-1970	Regras da concorrência, um sistema de concorrência justa e leal
1970-1985	Regulação da oferta agrícola, Regulação do mercado, diversificação / segmentação dos mercados Intervenção do Estado na oferta agrícola
1985-2000	Desenvolvimento territorial, desenvolvimento rural, Política econômica local, externa, desenvolvimento agrícola/desenvolvimento rural
A partir do ano 2000	Direitos de propriedade intelectual e proteção dos saberes Patrimônio e conservação dos recursos (culturais e biológicas) Biodiversidade, proteção dos saberes locais

Fonte: SYLVANDER B. et al.; (2005)

A Itália também se destaca entre os países com maior número de IG's. São ao todo mais de 420 (300 para vinhos e destilados, e 120 para outros produtos) com volume de receita de 12 bilhões de euros/ano (5 bilhões para vinhos e destilados, e 7 bilhões para outros produtos), com mais de 300.000 pessoas empregadas nessa produção (BRUCH, 2014).

Na Espanha, “as 123 IG rendem 3,5 bilhões de euros/ano, aproximadamente (2,8 bilhões de euros para vinhos e destilados e 0,7 bilhões para outros produtos)” (BRUCH, 2014).

A Comunidade Europeia conta em torno de 5200 IG's registradas, e dessa totalidade, 4355 são para vinhos e bebidas espirituosas e 845 para outros produtos. Em julho de 1992, a Comunidade Europeia estabeleceu um sistema de proteção para nomes geográficos envolvendo duas noções: a Denominação de Origem e a Indicação Geográfica. Essa normatização foi aperfeiçoada pelo Regulamento (CE) nº 510/2006 do Conselho Europeu (KAKUTA, 2013).

Os exemplos mais notórios de Indicações Geográficas europeias são: Champagne; Vinho de Bordeaux; os queijos das regiões de Roquefort, Comté, Cantal e Camembert e o Cognac da França; o Vinho do Porto e o queijo da Serra da Estrela de Portugal; o presunto de Parma e os queijos Parmesão e Grana Padano da Itália; o presunto cru Pata Negra, torrões de Alicante, massa pão de Toledo, cítricos de Valência e o açafraão de Mancha, todos da Espanha (KAKUTA, 2013).

Figura 13: Principais Indicações Geográficas europeias



Fonte: Adaptado pelo autor a partir de SEBRAE (2018). Acesso em: 01/09/2018.

Na América do Norte, o México tem desenvolvido e utilizado a proteção de suas Indicações Geográficas (IGs), possuindo, atualmente, 11 produtos. A Tequila, com um mercado mundial de seis (6) bilhões de dólares e com 80 % da sua produção direcionada para exportação, teve um incremento de fabricação de 56%, após a instituição da IG. Na América latina são exemplos de IG's: Café da Colômbia, Pisco do Peru; Tequila e Café Vera Cruz (México), Café Blue Mountain (Jamaica), Café de Antigua (Guatemala) e os famosos charutos de Cuba.

Figura 14: Principais indicações geográficas americanas



Fonte: Adaptado a partir de SEBRAE (2018). Acesso em: 01/09/2018.

O consumo dos alimentos caracteriza-se por duas questões básicas, a segurança alimentar e a proteção do consumidor. Ao longo dos anos a relação entre o consumo e a origem geográfica do produto foi intensificada. Alguns espaços de produção têm a qualidade de seus produtos notoriamente reconhecidos e os consumidores passaram a perceber que os sabores ou qualidades peculiares de alguns produtos, somente eram encontrados em determinados locais.

Quadro 8: Diversidade das indicações geográficas brasileiras (2018)

Produtos	Pedidos brasileiros		Pedidos estrangeiros	
	Concedidos	Depositados	Concedidos	Depositados
Café	6	14	0	0
Aguardente	2	3	1	2
Vinhos	4	5	5	9
Água mineral	0	2	0	0
Rochas	4	4	0	0
Artesanatos	6	8	0	0
Frutas e derivados	8	15	0	0
Queijos	3	4	2	4
Biscoitos	1	1	0	0
Doces	1	1	0	1
Própolis	3	3	0	0
Arroz	1	1	0	0
Camarão	1	1	0	0
Carne	1	3	0	0
Presunto	0	0	1	1
Vestuário	3	3	0	0
Serviços	1	3	0	0
Outros	15	51	0	0

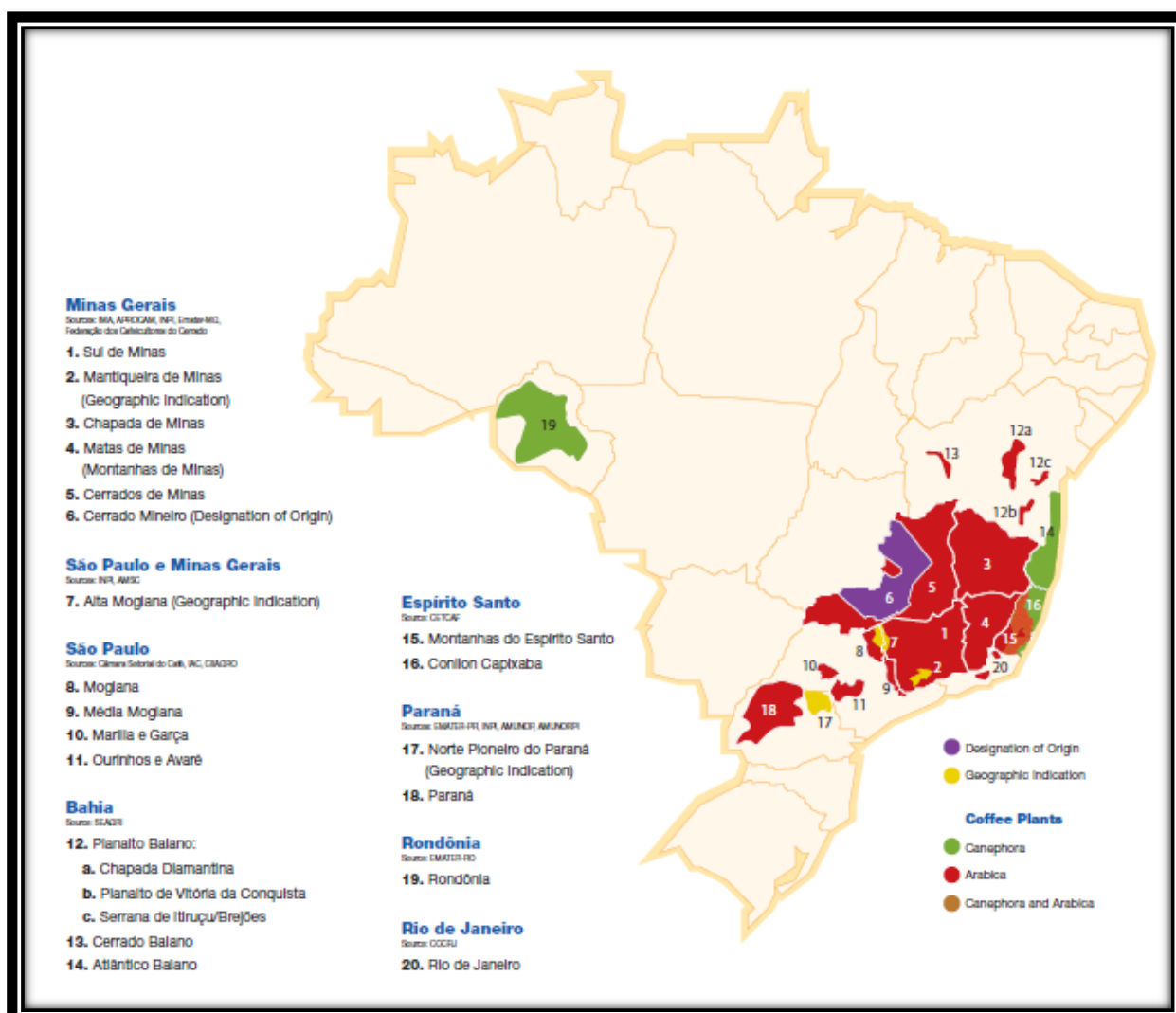
Fonte: Adaptado pelo autor a partir do banco de dados de registro de IG do INPI (2018).

Atualmente, no Brasil há registros para regiões produtoras de café (Cerrado Mineiro e Serra da Mantiqueira), frutas (Vale do Submédio São Francisco), arroz (Litoral Norte Gaúcho), couro (Vale dos Sinos/RS) e artesanato (Jalapão/TO, localidade produtora de capim dourado, e Goiabeiras, no Espírito Santo, para panelas de barro), entre outros, o que demonstra a versatilidade da proteção das Indicações Geográficas, pois ela não se limita apenas a um tipo

4.6 As Indicações Geográficas na cafeicultura brasileira

Atualmente, o Brasil detém 6 (seis) indicações geográficas para o produto café, sendo 5 (cinco) indicações de procedência e 1 (uma) denominação de origem. As IG's registradas são: IP Região do Cerrado Mineiro (MG), IP Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais (MG), IP Alta Mogiana (SP e MG), IP Norte Pioneiro do Paraná (PR), IP da Região do Pinhal e a da Região do Cerrado Mineiro (MG). A Figura 15 ilustra as principais regiões produtoras de café do Brasil e as com registro de indicação geográfica.

Figura 15: Brasil - Regiões de Indicações Geográficas de Origem do Café (2017)



Fonte: <https://pt.slideshare.net/cafeicultura/mapafinal-estande-bsca1404250141501>. Acesso em: 01/09/2018.

A Região do Cerrado Mineiro é pioneira nessa modalidade de “certificação”, tendo protocolado junto ao INPI, o primeiro pedido de registro de Denominação de Origem para o

produto café no dia 20 de maio de 1998. O INPI divulgou na Revista eletrônica de Propriedade Industrial (RPI), o indeferimento da “Denominação de Origem Cerrado” para o produto café, no dia 11 de maio de 2000 com o parecer jurídico indicando que a denominação da área geográfica “Cerrado” era genérica, sendo, portanto, aplicado as quaisquer áreas de cerrado brasileiro. O Quadro 9 destaca os primeiros pedidos de IG para o produto café depositado pela CACCER entre os anos de 1998 e 1999. Essa cooperativa foi a segunda a conquistar o registro de IG no âmbito brasileiro.

Quadro 9: Pedidos de IG protocolados pela CACCER entre os anos de 1998 e 1999

Nº de registro	IG980002	IG990001
Data de depósito	20/05/98	28/01/99
Data de registro	11/05/00 indeferida	14/04/05 concedido
Requerente	Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado	Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado
Denominação da área geográfica	Cerrado	Região do Cerrado Mineiro
Espécie	Denominação de Origem (DO)	Indicação de Procedência (IP)
Produto	Café	Café

Fonte: INPI (2018).

O lapso temporal entre o primeiro pedido protocolado pela CACCER até o deferimento da IP do Café do Cerrado Mineiro foram de 6 anos e dois protocolos de registro de depósito junto ao INPI. Esse longo período de análise, é decorrente da inexperiência da CACCER em relação ao procedimento adotado pelo INPI. Além disso, o próprio processo de registro de IG era totalmente desconhecido pela maioria dos envolvidos, pessoas físicas e jurídicas, órgão governamentais e pelas as instituições de fomento a política nacional de desenvolvimento de novas IG's.

4.6.1 Indicação de Procedência da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais

A gênese da produção cafeeira na Serra da Mantiqueira de Minas Gerais é datada entre os anos de 1848 e 1850. A expansão da cafeicultura nessa região se consolidou a partir de 1913. A Serra da Mantiqueira é constituída por uma cadeia de montanhas que percorre uma extensão territorial de 22 municípios, com 70 mil hectares de cafezais e uma produção média em torno de 1.500.000 de sacas de café de 60kg por ano.

As lavouras de cafés estão inseridas, em uma altitude que varia em torno de 1.100 a 1.500 metros de altura acima do nível do mar. Por características naturais, o processo de colheita na Serra da Mantiqueira é feito manualmente ou com auxílio de derrideadeira de café.

A produção de café na Serra da Mantiqueira gera um volume médio anual de 150 mil empregos diretos e indiretos. Atualmente, existem nessa região 9.200 mil produtores de café sendo que 89% agricultores familiares, e com uma área de produção em torno de 70 mil hectares.

A Associação dos Produtores de café da Mantiqueira (APROCAM) pleiteou, o registro de indicação procedência para café junto ao INPI no dia 03 de outubro de 2007, sob o número de pedido de depósito IG200704. Após análise de toda a documentação apresentada pelas representantes legais foi deferido o registro da IP da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais no dia 31 de maio de 2011. A Figura 16 destaca o selo de origem registrado junto INPI.

Figura 16: Selo IP da Região da Serra da Mantiqueira de Minas Gerais



Fonte: INPI (2018).

A APROCAM é constituída por três (3) cooperativas e dois (2) sindicatos dos Produtores rurais são eles: Cooperativa Regional dos Cafeicultores do Vale do Rio Verde (COCARIVE), Cooperativa Regional Agropecuária de Santa Rita do Sapucaí (COOPERRITA), Cooperativa Agropecuária do Vale do Sapucaí (COOPERVASS), Sindicato dos Produtores Rurais de Carmo de Minas e o Sindicato dos Produtores Rurais de Santa Rita do Sapucaí (APROCAM, 2018).

As principais cultivares utilizadas pelos cafeicultores da região derivam da espécie arábica, sendo as variedades mais comuns a bourbon, Acaia, Catuaí, Icatu, Mundo Novo, Catuaí.

4.6.2 Indicação de Procedência da Região da Alta Mogiana

A região da Alta Mogiana tem tradição na produção de café há mais de 100 anos. Em 1833, o Código de Postura da Câmara Municipal de Franca – SP exigia que os agricultores dessa cidade plantassem no mínimo 25 pés de café caso ocorresse, a negativa por parte dos lavradores era aplicada uma pena de multa de \$2.000. No entanto, o crescimento das lavouras de café nessa região ocorreu, a partir da inauguração da estação ferroviária de Franca em 1890.

O pedido de registro da indicação de procedência Alta Mogiana foi depositado no INPI no dia 26 de setembro de 2007 pela Associação dos Produtores de Cafés Especiais da Alta Mogiana (ASMC), sob o número de pedido IG200703.

A data de concessão do registro é do dia 17 de setembro de 2013. A delimitação da área geográfica registrada junto ao INPI englobava o total de 14 municípios do norte de São Paulo são eles: Altinópolis; Batatais; Buritizal; Cajuru; Cristais Paulista; Franca; Itirapina; Jeriquara; Nuporanga; Patrocínio Paulista; Pedregulho; Restinga; Ribeirão Corrente; Santo Antônio da Alegria e São José da Bela Vista. A Figura XXX destaca a representação gráfica mista que identifica a Indicação de Procedência da Alta Mogiana registrada no INPI no ano de 2013.

Figura 17: Selo da IP Alto Mogiana



Fonte: INPI (2018).

Atualmente, a região de abrangência da IP Alto Mogiana que antes era de 14 municípios paulista agora, correspondem, ao total de 23 com alcance interestadual. Nesse sentido, foram incluídos os seguintes municípios mineiras: Cássia, Capetinga, Claraval, Ibiraci, Itamogi, Sacramento, São Tomaz de Aquino e São Sebastião do Paraíso.

As características territoriais da região de Alta Mogiana são de planalto, com altitudes entre 900 a 1000 metros. A temperatura durante o verão tem médias mensais de 21° e no inverno 17°. A precipitação anual é de 1.623mm, e a estação chuvosa ocorre durante o período de outubro a abril.

A região da Alta Mogiana produz café arábica e de grão mais fino, as cultivares mais utilizadas pelos cafeicultores são catuaí, mundo novo, Bourbon e obatã. As características sensoriais da bebida são baseadas em “[...] um corpo cremoso e aveludado. Possui aroma marcante, frutado com suaves notas de chocolate e nozes, de acidez média e equilibrada. Trata-se de um café encorpado, talhado para o preparo de um excelente expresso”. (SEBRAE, 2004).

4.6.3 Indicação de Procedência do Norte Pioneiro do Paraná

O Paraná já foi o maior produtor de café do país até meados do ano de 1975. Nesse período, esse estado concentrava 50% de toda a produção nacional desse produto, em uma área aproximada de 40% do seu território.

Atualmente, a Região cafeeira do Norte Pioneiro do Paraná abrange 45 municípios, em uma área delimitada de 155.000ha, com 7.500 cafeicultores e uma produção em média de 2,2 milhões de sacas de 60kg de café por ano.

A iniciativa para o registro de indicação geográfica surgiu, através, da colaboração das seguintes instituições parceiras: Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR), o Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-PR), Embrapa Café e a Cooperativa de Cafés Especiais Certificados do Norte Pioneiro do Paraná (COENPP).

A COENPP, efetivamente realizou, o depósito do pedido de registro da indicação de procedência para o café produzido na Região do Norte Pioneiro do Paraná no dia 23 de março de 2009. O número do processo é IG200903.

Figura 18: Selo da IP Norte Pioneiro do Paraná



Fonte: INPI (2018).

É nesse sentido, que o café torna-se uma commodity e as localidades que o produz, inseridas nessa lógica da agricultura científica globalizada, principalmente para exportação, passam a estabelecer relações econômicas globais. A respeito disso tratar-se-á na sequência

**5 DAS REDES GEOGRÁFICAS AO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO
CAFÉ A PARTIR DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, MG**

5 DAS REDES GEOGRÁFICAS AO CIRCUITO ESPACIAL DA PRODUÇÃO DO CAFÉ A PARTIR DO MUNICÍPIO DE PATROCÍNIO, MG

Na década de 1970, por meio do Plano de Renovação e Revigoração dos Cafezais (PRRC), o governo federal incentivou a reestruturação das lavouras de cafés e a inserção da rubiácea em novas áreas com potencialidade para o desenvolvimento do grão no território brasileiro. Portanto, o início da produção de café na *Região do Cerrado Mineiro*⁷ é resultado dessa política pública governamental institucionalizada pelo IBC/GERCA.

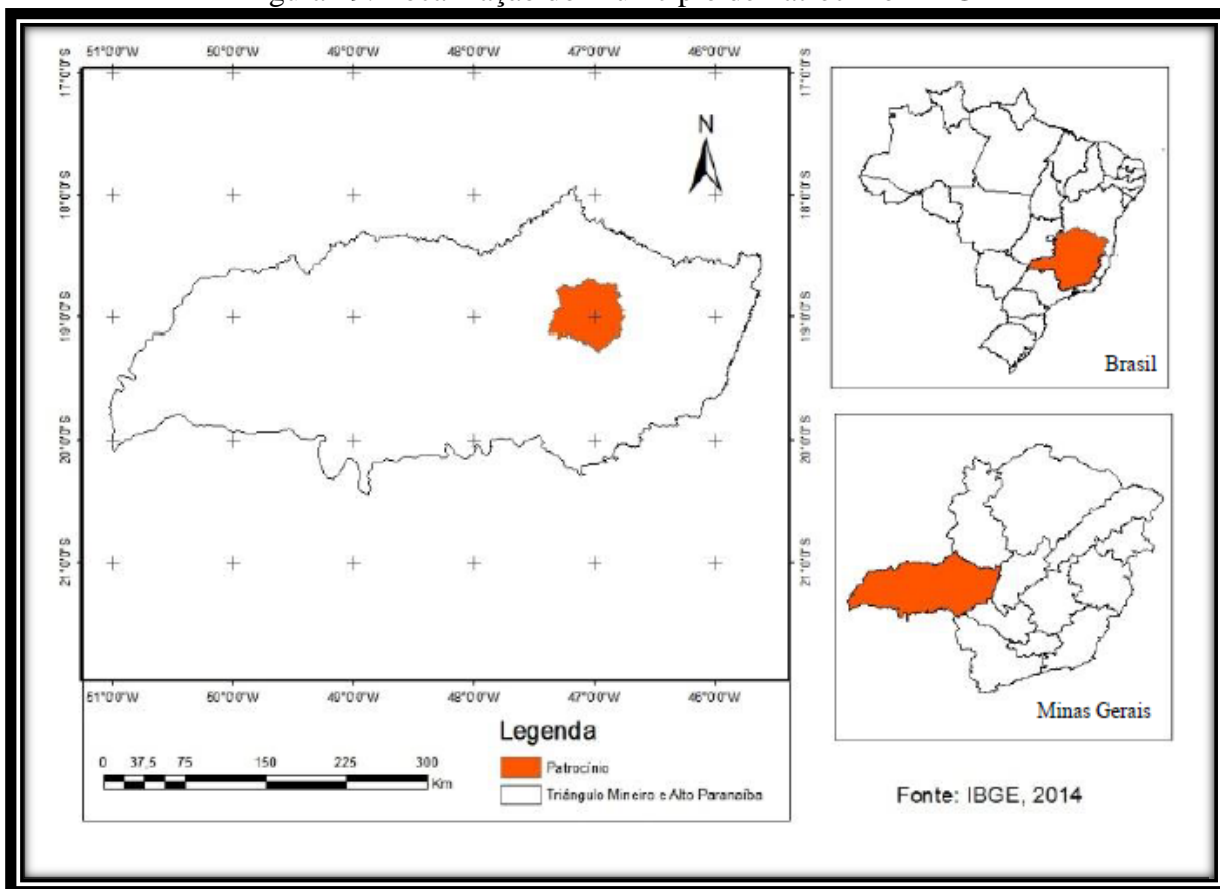
A primeira etapa de implantação do PRRC ocorreu, a partir da década 1970 por meio de uma chamada pública definida como “Nova Cafeicultura Brasileira”; a segunda etapa se dá a partir de 1973. Logo após a vigência do PRRC, o estado de Minas Gerais consolidou-se como o principal beneficiário dessa política agrícola que visava atrair produtores de café de outros estados do país. Além disso, buscou-se fomentar o uso de novas tecnologias agrícolas priorizando a ocupação de áreas com forte potencialidade para o desenvolvimento da cafeicultura e com pouca incidência de geadas. No final da década de 1970, Minas Gerais tornou-se o principal produtor de café do país superando a produção do Paraná (LINHART, 2002).

A partir de 1973 ocorre o marco inicial da expansão da agricultura capitalista no Cerrado. Nesse mesmo ano foi idealizado PADAP (Plano de Assentamento Dirigido do Alto do Paranaíba) que em seguida, foi substituído por outros programas estaduais como: Plano Noroeste, PCI (Programa de Crédito Integrado) e os federais POLOCENTRO (Programa de Desenvolvimento dos Cerrados) e PRODECER (Programa de Cooperação Nipo-brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados) (LINHART, 2002).

Nas últimas décadas, a Região do Cerrado Mineiro passou a ser referência na produção agrícola de grãos (soja, café) possuindo em toda a sua delimitação geográfica várias instalações com complexos empresárias da agroindústria de médio ou grande porte. As condições ambientais e climáticas favoreceram, também, no processo de migração territorial, pois, possibilitou a atração de produtores agrícolas de outras regiões do país que trouxeram as suas *expertises*, no trato com cafeicultura, favorecendo, assim, o surgimento de nova fronteira da cafeicultura moderna e altamente mecanizada.

⁷ Trata-se de uma Marca Coletiva, ou seja, uma espécie de Direito da Propriedade Industrial. Essa Região compreende, portanto, as mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (composta pelas microrregiões de Patrocínio, Uberlândia, Ituiutaba, Pato de Minas, Frutal, Uberaba e Araxá) e do Noroeste de Minas (formada pelas microrregiões de Paracatu e Unaí).

Figura 19: Localização do Município de Patrocínio - MG



Org.: Pereira, L.A. (2014).

Deste modo, foi a partir da década de 1970, que a Região do Cerrado Mineiro passou a receber financiamentos por meio de políticas agrícolas incentivadas pelo Governo Federal e Estadual. A mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba (TMAP) foi, portanto, a pioneira em receber recursos públicos destinados ao desenvolvimento agrícola em áreas de cerrado.

O Governo do estado de Minas Gerais, no início da década de 1970 criou o PADAP, que objetivou disponibilizar crédito rural para financiar a compra de terras. Esses recursos públicos foram destinados, exclusivamente, para novos produtores de café oriundos da região sul do Brasil (ORTEGA; JESUS, 2012).

O PADAP foi efetivamente implementado na Região do Cerrado Mineiro, a partir de 1972 e os principais argumentos utilizados pelo governo estadual para atrair novos produtores de café oriundos dos estados do Paraná e de São Paulo foram: a) falta de experiência dos produtores locais em captar recursos financeiros; b) precária formação técnica dos agricultores da região; c) falta de mão de obra especializada, e por fim, d) muita resistência dos agricultores locais em aderir as novas tecnologias, estratégias de gestão e criação de associações e cooperativas.

Além do PADAP, outros programas foram implementados na região do TMAP a partir da década de 1970, o POLOCENTRO e em 1980, o PRODECER, políticas públicas estatais que foram fundamentais para ampliação e consolidação do modelo tecnológico agrícola difundido pela Revolução Verde em toda a Região do Cerrado Mineiro.

Nem todos os agricultores TMAP foram beneficiados com os programas de incentivo à produção agrícola implementados durante as décadas de 1970 e 1980. O modelo de desenvolvimento agrícola que foi adotado nessa região é totalmente excludente, principalmente por inviabilizar a inclusão de pequenos lavradores ao acesso ao crédito rural, extensão técnica e áreas agricultáveis, planas e suscetíveis de mecanização. Ao contrário, o resultado observado após o surgimento desses programas de origem tanto estadual ou federal foi aprofundamento no processo de segregação regional, onde o agricultor nativo se viu obrigado a vender a sua terra para colonos de outras regiões do país.

5.1 A expansão e situação recente da produção cafeeira no Cerrado Mineiro e em Patrocínio

O município de Patrocínio localiza-se no estado de Minas Gerais (MG), Brasil. Atualmente, essa cidade possui uma população estimada de 90.041 mil habitantes (IBGE, 2018), e é atualmente, o maior produtor de café do país, com um volume de Produção em torno de 56.607,000 toneladas de sacas de café de 60kg (IBGE, 2017).

Gráfico 2: Maiores municípios produtores de café do Brasil



Fonte: IBGE (2017).

O município de Patrocínio despontou como pioneiro na produção de café após um longo período que teve seu início na década de 1970, quando os primeiros produtores oriundos

do Paraná e de São Paulo adquiriram terras baratas na região do TMAP, e começaram o cultivo do café para fins de comercialização na região. Os recursos para aquisições de terras nessas mesorregiões foram provenientes do PADAP.

Em 1975, a Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG) deu início as primeiras pesquisas sobre as melhores cultivares de cafés adaptados para região do TMAP. Os primeiros experimentos foram realizados, inicialmente, nas propriedades privadas, e após alguns anos de testes, a EPAMIG, decidiu instalar na cidade de Patrocínio, uma unidade experimental para atender a necessidades dos produtores locais (ORTEGA; JESUS, 2014).

A partir de 1980, visando aumentar a competitividade do produto, os produtores da região do Cerrado Mineiro começaram a fomentar a criação de associações e cooperativas de cafeicultores. Em 1985 foi criada no município de Araguari, a primeira associação de cafeicultores da mesorregião TMAP, a Associação dos Cafeicultores de Araguari (ACA). Além dessas, outras 7 foram constituídas⁸, que deram origem em 1992 ao Conselho das Associações dos Cafeicultores do Cerrado (CACCCER) formado, inicialmente, por estas 8 associações, cuja sede está estabelecida em Patrocínio (MG).

O CACCCER tem a finalidade de fortalecer a cafeicultura desta região e promover a internacionalização do produto “café do cerrado”, cujas ações foram direcionadas visando agregar valor ao produto como: aumento do controle e rastreabilidade do processo produtivo, criação do conceito de marca coletiva, o uso constante de estratégias de *marketing*, aumento da participação dos cafeicultores em feiras e eventos nacionais e internacionais e, por fim, a mobilização para conquista de certificações e prêmios de qualidade e produtividade (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

O CACCCER, buscando a consolidação do produto, elaborou um plano estratégico destinado, ao reconhecimento do café produzido na região do Cerrado Mineiro como indicação geográfica junto aos órgãos nacionais e organismos internacionais como: Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA), Organização Mundial do Comércio (OMC), Organização Mundial da Propriedade Intelectual e Comissão Europeia (OLIVEIRA; SANTOS, 2015).

Somente no ano de 1995, o CACCCER deu início ao processo de construção social do registro de indicação geográfica para o produto café. Entretanto, o registro somente foi

⁸ As principais associações que foram constituídas na região do Cerrado são: ACARPA, em Patrocínio (1990), ASSOCAFÉ, em Carmo do Paranaíba (1991), AMOCA, em Monte Carmelo (1991), ASSOCORÓ, em Coromandel (1991), ACCAR, em Campos Altos e região (1993); ACANOR, no Noroeste de Minas (1997) e a ACASA, em Sacramento (1998) (ORTEGA; JESUS, 2012).

concedido em 2005 (Figura 20), tornando, assim, a Região do Cerrado Mineiro, a primeira no país, com área de produção registrada e certificada como indicação de procedência para o produto café junto aos órgãos federais e internacionais (OLIVEIRA, SANTOS; 2015).

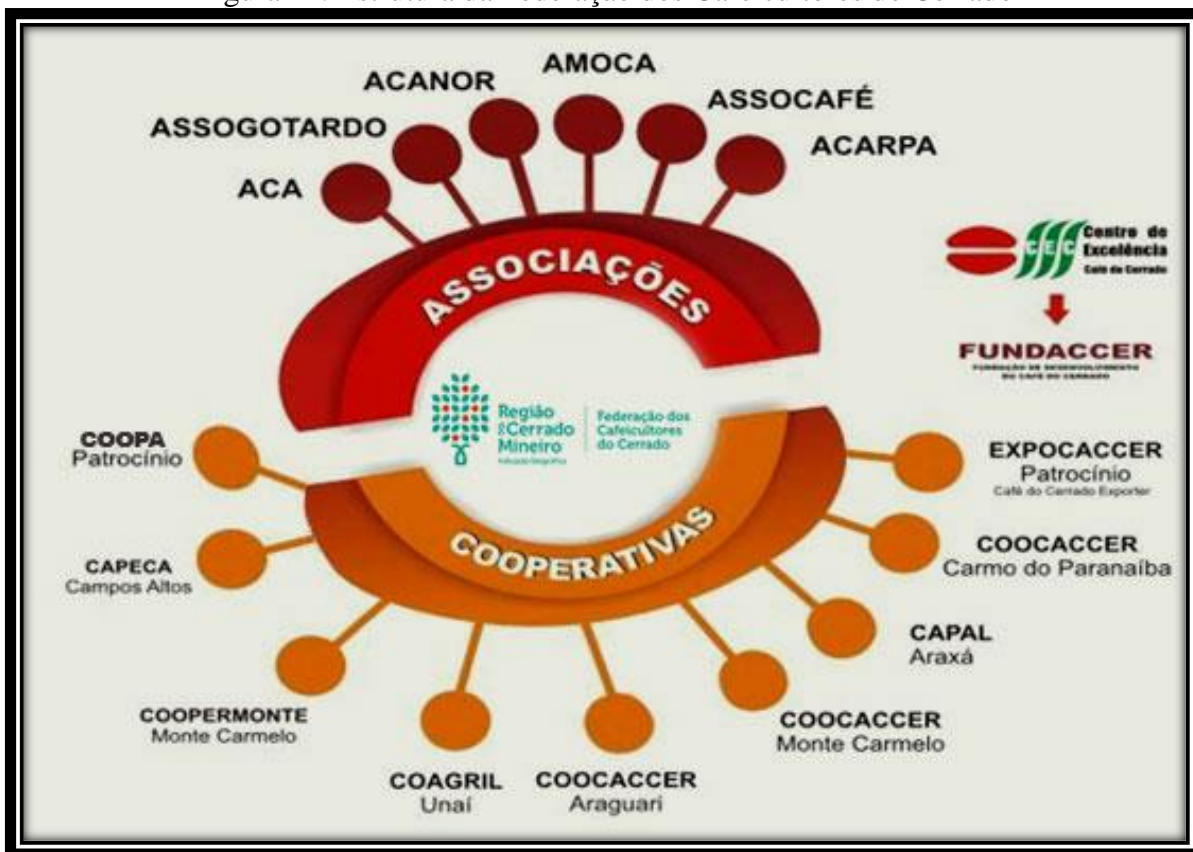
Figura 20: Registro de Indicação Geográfica nº 990001



Fonte: Federação dos Cafeicultores do Cerrado (2018).

Em 2009, a CACCER altera a razão social para Federação dos Cafeicultores do Cerrado. A Federação (Figura 21) é uma instituição sem fins lucrativos que representa, atualmente, cerca de 4.500 mil cafeicultores, reunidos em 6 (seis) associações, 9 (nove) cooperativas e 1 (uma) fundação (FUNDACCER, 2016).

Figura 21: Estrutura da Federação dos Cafeicultores do Cerrado



Fonte: FUNDACER (2018).

Em torno da produção do café, uma série de ações por parte dos cafeicultores e respectivas associações foram criadas, almejando a inserção no mercado internacional do café, dentre elas tem-se em 1995, também em Patrocínio a criação da Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado (EXPOCACER) que é a principal unidade armazenadora de cafés da região do Cerrado Mineiro, sendo responsável por comercializar a produção regional de café nos mercados internacionais.

Desse modo, a partir de 1990, Patrocínio afirma-se como principal centro articulador de estratégias de produção e desenvolvimento do café do Cerrado Mineiro, tornando-se a região especializada na produção de cafés finos (PEREIRA, 2014). O Quadro 10 sintetiza as medidas adotadas pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado visando a expansão e a consolidação da marca “Região do Cerrado Mineiro”.

Quadro 10: Estratégias implementadas pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado (1995-2005)

Inovação nas biotecnologias	<ul style="list-style-type: none"> - Novas variedades de arábica: Mundo Novo é substituído em parte por Icatú e Catuaí; - Práticas culturais adaptadas à qualidade dos solos (acidez) e à qualidade do café: uso intensivo de insumos, irrigação, colheita mecanizada
Certificação da produção	<ul style="list-style-type: none"> - Marca coletiva: Café do Cerrado - Programa de certificação: Certicafé - Indicação de procedência: Região do Cerrado Mineiro (embora não seja uma forma de certificação)
Estratégia de marketing	<ul style="list-style-type: none"> - Certificação da produção; - Central de negócios, criação de canal único para venda de café compra de insumos, industrialização e cafeterias; - Participação em feiras internacionais; - Participação em concursos de qualidade;
Construção de uma nova governabilidade da cadeia produtiva	<ul style="list-style-type: none"> - Coordenação da cadeia: gestão de estratégia unificada

Fonte: Adaptado pelo autor a partir de Broggio e Droulers (2007).

Em 1995, o Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) delimitou quatro regiões produtoras de café no estado Minas Gerais: a) Região Sul de Minas; b) Região dos Cerrados de Minas; c) Região das Montanhas de Minas e, d) Região do Jequitinhonha de Minas (ver Quadro 11).

O Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA) constitui essas quatro (4) mesorregiões produtores de café em Minas Gerais baseado nos seguintes critérios:

- a) a importância socioeconômica da cultura e do mercado cafeeiro para o estado de Minas Gerais;
- b) diferenciação das principais regiões produtoras do grão;
- c) aumento das exportações do café produzido em Minas Gerais, e a necessidade de identificação da origem do produto direcionado ao mercado externo;
- d) aptidão climática;
- e) mapeamento das quatro (4) mesorregiões produtoras baseados em duas (2) pesquisas executadas pela EPAMIG são elas: 1) Qualidade do Café nas diferentes regiões do Estado e 2) Zoneamento Agroclimático para cultura do café.

A EXPOCACCCER é credenciada na Bolsa de Mercadorias & Futuros e certificada por instituições internacionais especializadas no mercado financeiro (PEREIRA, 2014). Em 2013, essa associação exportou mais de 500 mil sacas de cafés para os Estados Unidos, Japão, Bélgica, Alemanha, Canadá e o Reino Unido (EXPOCACCCER, 2014).

Paralela às ações da EXPOCACCCER, em 31 de dezembro de 2013, o INPI concedeu o reconhecimento da titularidade exclusiva para Federação dos Cafeicultores do Cerrado da Denominação de Origem “Região do Cerrado Mineiro” para a produção de café verde em grão e café industrializado torrado em grão ou moído. Atualmente, a federação é responsável pela emissão e fiscalização do registro de indicação geográfica para os cafeicultores associados.

A área geográfica delimitada, que foi registrada junto ao INPI como DO foi definida inicialmente pela Portaria 165, de 27 de abril de 1995 do Instituto Mineiro de Agropecuária (IMA). Segundo o IMA (Quadro 11), a área geográfica delimitada compreende os paralelos 16°37’ a 20°13’ de latitude e 45°20’ a 48°48’ de longitude abrangendo as mesorregiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, e parte do Alto São Francisco e do Noroeste de Minas.

No que se refere à área de atuação do CACCER, hoje Federação dos Cafeicultores do Cerrado, que possui a sede administrativa na mesorregião denominada como “Região do Cerrado Mineiro”, essa terminologia foi instituída através da Portaria nº561 de 17/12/2002 do IMA⁹, que revogou o nome geográfico “Região dos Cerrados de Minas” instituída, anteriormente, pela Portaria nº165/95.

Quadro 11: Áreas de produção cafeeira demarcadas pelo IMA em Minas Gerais

Região Demarcada	Características
Região Sul de Minas	Compreende as áreas geográficas delimitadas pelos paralelos 21°13’ a 22°10’ de latitude e 44°20’ a 47°20’ de longitude, abrangendo a Região do Sul de Minas, parte das Regiões do Alto São Francisco, Metalúrgica e Campo das Vertentes. Caracteriza-se por áreas elevadas, altitude de 700 a 1.080m, com temperaturas amenas, sujeitas a geadas, com moderada deficiência hídrica e possibilidade de produção de bebida fina, sendo que, quando próximas de represas, apresenta elevada umidade relativa, com produção de café de bebida dura a rio.
Região dos Cerrados de Minas	Compreende as áreas geográficas delimitadas pelos paralelos 16°37’ a 20°13’ de latitude e 45°20’ a 49°48’ de longitude, abrangendo as Regiões do Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba e parte do Alto São Francisco e do Noroeste. Caracteriza-se por áreas de altiplano, altitude de 820 a 1.100m, com clima ameno, sujeito a geadas de baixa intensidade e com possibilidade de produção de bebida fina, de corpo mais acentuado.

⁹ O IMA é um órgão da administração pública indireta vinculado a Secretária de Agricultura de Minas Gerais (IMA, 2018).

Região das Montanhas de Minas	Compreende as áreas geográficas delimitadas pelos paralelos 40°50' a 43°36' de latitude e 18°35' a 21°26' de longitude, abrangendo as regiões da Zona da Mata, Rio Doce e parte das regiões Metalúrgicas, Campos das Vertentes e Jequitinhonha. Caracteriza-se por áreas montanhosas, altitude de 400 a 700m, úmidas, sujeitas a neblina e possibilidade de produção de café de bebida dura a rio.
Região do Jequitinhonha de Minas	Compreende as áreas geográficas delimitadas pelos paralelos 17°05' a 18°09' de latitude e 40°50' a 42°40' de longitude, abrangendo parte das regiões do Jequitinhonha e Rio Doce. Caracteriza-se por áreas de espigão elevado, altitude de 1.099m, isenta de geada, com reduzido índice de insolação, alta umidade e possibilidade de produção de café de bebida dura a rio.

Fonte: adaptado pelo autor a partir da Portaria nº165/1995. <http://ima.mg.gov.br> – Acesso realizado em 07/09/2018.

Em 18 de maio de 1998, o IMA certificou o CACCER como a primeira certificadora de café de origem e qualidade do país. O número de registro junto ao IMA e a Secretaria de Estado da Agricultura e Pecuária é “Registro nº 481.05.478”, conforme a Figura 22 a seguir:

Figura 22: Registro do CACCER como órgão certificador



Fonte: Federação dos Cafeicultores do Cerrado (2018).

Na Região do Cerrado Mineiro (Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba e Noroeste) a área estimada de produção de café para o ano de 2018 é de 183.502,0 ha, e a produtividade média ficará em torno de 35,8sc/ha (ver Tabela 4). Esses dados sinalizam que a região do Cerrado Mineiro é referência em produtividade de café superando, inclusive, a média do estado de Minas Gerais que ficará em torno de 30,3sc/ha. Já em relação às demais regiões produtoras de café em MG, a estimativa média é de 30,9sc/ha para a região Sul e Centro-Oeste, 26,3sc/ha em relação

a mesorregião da Zona da Mata, Rio Doce e Central e por volta de, 25,0sc/ha para regiões produtoras do Norte, Vale do Jequitinhonha e Mucuri (CONAB, 2018).

O município de Patrocínio possui, portanto, a maior produção agrícola de café em grão, na espécie arábica do País. Em 2016, a safra de café foi de 91,673 mil toneladas, segundo dados divulgados pela Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) do IBGE (IBGE, 2016). O lucro financeiro gerado no setor cafeeiro patrocínense em 2016 foi de R\$ 687,5 milhões, esse valor correspondeu a 3,0% da produção nacional (CONAB, 2018).

Tabela 4: Produção de Café nos Principais Estados (Arábica + Robusta) – Áreas de produção e produtividade, 2017-2018

REGIÃO/UF	Área em produção (ha)			Produtividade (sc/ha)			Produção (mil sacas beneficiadas)		
	2017	2018	Var. %	2017	2018	Var. %	2017	2018	Var. %
RO	74.255,0	71.605,0	(3,6)	26,1	30,5	17,0	1.938,2	2.186,8	12,8
AM	503,8	503,8	-	14,9	13,9	(6,7)	7,5	7,0	(6,7)
PA	460,0	471,0	2,4	13,9	14,2	2,2	6,4	6,7	4,7
BA	141.641,0	130.424,0	(7,9)	23,7	34,6	45,8	3.358,0	4.509,0	34,3
- Cerrado	9.670,0	11.306,0	16,9	29,8	44,4	49,1	288,0	502,0	74,3
- Planalto	85.201,0	71.918,0	(15,6)	8,1	17,9	121,0	690,0	1.287,0	86,5
- Atlântico	46.770,0	47.200,0	0,9	50,9	57,6	13,2	2.380,0	2.720,0	14,3
MT	9.563,0	9.965,0	4,2	9,6	10,7	11,8	91,5	106,6	16,5
GO	5.516,0	6.575,0	19,2	34,5	23,0	(33,4)	190,2	150,9	(20,7)
MG	980.762,0	1.011.949,0	3,2	24,9	30,3	21,7	24.445,3	30.691,4	25,6
- Sul e Centro-Oeste	496.493,0	519.898,0	4,7	27,6	30,9	12,0	13.684,2	16.044,3	17,2
- Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	169.867,0	183.502,0	8,0	21,5	35,8	66,2	3.658,3	6.566,5	79,5
- Zona da Mata, Rio Doce e Central	281.905,0	278.831,0	(1,1)	23,0	26,3	14,4	6.481,1	7.336,6	13,2
- Norte, Jequitinhonha e Mucuri	32.497,0	29.718,0	(8,6)	19,1	25,0	30,9	621,7	744,0	19,7
ES	385.538,0	387.926,0	0,6	23,0	33,0	43,7	8.865,0	12.814,0	44,5
RJ	13.053,0	13.368,0	2,4	26,7	25,9	(3,2)	349,0	346,0	(0,9)
SP	200.629,0	203.444,0	1,4	22,0	29,9	35,8	4.411,8	6.074,8	37,7
PR	43.260,0	37.400,0	(13,5)	28,0	28,1	0,4	1.210,0	1.050,0	(13,2)
Demais	7.945,0	7.301,0	(8,1)	12,2	13,8	12,5	97,1	100,4	3,4
TOTAL	1.863.125,8	1.880.931,8	1,0	24,1	30,9	27,8	44.970,0	58.043,6	29,1

Fonte: CONAB (www.conab.gov.br). 2º Levantamento de Safras, maio/2018.

O número de propriedades rurais produtoras de café na Região do Cerrado Mineiro corresponde a 4.500 (FEDERAÇÃO DOS CAFEICULTORES DO CERRADO, 2018), somente no município de Patrocínio que é o principal município produtor de café do Cerrado Mineiro, possuindo 943 estabelecimentos (Tabela 5).

Tabela 5: Estabelecimentos produtores de café em Patrocínio/MG - Brasil (2018)

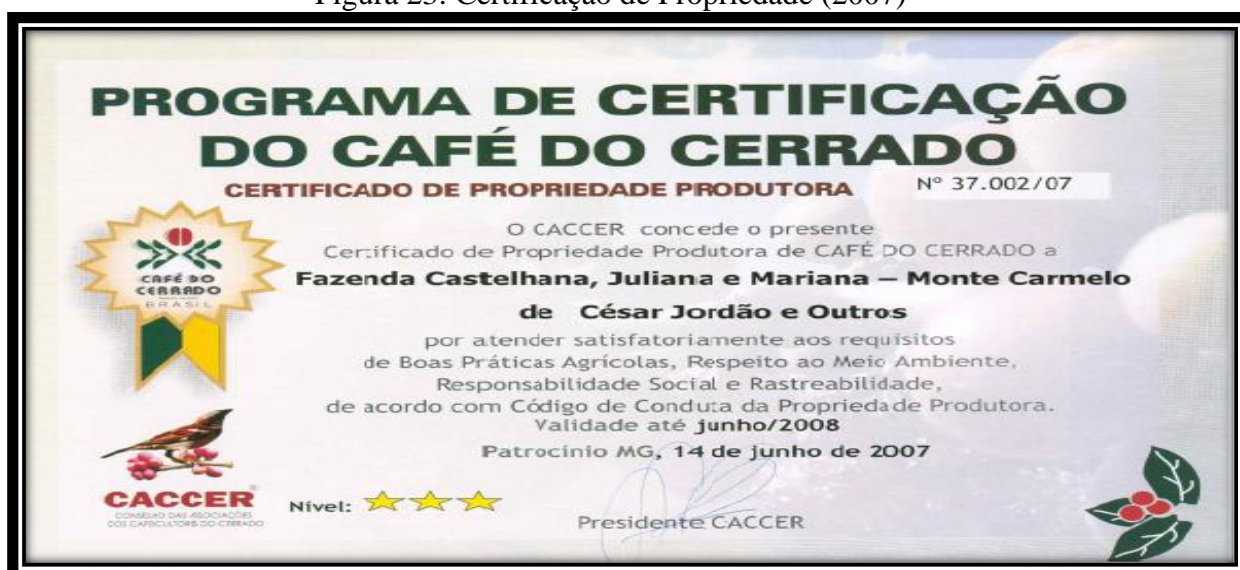
Área do Estabelecimento	Número de Estabelecimentos	%
Menos de 10 ha	475	50,37
De 10 a menos de 50 ha	233	24,70
De 50 a menos de 100 ha	49	5,19
De 100 a menos de 200 ha	40	4,24
De 200 a menos de 500 ha	20	2,12
De 500 ha e mais	1	0,13
Sem declaração	125	13,25
Total	943	100

Fonte: IBGE (2012)

Org. OLIVEIRA, R. de S. (2018).

A Certificação de Propriedade é uma ferramenta importantíssima de controle de qualidade do produto, baseado no Código de Conduta elaborado pelos próprios produtores com assistência técnica de especialistas. As normas são baseadas tendo por base as boas práticas agrícolas, respeito ao meio ambiente, responsabilidade social, adequação as normas trabalhistas e sanitárias vigentes. Esse modelo de certificação interna foi implantando pela CACCER atual Federação dos cafeicultores do Cerrado.




Figura 23: Certificação de Propriedade (2007)



Fonte: Federação dos Cafeicultores do Cerrado (2018).

A Certificação do Produto (Figura 24) foi criada pela CAC CER, e hoje é administrada pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado. A finalidade inicial é assegurar aos consumidores tanto pessoas físicas como jurídicas, que a determinada carga com as sacas de café é da Região do Cerrado Mineiro. Esse processo é complementar ao da Certificação de Propriedade e constitui-se em uma ferramenta de gestão e rastreabilidade de toda a cadeia produtiva do café. Atualmente (2018), essa certificação é utilizada pelos mais de 4.500 mil cafeicultores inseridos no circuito espacial de produção do café.

Figura 24: Modelo de Certificação de Produto adotado a partir de 2008

CERTIFICADO DE QUALIDADE E ORIGEM	
	
原産地と品質保証書 <small>下記コーヒー豆が純セラードコーヒーであることを証明いたします。セラードコーヒー生産者協議会</small> O CAC CER garante a Qualidade e a Origem deste genuíno Café do Cerrado produzido segundo as características abaixo:	
保証書番号: C-051/08	
生産者 NAME: José Maria Domingos da Silva	
農場名 FARM: Fazenda Guarda (19° 41' 45" Lat, 46° 10' 30" W Lon)	
市 MUNICÍPIO: Campos Altos	標高 ALTITUDE: 994 mts
数量 QUANTIDADE: 30 X 60 KG	収獲年度 HARVEST YEAR: 2007/2008
品種 VARIETAL: Bourbon	精選 PROCESS: Natural
タイプ及びスクリーン TYPE & SCREENS: 2/3 16/18	カッピング METHOD: SCAA-Grading
発送先 DESTINATION: Yokohama - Japan	電話番号 PHONE: 002/124-7/0067
注 REMARKS: BOURBON	
March 13, 2008  José Augusto Rizenal Superintendente CAC CER	Região do Cerrado Mineiro - Indicação de Procedência  7898328782710300548
CAC CER <small>CONSELHO DAS ASSOCIAÇÕES DOS CAFEICULTORES DO CERRADO セラードコーヒー生産者協議会</small> www.cafedocerrado.org	

Fonte: Federação dos Cafeicultores do Cerrado (2018).

As normas do Código de Conduta são registradas junto ao INPI, como regulamento da Região do Cerrado Mineiro. Os fundamentos dessa certificação baseiam-se no conceito de *apellation* (CACCER, 2011), tais como:

- a) Demarcação oficial da região produtora,
- b) perfeita caracterização e identificação sensorial da bebida,
- c) normas e condições de produção padronizadas, homogêneas e codificadas, denominadas *terroir*.
- d) rastreabilidade (Figura 25).

Figura 25: Garantia do produto (rastreabilidade)



Fonte: www.cafedocerrado.org

Para a certificação do produto como Café do Cerrado, de acordo com a legislação, deverão ser observados os seguintes requisitos:

- a) O lote de Café a ser certificado, terá que ser produzido na região do Cerrado Mineiro e por uma fazenda certificada pela Federação dos Cafeicultores do Cerrado.
- b) Os cafés com a denominação Região do Cerrado Mineiro são pontuados acima de 75 pontos pela metodologia da SCAA.
- c) O Lote certificado tem que ser armazenado em locais credenciados e reconhecidos pela Federação.

Os benefícios decorrentes da Certificação do Produto são:

- a) agregação de valor ao produto;
- b) é uma ferramenta coletiva de valorização do patrimônio coletivo de um povo;
- c) respeito ao consumidor,

As fazendas mantêm mais de 20% em média de sua área total como área de reserva permanente, preservando a rica flora natural do Cerrado. Também as lavouras irrigadas de café possuem o registro de uso de água, e, em sua grande maioria, já empregam o reaproveitamento em alto nível de águas tratadas.

De acordo com entidades do Café do Cerrado a denominada sustentabilidade financeira se resume nos seguintes pontos: capacitação técnica e administrativa dos produtores, padronização de produtos pela alta qualidade e comercialização com total transparência.

Destes três itens descritos, o que concerne à comercialização e a exportação de café se reserva a EXPOCCACER, entidade que mantém total transparência de todas as operações, inclusive com o acompanhamento em tempo real das cotações do café da Região do Cerrado Mineiro nas principais bolsas de valores, como a de New York e a de São Paulo. Desta forma, o cafeicultor do Cerrado tem recebido pelo seu café, um preço justo e que atende às suas expectativas, tornando, a sua atividade econômica permanentemente rentável e com condições sólidas de sustentação.

5.2 As Redes Geográficas e a cafeicultura moderna no município de Patrocínio/MG

A cafeicultura moderna praticada na mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba consolidou-se a partir da década de 1970. A criação do Conselho das Associações de cafeicultores do Cerrado (CACER) ocorreu no ano de 1992, e após dezessete 17 (anos), a CACER passou a se denominar Federação dos Cafeicultores do Cerrado (FUNDACER). Além disso, existe outro ator social importante nesse processo de construção social de uma marca coletiva denominada “Região do Cerrado Mineiro” trata-se da Central de Cooperativas dos Cafeicultores do Cerrado (EXPOCACER) que foi fundada em 1995, e tem a missão de gerenciar todas exportações de café dessa região geográfica.

Tal condição permite assim dizer que, a cafeicultura praticada no Cerrado Mineiro insere-se nos moldes da agricultura científica globalizada, conforme aponta Santos (2003, p. 88-89, grifos do autor):

[...] podemos agora falar de uma agricultura científica globalizada. Quando a produção agrícola tem uma referência planetária, ela recebe influência daquelas mesmas leis que regem os outros aspectos da produção econômica. Assim, a competitividade, característica das atividades de caráter planetário, leva um aprofundamento da tendência à instalação de uma agricultura científica. Esta, [...] é exigente de ciência, técnica e informação, levando ao aumento exponencial das quantidades produzidas em relação às superfícies plantadas. Por sua natureza global, conduz a uma demanda extrema de comércio. O dinheiro passa a ser uma "informação" indispensável.

Portanto, essa agricultura científica globalizada é marcada pelos avanços tecnológicos e o uso da mecanização no processo de produção do café. Isso possibilitou a inserção do município de Patrocínio no chamado “Brasil agrícola moderno” (ELIAS, 2003, p. 53).

No entendimento de Elias (2003, p. 54), a introdução da “[...] ciência, tecnologia e informação na agropecuária, processou-se uma contínua renovação das suas forças produtivas, que passaram a responder com velocidade às necessidades colocadas pelos agentes econômicos hegemônicos do setor”. O principal resultado desse processo de renovação foi o aumento constante da produção e da produtividade, e a construção de um novo mecanismo que possibilitou as inter-relações entre os demais setores da economia (ELIAS, 2003).

O marco inicial da “revolução científico-técnica” (ELIAS, 2003, p. 43) ocorrerá, somente, após o fim da Segunda Guerra Mundial. Nesse mesmo período, o Brasil passará pelo processo globalização da economia e aumento do consumo de bens e serviços. Já a urbanização brasileira consolida-se a partir de uma nova configuração do espaço geográfico que decorre de um processo conjunto de organização e paisagem, que segundo Elias (2003, p. 43) “[...] contrastam com as existentes antes do Período Técnico-Científico-Informacional, quando o país ainda apresentava uma economia essencialmente agrária e um meio essencialmente natural e técnico”.

A consolidação de um sistema de engenharia de transporte e de comunicação, permitiram o desenvolvimento da modernização agrícola e industrial em todo território brasileiro. O aumento das trocas e fluxos comerciais favoreceu a conexão e a interligação territorial beneficiando, assim, o acesso aos lugares e áreas com pouco ou quase nenhuma relação entre si. O principal resultado, segundo Elias (2003, p. 44) foi “[...] uma dispersão espacial da produção e do consumo, com conseqüente processo de especialização da produção, estreitando as relações entre as diferentes regiões do país, multiplicando a quantidade de fixos e fluxos, de matéria e de informação, por todo o território nacional”.

O uso de bens de capital (produção de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas) no circuito produtivo do café, é dominado por grandes empresas nacionais e

internacionais, geralmente, oligopolistas. Esses produtos, com alto valor agregado, permitem uma maior precisão técnica, agilidade na colheita e beneficiamento do grão. O uso constante de tratores, colhedoras, pulverizadores, abanadeira, arados, grades, subsoladores e pulverizadores auxiliam os cafeicultores da microrregião de Patrocínio no processo produtivo de toda a cadeia agroindustrial do café e facilita a padronização da *commodity* (ORTEGA; JESUS, 2012). Existem, nesse município o total de 10 empresas especializadas no ramo de máquinas, implementos e equipamentos agrícolas (Quadro 12):

Quadro 12: Empresas do segmento de bens de capital localizadas em Patrocínio, MG

Segmento de Atuação	Empresas
Bens de Capital (Máquinas, implementos e equipamentos agrícolas)	Comercial de Peças e Serviços Agrícolas Rodrigues Reis; Agrocerrado Produtos Agrícolas e Assistência Técnica Ltda; Park Máquinas Agrícolas e Peças; Prensar Peças e Máquinas Agrícolas; Terra Máquinas Agrícolas; Tracan Máquinas e Sistemas para Agricultura; Mercantil JP de Tratores Ltda; Parceira Agronegócios; Força Agrícola; Agrícola Aliança Ltda.

Fonte: www.patrociniofacil.com.br, www.guiamais.com.br

No mercado financeiro, em especial nas operações de Mercado de Futuro, o café é uma *commodity* que ocupa a segunda posição, entre as mercadorias com maior valor de mercado, perdendo, somente, em ganhos de valor para a tradicional e mais negociada *commodity*, o Petróleo (TALBOT, 2004).

Em relação ao uso de insumos agrícolas (agrotóxicos, fertilizantes, calcários, combustíveis e lubrificantes, etc.), também persiste o domínio exclusivo de grandes empresas oligopolistas de capital nacional ou internacional. Em geral, a comercialização de insumos é realizada por empresários locais e cooperativas cuja localização, se dá entorno das áreas produtivas. Um elemento indispensável para a compreensão da lógica da indústria de insumos refere-se ao serviço de assistência técnica, quanto maior a disponibilidade das revendedoras e das empresas de consultorias em oferecer a mão-de-obra especializada aos cafeicultores, maior será consumo de insumos (ORTEGA; JESUS, 2012).

Em Patrocínio existem em média 34 (trinta e quatro) empresas do seguimento de insumos agrícolas (Quadro 13). Em regra, a maior parte das aquisições dessas mercadorias são efetuadas pela Cooperativa Agropecuária de Patrocínio (COOPA). Em decorrência do elevado volume de compras de insumos agrícolas, a COOPA consegue negociar com os fornecedores um preço vantajoso e ao mesmo tempo obtém uma melhor oportunidade de negócios para os cafeicultores locais. A COOPA oferta aos cooperados o financiamento direto como alternativa

de pagamento, ou seja, o lavrador poderá pegar os insumos necessários para a sua lavoura e efetuar o pagamento após a colheita do grão.

Quadro 13: Empresas do segmento de insumos agrícolas localizados em Patrocínio, MG

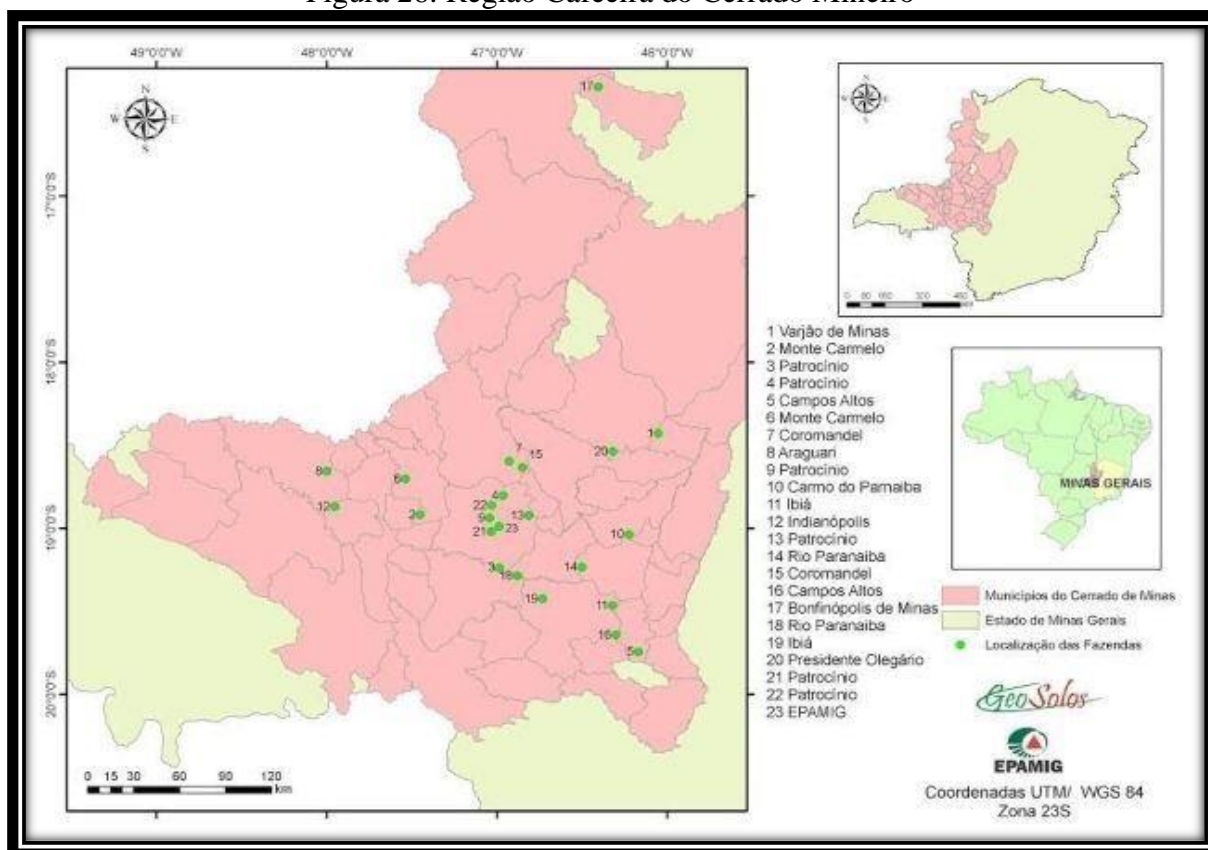
Segmento de atuação	Empresas
Insumos agrícolas (agrotóxicos, fertilizantes, calcários, combustíveis e lubrificantes)	Agrocerrado Produtos Agrícolas e Assistência Técnica; Agroquima Produtos Agropecuários Ltda; COOPA - Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda; Bom Negócio Produtos Agropecuários; Paulo Cesar de Almeida Sementes Padrão; Sagra Insumos Agropecuários; A Veterinária Comércio de Produtos Agropecuários Ltda; Paranaíba Insumos Agrícolas Ltda; Cerrado Fértil Agronegócios; Cultiva Agronegócios Monte; Cultura Agronegócios Ltda; Multimix Agropecuária Ltda; Parceira Agronegócios; Patroagro; Empresa Agrícola Folhados S/A; Reunidas Agropecuária; Terra Agronegócios; Biocoffee; Cerrado Coffee do Brasil S/A; Floresta Café; Tuagro Agrícola; Café Acaia Comercial Ltda; Café Constante; Café Regional do Cerrado Ltda; Cafeeira Catuai Ltda; Patrocafé Comércio de Café e Cereais Ltda; Valcafé; Agricon Agropecuária Ltda; Agrícola Aliança Ltda; Fertilizantes Fosfatados S/A; Floema Nutrição Vegetal; Nitroquímica Fertilizantes Ltda; Polofértil Ltda; Serrana Fértil; Solorico Fertilizantes; Superfértil Fertilizantes.

Fonte: www.patrociniofacil.com.br, www.guiamais.com.br

O número de variedades de sementes e de mudas de café que são utilizadas em novos plantios ou replantios favoreceu, o desenvolvimento de uma indústria fortemente influenciada no uso da biotecnologia e no melhoramento genético de cultivares. Tudo isso reverbera nas localidades produtoras de café, especificamente, no aumento progressivo de viveiros e de empresas especializadas em sementes que tem gerado, anualmente, diversas vagas de empregos diretos, indiretos, temporários e efetivos (ORTEGA; JESUS, 2012).

A organização política e a reestruturação territorial transformaram a Região do Cerrado Mineiro, e em especial o município de Patrocínio, em um “espaço competitivo agrícola” (CASTILHO, FREDERICO, 2010, p. 15). No entanto, Patrocínio é hoje a sede administrativa de toda a articulação política e econômica da cadeia produtiva agroindustrial do café da Região do Cerrado Mineiro, o que a torna uma cidade do campo moderno (SANTOS, 1993).

Figura 26: Região Cafeeira do Cerrado Mineiro



Fonte: EPAMIG (2017).

Diante do processo de consolidação da agricultura científica globalizada, o uso de tecnologias e informações voltadas para atender cada vez mais as demandas do mercado, faz da cafeicultura um dos principais meios de produção de *commodities*, cuja venda se dá em grande monta para o mercado externo. O Quadro 14 destaca a existência de 17 empresas exportadoras localizadas em Patrocínio. Desse modo, a prática agrícola nesses moldes, torna-se um dos pilares que sustenta o entendimento do contexto do meio técnico-científico-informacional.

Quadro 14: Empresas exportadoras localizadas em Patrocínio, MG

Segmento de Atuação	Empresas
Exportadores	Atlântica Exportação e Importação Ltda; Patrofértil Comércio e Representações Ltda; Agro Minas Comércio e Exportação de Café; Café Acaia Comércio Ltda; Campos Altos Comercialização e Exportação de Café Ltda; Cerrado Brasil Comércio e Exportação; JR Indústria e Comércio de Café e Cereais Ltda; Merlin Coffee Representações; Patrominas Indústria e Comércio

	de Café; Stockler Comercial Exportadora Café; VR Comércio e Representações de Café; Cafeal Agrícola; Isratec Indústria e Comércio Ltda; Costa Café Comércio Exportação e Importação Ltda; Kava Assessoria em Mercado de Café; Mercantil Importação e Exportação do café do Triângulo Mineiro; Nacional Comércio e Exportação de Café e Cereais Ltda.
--	--

Fonte: www.patrociniofacil.com.br, www.guiamais.com.br

As lógicas impostas pelo mercado global, capital produtivo e financeiro às unidades produtoras reverberam em transformações diversas nas localidades que estão inseridas. Essa inserção se dá por meio do construto das redes geográficas, que se espacializam regional, nacional e mundialmente, conforme o poder de articulação espacial dos agentes/atores que as comandam. Essa situação leva a transformações socioespaciais diversas entre os segmentos que são capturados ou envolvidos nessa teia de relações, assim as adaptações destes são organizadas pelo capital produtivo.

Nesse caso, entender que a cafeicultura moderna se insere no contexto das redes geográficas, através dos fluxos e relações que são estabelecidos em escalas diferentes, é compreender que este setor da economia agrícola está envolto à lógica da produção capitalista da agricultura científica globalizada. Desse modo, o uso do conceito de redes geográficas para compreender a cafeicultura moderna praticada no Cerrado Mineiro, com foco espacial para o município de Patrocínio, visa compreender a dinâmica e os fluxos pelos quais percorrem todos os agentes e segmentos envolvidos na atividade cafeeira local.

Ressalta-se que, nas últimas décadas, o conceito de rede é analisado com muita frequência nas Ciências Exatas e também nas Ciências Sociais. Segundo Santos (2008, p. 261-262), persiste no uso do termo rede “[...] uma polissemia do vocábulo onde tudo invade, afrouxa o sentido e, pode, por isso, prestar-se a imprecisões e ambiguidades, quando o termo é usado para definir situações”. A relevância dos estudos associados, ao conceito de rede é indiscutível, tendo, em vista, o aumento constante de pesquisas sobre as diversas estruturas destas, e a sua abrangência na literatura nacional e internacional (BRITTO, 2002).

Nas Ciências Exatas, o conceito de rede tem influenciado estudos que visam criar um arcabouço sofisticado de análises, direcionadas, ao incremento de sistemas complexos e dinâmicos (BRITTO, 2002). Já os estudos, realizados no domínio das Ciências Sociais, apontam, em suas abordagens, sobre a necessidade de valorizar e compreender a composição dos sistemas, por meio das “[...] relações que conectam diferentes agentes, bem como os

mecanismos de operação deste sistema, responsáveis pela sua reprodução, fortalecimento e eventual transformação ao longo do tempo” (BRITTO, 2002, p. 348).

No campo da Geografia, que integra a área científica das Humanidades, vários autores como Arroyo (2006), Corrêa (2013), Santos (2008), Silva (2014) e entre outros, buscaram direcionar seus estudos para análises referentes ao conceito de redes geográficas e circuito espacial de produção. Atualmente, a Geografia é a ciência que mais se dedica, ao aprofundamento de análises, referentes aos conceitos de redes geográficas e circuito espacial produtivo.

Nesse sentido, “[...] as redes geográficas são redes sociais especializadas. São sociais em virtude de serem construções humanas, elaboradas no âmbito de relações sociais de toda ordem, envolvendo poder e cooperação” (CORRÊA, 2013, p. 200). Nessa mesma linha de pensamento, o conceito de rede envolve uma “[...] visão social e política, pelas pessoas, mensagens, valores que a frequentam” (SANTOS, 2008, p. 262).

Segundo Corrêa (2001) as redes geográficas são definidas como:

[...] um conjunto de localizações geográficas interconectadas entre si por um certo número de ligações. Este conjunto pode ser constituído tanto por uma sede de cooperativa de produtores rurais e as fazendas as elas associadas, como pelas ligações materiais e imateriais que conectam a sede de uma empresa, seu centro de pesquisa e de desenvolvimento, suas fábricas, depósitos e filiais de venda [...]. (CORRÊA, 2001, p. 107).

Portanto, redes geográficas é um dos conceitos que permite compreender as relações estabelecidas pela cafeicultura moderna com os segmentos que a compõem e contribuem para que esta esteja conectada espacialmente com lugares próximos e distantes.

Neste sentido, Santos (2008) defende que:

[...] na batalha para permanecer atrativos, os lugares se utilizam de recursos materiais (como estruturas e equipamentos), imateriais (como os serviços). E cada lugar busca realçar suas virtudes por meio dos seus símbolos herdados ou recentemente elaborados, de modo a utilizar a imagem do lugar como imã [...]. (SANTOS, 2008, p. 269).

O espaço rural, visando enfrentar a “batalha para permanecer atrativo” (SANTOS, 2008, p. 269) reorganiza-se em torno de um complexo de recursos materiais e imateriais, e passam, a valorizar a imagem do lugar associado ao seu principal produto, como é o caso do café, que é cultivado por várias décadas e tornou-se especializado. Tais condições levam as localidades a se tornarem “[...] mesmo em suas zonas aparentemente marginais é completamente integrado ao sistema socioeconômico global” (SANTOS, 2008, p. 269).

Segundo Silva (2014, p. 76) “[...] as redes podem ser entendidas como um momento em que há um maior desenvolvimento e aprimoramento das técnicas visando à competitividade e ao imperativo da fluidez do capital”. Para autora, as redes auxiliam e “[...] contribuem para o aperfeiçoamento da densidade técnica, funcional e informacional do espaço, possibilitando a criação de objetos, condições, infraestruturas, normas, ações e ordens para atender às premissas da fluidez nos lugares” (SILVA, 2014, p. 76).

O conceito de redes geográficas é aplicável a diversos setores da economia, pois, a sua real aplicabilidade permitirá o acompanhamento detalhado dos processos, etapas e dinâmicas materiais ou sociopolíticas, que um setor possa balizar. As conjugações desses diversos fatores, assim como dos diversos tipos de redes geográficas dão origem aos circuitos espaciais de produção e círculos de cooperação (SILVA, 2014).

Nesse sentido, Silva (2014, p. 77) afirma que “[...] é preciso atentar para a complexidade do jogo das redes geográficas, já que elas têm o poder de transformar lugares através da criação de infraestrutura, além disso, apresentam uma realidade material e outra imaterial”. Segundo a autora, a “[...] realidade material é apresentada pelos fluxos materiais e a imaterial pelos fluxos imateriais e dado social, as quais redundam na formação dos circuitos espaciais da produção e dos círculos de cooperação” (SILVA, 2014, p. 77).

De acordo com Santos (2012a, p. 55-56), já não é mais possível, discorrer sobre o conceito de circuitos regionais da produção, tal conceito tornou-se obsoleto, a respeito do assunto o autor afirma:

[...] já não podemos falar em circuitos regionais da produção. Com a crescente especialização regional, com os inúmeros fluxos de todos os tipos, intensidades e direções, temos de falar de circuitos espaciais da produção. Essas seriam as diversas etapas pelas quais passariam um produto, desde o começo da produção até o consumo final.

A análise do circuito produtivo do café é complexa e totalmente dinâmica, não obstante que boa parte das empresas inseridas nesse segmento estejam localizadas fora da delimitação territorial do município produtor, atuando, a montante e a jusante da produção agrícola local.

Na mesma linha de abordagem, adotada por Santos (2008), Castilho e Frederico (2010, p. 464-465) concordam que:

[...] os circuitos espaciais da produção pressupõem a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadearamento da produção, distribuição, troca e consumo, de um determinado produto, num movimento permanente: os círculos de cooperação no espaço, por sua vez, tratam de comunicação, consubstanciada na transferência de capitais, ordens, informação (fluxos

imateriais), garantindo níveis de organização necessários para articular lugares e agentes dispersos geograficamente, isto é, unificando, através de comandos centralizados, as diversas etapas, especialmente segmentadas, da produção.

De acordo com Frederico (2014), a cafeicultura brasileira passa por um processo definido de “ascendência da regulação corporativa”, onde, ocorre a alteração da “escala geográfica de ação e das relações de poder” (FREDERICO, 2014, p. 38).

Nesse sentido, os diferentes atores sociais interligados, ao circuito espacial produtivo são modificados, visando, assim, atender a uma demanda crescente pela busca da especialização produtiva. Para este autor, isso ocorre devido o “[...] aumento do poder e da ampliação da escala de atuação de grandes empresas torrefadoras e *tradings*, em detrimento da participação dos Estados e produtores, sobretudo, os menores” (FREDERICO, 2014, p. 38).

Relacionando essa questão conceitual com a área de estudo, constata-se que, existem localiza-se no município de Patrocínio cerca de 1333 fazendas produtoras de café (IBGE, 2017). Em 2012 existiam 943 (IBGE, 2012) o que representa um crescimento de 390 novas propriedades rurais produtoras de café na região ou um crescimento de 42,133%. Essas glebas possuem uma infraestrutura completa dotada de terreiros, lavadores, secadores e máquinas de beneficiamento do grão. Existe, ainda, um complexo logístico com vários galpões e armazéns (Ver Quadro 15) que permitem o escoamento do café beneficiado pelas diversas estradas vicinais e rodovias que cruzam os limites territoriais do município (PEREIRA, 2014). A fusão dos fluxos materiais e imateriais representados pelos insumos, tecnologia, logística, *software*, geoprocessamento, pessoas, produtos, serviços e dinheiro, transformaram a localidade, numa legítima cidade do campo moderno (SANTOS, 1993).

Quadro 15: Empresas e cooperativas com galpões ou armazéns em Patrocínio, MG

Segmento de atuação	Empresas
Armazéns e galpões	Dollar Café Armazéns Gerais; Sianor Armazéns Gerais Ltda; CASEMG - Companhia de armazém e silos do Estado de Minas Gerais; Acaia Armazéns Gerais Ltda; ADM Armazéns Gerais Ltda; Alto Paranaíba Armazéns Gerais Ltda; Armazéns Gerais Leste de Minas Ltda; Café América Ltda; Cafeeira Porta do Céu Ltda; COOPA - Cooperativa Agropecuária de Patrocínio Ltda; Cooperativa dos Produtores de Grãos de Patrocínio; Empresa Agrícola Folhado S/A; EXPOCACCER - Cooperativa dos Cefeicutores do Cerrado Ltda; Lider Armazéns Gerais Ltda;

	Novaagri Infraestrutura de Armazenagem e Escoamento Agrícola S/A; Patrocafé Armazéns Gerais Ltda; Regional Nutrição e Química Ltda; Reunidas Armazéns Gerais Ltda; Rio Branco Alimentos S/A.
--	--

Fonte: www.patrociniofacil.com.br, www.guiamais.com.br

A EXPOCACCER é a principal cooperativa e canal de exportação da Região do Cerrado Mineiro. Atualmente, o café produzido em Patrocínio e na “Região do Cerrado Mineiro” é exportado para mais de 30 países e possuem mais de 120 clientes internacionais (EXPOCACCER, 2018).

Os cooperados ligados a EXPOCACCER possuem à sua disposição vários armazéns certificados, duas unidades de beneficiamento, departamento de compras de insumos e defensivos agrícolas e uma cafeteria, a Dulcerrado com canal de compras em loja *on line* e física.

A cafeicultura no Município de Patrocínio consolidou-se por ser estratégica e altamente dinâmica. A relação mantida com capital estrangeiro é profissionaliza e os agentes envolvidos no processo de comercialização do café, acompanham diariamente, as cotações de preços de sacas de café pela bolsa de valores de São Paulo (BM&F). Segundo, Guimarães (2005) o Capital estrangeiro:

[...] hoje corresponde, no caso dos investimentos e do comércio, a megaempresas multinacionais; no caso dos financiamentos, a megabancos; e no caso do capital especulativo, a megafundos de pensão. Em sua esmagadora maioria, essas megaentidades tem sede nos principais países desenvolvidos que se encontram no centro das estruturas hegemônicas de poder. (GUIMARÃES, 2005, p. 150).

Apenas no ano de 2017 foram contratados junto as instituições bancárias localizadas nesse município o valor total de R\$ 617.681.823,32 milhões de reais (R\$ 367.459.499,82 para custeio, R\$ 60.907.556,98 para investimentos e R\$ 189.314.766,52 para comercialização) (BACEN, 2018). Esses valores correspondem aos recursos direcionados ao financiamento de custeio, investimento e comercialização de produtos agrícolas. Os contratos agrícolas assinados em 2017 captaram somente para o custeio do cultivo do café o valor de R\$ 228.064. 918,00 milhões de reais, o que corresponde a 62% do total de recursos destinados ao custeio agrícola do município (BACEN, 2018).

Com o processo “gradativo de mundialização da produção, consumo e serviço” (FREDERICO, 2014, p. 38), o crédito torna-se indispensável na agricultura moderna (SANTOS, 1993). Segundo Santos (2014), os bancos são, portanto, agentes do circuito superior

marginal por disponibilizarem, o acesso ao dinheiro, em forma de crédito, desencadeando, assim, um fluxo positivo em toda a cadeia produtiva do café (CHESNAIS, 1996). Em Patrocínio existem nove (9) bancos ou cooperativas de crédito, todas essas instituições financeiras disponibilizam linhas de crédito para o financiamento agropecuário (Quadro 16).

Quadro 16: Bancos e Cooperativas de Crédito localizadas em Patrocínio, MG

Bancos e Cooperativas de Crédito	Número de Agências em Patrocínio	Linhas de Créditos destinado a agricultura
Caixa Econômica Federal	01	Sim
Banco do Brasil S.A	01	Sim
Banco Mercantil do Brasil S.A	01	Sim
Bradesco S.A	01	Sim
ITAÚ UNIBANCO BM S.A	01	Sim
HSBC Bank Brasil S.A	01	Sim
Banco Santander (Brasil) S.A	01	Sim
Cooperativa de Crédito Rural da Região de Patrocínio Ltda	01	Sim
Sicoob Coopacredi	01	Sim

Fonte: BACEN (2018)

A área irrigada na região do Cerrado Mineiro corresponde a 68 mil hectares, somente, na cidade de Patrocínio, existem 40 propriedades rurais que utilizam, a irrigação, por pivô central ou por gotejamento durante o processo produtivo (PEREIRA, 2014). Existem na cidade cinco (5) empresas de irrigação para assistência técnica e venda direta ao cafeicultor (Quadro 17).

Quadro 17: Empresas de Irrigação em Patrocínio, MG

Segmento de atuação	Empresas
Irrigação	Hitroplan Irrigação e Planejamento Ltda; Analisa Sistemas de Irrigação; Iengep Fertirrigação e Biodigestores; Irriger Tecnologia e Serviços de Irrigação; Gotejar Sistemas de Irrigação Ltda.

Fonte: www.patrociniofacil.com.br, www.guiamais.com.br

De acordo com de Cardoso e Faletto (2004), ao retratar a vinculação das economias periféricas com mercado internacional destacaram que:

A vinculação das economias periféricas ao mercado internacional se dá, sob esse novo modelo, pelo estabelecimento de laços entre o centro e a periferia que não se limita apenas, como antes, ao sistema de importações-exportações; agora as ligações se dão também através de investimentos industriais diretos feitos pelas economias centrais nos novos mercados nacionais (CARDOSO, FALETTO, 2004, p. 162).

O cultivo do café envolve uma quantidade significativa de agentes envolvidos no processo de produção como: fornecedores de mudas, sementes, consultores, agrônomos, técnicos agropecuários, engenheiros, lojas especializadas na venda de agrotóxicos e fertilizantes, empresas de consultoria especializadas em licenciamento ambiental e certificações, produtores, atravessadores, *tradings*, cooperativas, associações, torrefadoras, bolsa de valores e entre outras. O café produzido na Região do Cerrado Mineiro, é hoje, um grão gourmetizado e certificado pelas principais certificadoras mundiais como: UTZ, *Rainforest*, 4 C, Nespresso, *Starbucks* e *Fairtrade*.

Crédito Agrícola para Café - Custeio - 2017(*)

Operações UF	Contratos nº	Recursos R\$	%
MG	47.076	3.685.387.921	70,93
ES	14.096	592.154.439	11,40
SP	4.235	690.587.588	13,29
PR	1.238	42.658.249	0,82
RO	642	10.183.083	0,20
BA	676	144.160.568	2,77
RJ	295	6.804.414	0,13
GO	22	20.238.072	0,39
MS	14	211.928	0,00
MT	9	465.517	0,01
AC	5	69.139	0,00
CE	1	975.000	0,02
DF	3	1.358.826	0,03
RS	2	70.000	0,00
RN	3	147.000	0,00
AM	10	394.469	0,01
AP	1	12.000	0,00
TOTAL	68.328	5.195.878.214	100,00

Programas	Contratos nº	Recursos R\$	%
PRONAMP	5.865	904.229.204	17,40
PRONAF	29.100	688.968.681	13,26
FUNCAFÉ	5.445	510.388.299	9,82
SEM VÍNCULOS	27.918	3.092.292.029	59,51
TOTAL	68.328	5.195.878.214	100,00

Fonte: Bacen - Sicor em 10/09/2018.
 (*) janeiro a dezembro/2017

Crédito Agrícola para Café - Custeio - 2018

Operações UF	Contratos nº	Recursos	%
MG	14.217	812.797.392	68,02
ES	3.683	157.739.613	13,20
SP	1.160	177.935.953	14,89
PR	301	10.311.187	0,86
RO	186	3.152.728	0,26
BA	177	29.858.049	2,50
RJ	94	2.362.710	0,20
MS	11	210.259	0,02
DF	2	603.057	0,05
MT	1	9.538	0,00
AC	1	26.636	0,00
TOTAL	19.833	1.195.007.122	100,00

Programas	Contratos nº	Recursos R\$	%
PRONAMP	1.752	205.322.704	17,18
PRONAF	11.428	260.947.784	21,84
FUNCAFÉ	1.372	99.081.537	8,29
SEM VÍNCULOS	5.281	629.655.097	52,69
TOTAL	19.833	1.195.007.122	100,00

Fonte: Bacen - Sicor em 10/09/2018.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao se analisar a nova dinâmica da agroindústria do Café em Patrocínio, Minas Gerais (MG) foi possível verificar que o sucesso dessa atividade agrícola tradicional está associado ao uso dos conceitos geográficos da agricultura científica globalizada, redes geográficas e o circuito espacial de produção.

A atual distribuição espacial da produção de café no Brasil localiza-se nos seguintes Estados brasileiros: Minas Gerais; Espírito Santo; Rondônia; Bahia; Paraná; São Paulo; Rio de Janeiro; Goiás e Mato Grosso.

No que se refere, ao número de estabelecimentos produtores de café, o Estado de Minas Gerais, lidera em primeiro lugar com um total de 119.508 mil. Em segundo lugar, o Estado do Espírito Santo detém 26.313 mil, e em terceiro lugar, o Estado da Bahia com 18.211 mil propriedades cafeicultoras (IBGE, 2017). Os principais estados produtores de Café em 2017 foram: Minas Gerais, São Paulo, Espírito Santo, Bahia; Goiás, Rio de Janeiro e Rondônia (IBGE, 2017).

Em relação aos municípios brasileiros, os maiores produtores de café são: Patrocínio (MG); Poço de Caldas (MG); Três Pontas (MG); Boa Esperança (MG); Campos Gerais (MG); Machado (MG); Araguari (MG) (IBGE, 2017). Nesse sentido, concentrasse na cidade de Patrocínio, objeto de estudo dessa dissertação, o maior volume de produção de café do país.

Foram identificados os seguintes pontos fortes na produção de café localizada nesse município: a) o café produzido em Patrocínio possui uma Denominação de origem, uma das principais certificações internacionais para produtos agroalimentares; b) o município é a sede da Federação dos Cafeicultores do Cerrado que representa institucionalmente sete (7) associações, nove (9) cooperativas e uma (1) Fundação. Existem mais de 4.500 cafeicultores cadastrados e distribuídos espacialmente em 55 municípios mineiros; c) Em Patrocínio está localizado as duas maiores unidades armazenadoras de café das mesorregiões do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, com uma área total de 25 mil m²; d) A sede da EXPOCACCER fica localizada em Patrocínio, nessa cooperativa está concentrado toda a logística de exportação do café da Região do Cerrado Mineiro. A EXPOCACCER mantém relações econômicas com mais de 120 clientes internacionais e exporta café para mais de 30 países.

Os pontos fracos são: a) embora, o principal canal de distribuição direta ao consumidor seja a cafeteria DULCERRADO, a loja *on line* dessa empresa possui poucas opções de produtos para aquisição dos clientes. O sistema de pagamento do *e-commerce* da loja virtual apresentou erro durante a realização de uma compra (eu executei quatro tentativas, três destas apresentaram

erros e apenas, na última tentativa que eu consegui finalizar a operação de compra com êxito); b) existem poucas parcerias com outras cafeterias *gourmet* de outros Estados brasileiros.

No que se refere, as oportunidades identificadas para o mercado cafeeiro patrocínense eu destaco que: a) o segmento de café finos está em fase de expansão. Embora, ainda persista uma crise econômico-financeira no Brasil, o crescimento médio desse nicho de mercado no país ficou em torno de 20% nos últimos dois anos (ABIC, 2018); b) O mercado externo demanda por cafés finos, e as grandes multinacionais como a Coca Cola estão investindo no mercado de cafés especiais com grãos de origem brasileira; c) O debate sobre a segurança alimentar e nutricional têm aumentando no Brasil. O uso de boas práticas agrícolas, respeito ao meio ambiente e o uso efetivo das legislações fitossanitárias durante as fases de execução e processamento dos produtos agroalimentares passou a ser um requisito exigido pelos consumidores seletos e dispostos a pagar um preço maior pela qualidade do produto final. Nos países europeus, os produtos com registro de Indicação Geográfica possuem um valor agregado em torno de 20 a 30% a mais no seu preço final (BRUCH, 2014).

Em relação as ameaças foram identificadas os seguintes pontos: a) inserção do capital financeiro asiático no mercado cafeeiro mineiro, com uma unidade armazenadora/exportadora de café no município de Alfenas, MG. Essa empresa já exerce influência nas mesorregiões do sul/sudoeste de Minas Gerais, regiões tradicionais na produção de café do país; b) manter a qualidade do produto e ao mesmo tempo preservar as tradições culturais locais; c) o aquecimento global ameaça a produção cafeeira na América Latina e nas principais regiões produtoras de café no Brasil.

Portanto, o circuito espacial de produção do café em Patrocínio é constituído pela seguinte estrutura:

- 1) Redes de órgão públicos: EMATER – MG; EMBRAPA, Ministério da Agricultura pecuária e Abastecimento (MAPA), Secretária da Agricultura do Estado de Minas Gerais, Prefeitura Municipal de Patrocínio e as secretárias municipais;
- 2) Redes de instituições financeiras: Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal, Banco Mercantil do Brasil S.A, Bradesco S.A, ITAÚ UNIBANCO BM S.A, HSBC Bank Brasil S.A, Banco Santander (Brasil) S.A, Cooperativa de Crédito Rural da Região de Patrocínio Ltda e Sicoob Coopacredi;
- 3) 10 empresas no segmento de bens de capital;
- 4) 34 empresas com atuação no ramo de insumos agrícolas;
- 5) 17 exportadoras de café;
- 6) 15 galpões e armazéns destinados a estocagem do grão;

- 7) 5 empresas de irrigação;
- 8) Redes dos envolvidos com o registro da Denominação de Origem da Região do Cerrado Mineiro: Sebrae-MG, INPI, MAPA, Sindicato Rural, Federação dos Cafeicultores do Cerrado, EXPOCACCER e Cafeteria DULCERRADO.

Atualmente, o café produzido em Patrocínio possui uma indicação geográfica, uma das principais certificações internacionais. A área delimitada é reconhecida pelo Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI) e pela Organização Mundial da Propriedade Intelectual (OMPI). A produção atual é comercializada para 30 países, o que tornam as redes construídas em torno do circuito espacial produtivo do café um movimento global e dialético.

REFERÊNCIAS

AMARAL, José Duarte. O Grande Livro do Vinho, Círculo de Leitores, Lisboa, 1994

ANDER-EGG, E. *Introducción a las técnicas de investigación social*: para trabajadores sociales. 7. ed. Buenos Aires: Humanitas, 1978.

APROVALE – Associação dos Produtores de Vinho finos do Vale dos Vinhedos www.valedosvinhedos.com.br. Acesso em 10/08/2018.

ARROYO, M.M. Dinâmica territorial, circulação e cidades médias. In: SPOSITO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; SOBARZO, O. **Cidades médias**: a produção do espaço urbano e regional. São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 71-85.

BARROS, J. R. M. Prolegomena: “O passado no presente: a visão do economista”. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M. da. NAVARRO, Z. (Org). **O mundo rural no Brasil do século 21**: a formação de um novo padrão agrário e agrícola. Editores técnicos. – Brasília, DF: Embrapa, 2014. p. 16-22.

BRASIL. Lei nº 9.279, de 14 maio de 1996. Regula os direitos e as obrigações da Propriedade Industrial. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 15 maio. 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9279.htm> Acesso em: 20/06/2018.

_____. Constituição (1988), de 5 de outubro de 1988. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 6 dez. 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm>. Acesso em: 23/06/2018.

BCB (Banco Central do Brasil). 2017. "Anuário Estatístico de Crédito Rural". <http://www.bcb.gov.br/?RELRURAL>>. Acesso em: 15/08/2018.

BRESSER PEREIRA, L. C. As interpretações sobre o Brasil. In: LOUREIRO, M. (Org). **50 anos de Ciência Econômica no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1997: 17-69.

BRUCH, K.L. et al. **Indicação Geográfica de produtos agropecuários**: Aspectos legais, importância histórica e atual. In: PIMENTEL, L (Org.). Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica. Brasília: MAPA; Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2014.

BRUCH, K.L. et al. **Estudo de caso**: IP Vale dos Vinhedos, IP Paraty e IP Vale do Submédio São Francisco. In: PIMENTEL, L (Org.). Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio: Módulo II, indicação geográfica. Brasília: MAPA; Florianópolis: SEaD/UFSC/FAPEU, 2014.

BUAINAIN, A. M. et al. Sete teses sobre o mundo rural brasileiro. **Revista de Política Agrícola**, v. 22, n. 2, p. 105-121, 2013.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Dinâmica Regional e Globalização: espaços competitivos agrícolas no território brasileiro. In: **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 09, p. 17-26, 2010.

CASTILLO, R.; FREDERICO, S. Espaço geográfico, produção e movimento: uma reflexão sobre o conceito de circuito espacial produtivo. In: **Sociedade & natureza** (UFU. Online), v. 22, p. 461-474, 2010.

CAMARGO, A. P.; CAMARGO, M. B. P. Definição e esquematização das fases fenológicas do cafeeiro arábica nas condições tropicais do Brasil. **Bragantia**, Campinas, SP, v. 60, n.1, p. 65-68, 2001.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

CLEPS JUNIOR, J. **Dinâmica e estratégia do setor agroindustrial no cerrado: o caso do Triângulo Mineiro**. 1998. (Tese de doutorado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas. Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”. Rio Claro: UNESP, 1998. p. 291.

CONAB. Companhia Nacional de Abastecimento". <<http://www.conab.gov.br>>. Acesso em: 20/08/2018.

CONTINI, E. Agricultura e política agrícola comum da União Europeia. **Revista de Política Agrícola**, nº1, p.30-46, jan/fev./mar.2004.

CORRÊA, R. L. **Trajetórias geográficas**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.

CORRÊA, R. L. **Redes Geográficas: Reflexões sobre um tema persistente**. Revista Cidades. 9 (16), 2013, p. 200 – 218.

DELGADO, G. C. **Capital financeiro e agricultura no Brasil, 1965-1985**. Campinas – SP: Ícone/Edunicamp, 1985.

ELIAS, D. **Globalização e Agricultura: A Região de Ribeirão Preto – SP**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2003.

EXPOCACCER (Cooperativa dos Cafeicultores do Cerrado). Relatório da Administração 2014. Patrocínio: Expocaccer, 2018.

FONSECA, M. A. S.; MATSUNAGA, M. **Programa de Assistência Creditícia à cafeicultura em São Paulo**. Relatório de Pesquisa nº 02/1981. Secretaria da Agricultura: Instituto de Economia Agrícola, São Paulo, 1981.

FRANÇA, M. **O cerrado e a evolução recente da agricultura capitalista: a experiência de Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte. Cedeplar. Universidade Federal de Minas Gerais, p. 169. 1984.

FREDERICO, S. Expansão da fronteira agrícola e emergência de uma agricultura científica globalizada no território brasileiro. In: XIII Encontro de Geógrafos da América Latina, 2011, San José. **Anais do XIII Encontro de Geógrafos da América Latina**, 2011.

_____. Lógica das Commodities, Finanças e Cafeicultura. In: **Boletim Campineiro**

de **Geografia**, v. 3, p. 97-116, 2013.

_____. Circuito espacial produtivo do café e o jogo de escalas. In: **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 17, p. 37-48, 2014.

FEDERAÇÃO, 2018. Federação dos Cafeicultores do Cerrado. <<http://www.cerradomineiro.org/index.php>>. Acesso em: 20/08/2018

FURTADO, Celso. **Formação Econômica do Brasil**. 33^a. ed. São Paulo: Cia. Das Letras, 2006.

Giesbrecht et al. **Indicações Geográficas Brasileiras**. Brasília: SEBRAE, INPI, 2016. p. 327.

GONÇALVES, J. D. **Consumo e suprimento de fertilizantes no Brasil**. São Paulo: Associação Nacional de Difusão de Adubos, 1975. Palestra apresentada no Seminário Técnico ANDA/ISMA, São Paulo, 22-24 abr. 1975.

GRAZIANO DA SILVA, J. **Tecnologia e Agricultura Familiar**. 2 eds. Porto Alegre, 2003.

GREMAUD, A. P.; VASCONCELLOS, M. A.S.; TONETO JÚNIOR, R. Economia brasileira Contemporânea. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2007.

GURGEL, V. A. **Aspectos Jurídicos da Indicação Geográfica**. Brasília: SEBRAE/DF, 2006.

HERREROS, M. M. A. G. et al. Atividade especulativa dos fundos de investimentos no mercado futuro de commodities agrícolas, 2006-2009. In: **Revista de Política Agrícola**, ano XIX, nº 1, jan./fev./mar., 2010.

IBC (Instituto Brasileiro do Café). **Cafeicultura Paulista**. São Paulo: BC/MIC/GERCA, 1978.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. A geográfica do Café. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. Censo Agropecuário. 2006. <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22/08/2018 >

_____. Cidades. 2018. <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 22/08/2018.

_____. Cidades – Patrocínio, Minas Gerais. 2018. <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/index.php>>. Acesso em: 02/08/2018.

INPI – Instituto Nacional de Propriedade Industrial. <www.inpi.gov.br>. Acesso em: 29/08/2018.

KAKUTA, S.M. *Indicações Geográficas: Guia de Resposta*. Porto Alegre: SEBRAE/RS, 2006.

LACERDA, A. C. de. et al. **Economia Brasileira**. 4 ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2010.

LINHART, A. M. G. M. Êxodo rural, fazendas e desagregação. **Estudos, Sociedade e**

Agricultura, n: 19, outubro, 2002, p. 6-39. Disponível em: <
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/dezenove/galano19.htm> >
 acesso em: 22/08/2018.

LISBOA. Acordo de Lisboa, de 31 de outubro de 1958. Relativo à Proteção das Denominações de Origem e seu Registro Internacional. Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Genebra, 1997. <<http://www.wipo.int/treaties/es/registration/lisbon/>>. Acesso: 11/07/2018.

LUCENA, R. B. et. al. Políticas agrícolas e desempenho da agricultura brasileira, 1950/2000, **Indic. Econ. FEE**, V. 29, n. 2, Porto Alegre, 2001.

MACEDO, D. R. de. **Discurso sobre os gêneros para o comércio que há no Maranhão e Pará**. 1653. ANTT, Manuscritos do Brasil, n. 108, p. 84.

MADRID. Acordo de Madrid, de 14 de abril de 1891. Relativo à repressão das indicações de procedência falsas ou enganosas nas mercadorias. Organização Mundial da Propriedade Intelectual, Genebra, 1997. <
http://www.wipo.int/freepublications/pt/marks/418/wipo_pub_418.pdf >. Acesso: 11/07/2018.

MARTINS, J.S. **O cativoiro da terra**. 9 eds. rev. amp. São Paulo: Contexto, 2010.

MARX, K. [1858] 2011. **Grundrisse**: manuscritos econômicos de 1857-1858; esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo.

MORAIS, M. O. **O café do Cerrado em Patrocínio (MG), um exemplo do processo de modernização da agricultura brasileira**. Niterói (RJ): Universidade Federal Fluminense, 2006. (UFF, Dissertação, mestrado em geografia.).

MULLER, G. **Complexo agroindustrial e modernização agrária**. São Paulo: HUCITEX, 1989.

NAVARRO, Z. Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro. **Estudos Avançados**, v. 15, n. 43, 2001.

OLIVEIRA, R.S.; SANTOS, N. O valor agregado de produtos com Indicação Geográfica: um estudo de caso da Região do Cerrado Mineiro. In: DIAS, J. C. V.; SÁ MULLER, J. M.; PORTILHO, R. M. R. (Org.). **A propriedade intelectual e os dez anos da lei de inovação: conflitos e perspectivas**. 1. Ed. – Rio de Janeiro: Gramma, 2015.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. **Café e território**: a cafeicultura no Cerrado Mineiro. Capina, SP: Editora Alínea, 2012.

ORTEGA, A. C.; JESUS, C. M. de.; COUTO, E. P. **Coordinación de intereses en el café de Brasil: el caso del café de la región del cerrado**. In: II Congreso Latinoamericano de História Económica, 2010, Ciudad de México. Anales del II Congreso Latinoamerica de História Económica. México: CADHLE, 2010. v. 1. p. 1-26.

ORTEGA, A. C.; Mouro, M. C. Mecanização e emprego na cafeicultura do cerrado mineiro. In: XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2007, Londrina-PR. Anais do XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia,

Administração e Sociologia Rural. Conhecimento para a Agricultura do Futuro. Brasília-Londrina: Sober, 2007. v. 1. p. 1-20.

PEREIRA, M.F.V. Globalização, especialização territorial e divisão do trabalho: Patrocínio e o café do Cerrado mineiro. Cuadernos de Geografía. **Revista Colombiana de Geografía**, Vol. 23, nº 2, jul/dic 2014.

PESSÔA, V.L.S. **Ação do Estado e as transformações agrárias no Cerrado das zonas de Paracatu e alto Parnaíba/MG**. Tese de Doutorado - Programa de Pós-Graduação em Geografia Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1988.

PESSÔA, V. L. S.; SILVA, P. J. da. **O café e a soja na (re) organização do espaço do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba**. Relatório final de projeto de pesquisa (1999). Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, agosto, 1999.

PIMENTEL, L. O. **Curso de propriedade intelectual e inovação no agronegócio: Módulo II**, indicação geográfica. Brasília: MAPA; Florianópolis: SEAD/UFSC/FAPEU, 2014.

PLOEG, J. D. Van der. O modo de produção camponês revisitado. In: SCHNEIDER, Sergio (org.). **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2006, p.13-54.

PRADO JUNIOR, C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

PRIORE, M. D. **História da gente brasileira: volume 2 – Império**. São Paulo: LeYa, 2016.

RODRIGUES, J. A. **Atlas para Estudos Sociais**. Rio de Janeiro: Ao livro técnico, 1977.

ROMEIRO, A. R. **Meio ambiente e dinâmica de inovações na agricultura**. São Paulo: Annablume, FAPESP; 2007.

SAES, M. S. M. **A racionalidade econômica da regulamentação no mercado brasileiro de café**. 1995. Tese (Doutorado em Economia) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1995.

SALIM, C. A. As políticas econômicas e tecnológicas para o desenvolvimento agrário das áreas de cerrados no Brasil: avaliação e perspectivas. Brasília, **Caderno de Difusão Tecnológica**, v.3, n. 2, maio/ago. p. 297-342, 1986.

SANTOS et al. Dinâmica demográfica e uso da terra no cerrado brasileiro: reflexões a partir da experiência do PADAP. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, vol.50 nº2 Brasília Abr/Junho 2012.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 2008.

_____. **Metamorfoses do espaço habitado: fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia**. 6. ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Edusp, 2012a. 136 p. (Coleção Milton Santos, 10).

SILVA, L. F.; CORTEZ, J.G. A qualidade do café no Brasil: histórico e perspectivas. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v.15, n.1, p.65-91, jan. /abr. 1998.

SILVA, G. B.; BOTELHO, M.I.V. O processo histórico da modernização da agricultura no Brasil (1960-1979). **Revista de Extensão e Estudos Rurais**, v.3, n.1, p. 93-125, 2014.

SILVA, G. P. da. A introdução da cafeicultura no cerrado do Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba 1972. In: ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA/ANPUH/MG, XI, 1988, Uberlândia. Anais. Uberlândia: Departamento de História/UFU. 429 p. 174-176.

SILVA, M. V. Apontamentos teórico-metodológicos para o conceito geográfico “Circuito Espacial da produção”: Estudo de casos em Goiás – Mitsubishi em Catalão e COMPLEM em Morrinhos. **Boletim Goiano de Geografia (Online)**, v. 34, p. 73-91, 2014.

SILVA, P. S. Tecnologia e meio ambiente: o processo de modernização da agricultura familiar. **Revista da Fapese**, v. 3, n. 2, p. 87-100, jul./dez. 2007.

SUERTEGARAY, D. M. A. Pesquisa de campo em geografia. *Geographia*. **Revista da Pós-graduação em Geografia**. Departamento de Geografia – UFF. Rio de Janeiro, ano 4. N. 7. Junho/2002.

THERY, H; MELLO, N. A. de. **Atlas do Brasil: disparidades e dinâmicas do território**. São Paulo: Edusp, 2005.

VALENTE, A. L. E.F. Desvelar Valor: Contribuição Conceitual ao Agronegócio. **Cadernos CEAM**, nº 21, p. 63-70, agosto de 2005.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: Reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade**. Porto Alegre RS: UFRGS, 2009. v. 1. 328p.

_____. **O mundo rural no Brasil: acesso a bens e serviços e processos de integração**. In: BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Brasil rural em debate*. Brasília, CONDRAF/MDA, 2010, p.319-362.